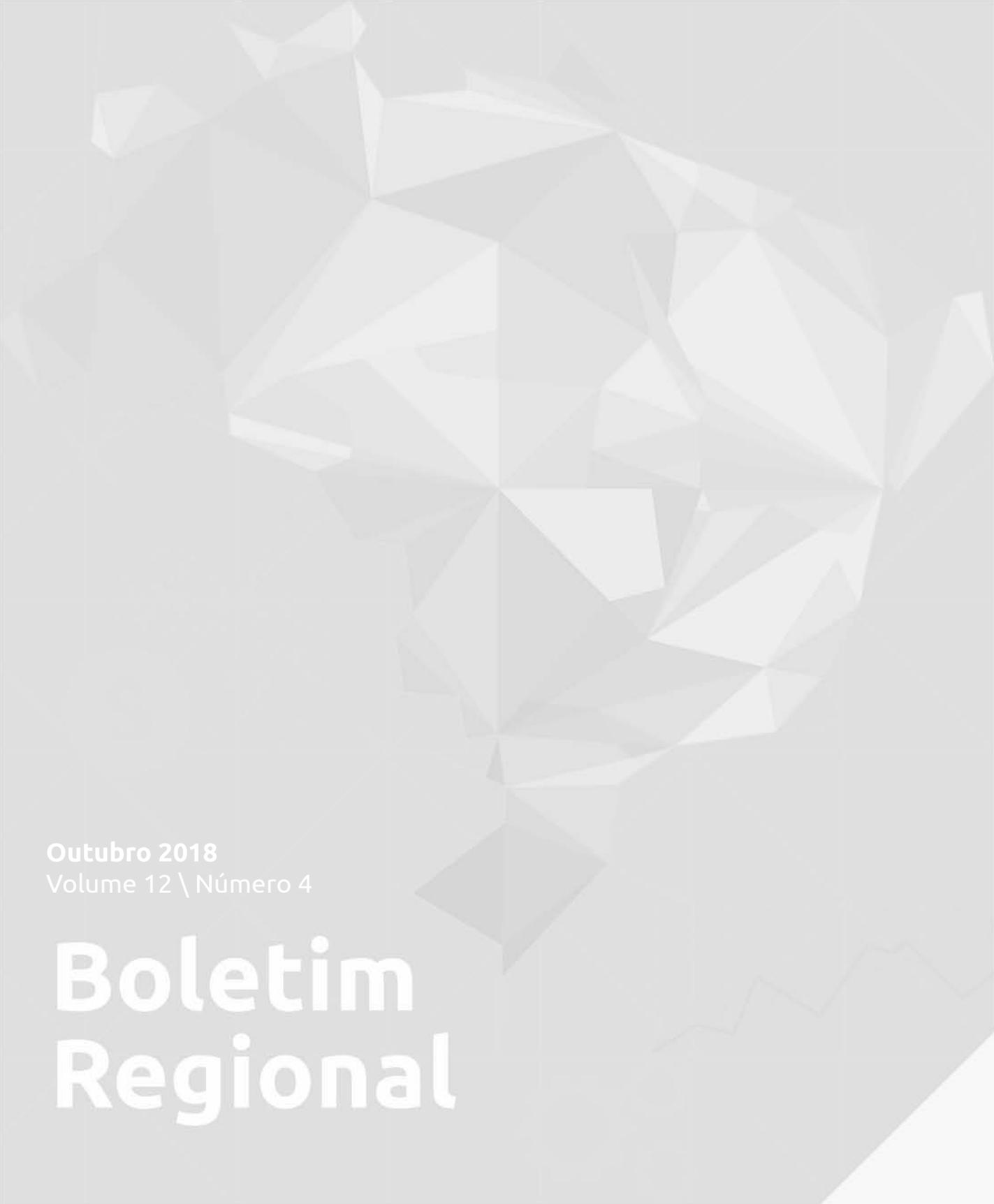


Outubro 2018
Volume 12 \ Número 4

Boletim Regional





Outubro 2018
Volume 12 \ Número 4

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bc.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará (*e-mail*: pa.depec@bc.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Norte e Nordeste (*e-mail*: ce.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco (*e-mail*: pe.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bc.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bc.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Sul (*e-mail*: rs.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bc.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 12, n. 4.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <<http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	19
Ceará _____	22
Pernambuco _____	25
Região Centro-Oeste	29
Região Sudeste	33
Minas Gerais _____	37
Rio de Janeiro _____	41
São Paulo _____	45
Região Sul	49
Paraná _____	54
Rio Grande do Sul _____	57
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	61
Boxes	
Alimentação no domicílio: diferenças do comportamento regional dos preços _____	67
Impactos da paralisação do transporte de cargas sobre a inflação de alimentos no domicílio: comparativo regional _____	71
Economia mineira _____	75
Apêndice	81

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A evolução recente da atividade econômica mostrou rápida normalização da produção nos principais setores, cujos resultados apresentados no Boletim Regional anterior haviam sido significativamente afetados pela paralisação do setor de transporte de cargas em maio. Dessa forma, os desempenhos na margem, evidenciaram resiliência do processo de recuperação da economia brasileira. A atividade econômica nas diversas regiões permanece em recuperação, mas em ritmo mais gradual do que o esperado no início do ano. Discrepâncias observadas nas trajetórias de atividade no curto prazo, refletem, principalmente, particularidades da estrutura econômica locais.

No Norte, os principais indicadores econômicos evidenciaram, no trimestre encerrado em agosto, acomodação no recuo da atividade, ainda sobre efeitos da paralisação do setor de transporte de cargas ocorrida em maio. As vendas do comércio varejista diminuíram, após crescimento no trimestre encerrado em maio, em parte, pela antecipação de compras em razão do temor de desabastecimento. No setor industrial, o resultado favorável no trimestre repercutiu o desempenho da indústria extrativa (peso de 38%), tendo em vista o recuo da produção da indústria de transformação decorrente da defasagem dos efeitos da paralisação – a região possui estrutura menos dependente do transporte rodoviário, mas, ainda assim, refletiu tardiamente os efeitos do movimento. O Índice de Atividade Econômica Regional da Região Norte (IBCR-N) recuou 0,3%, em relação ao trimestre encerrado em maio, de acordo com dados dessazonalizados.

A economia do Nordeste, que evidenciava crescimento menos consistente ao longo do ano e que foi mais afetada pela paralisação do transporte de carga, mostrou expansão no trimestre encerrado em agosto, refletindo, em particular, o desempenho industrial. Nesse ambiente, o IBCR-NE aumentou 1,5%, considerados dados dessazonalizados. Adicionalmente, observa-se melhora do mercado de trabalho e retomada das operações de crédito

no segmento de pessoas físicas, em meio ao cenário positivo das expectativas dos consumidores e à recuperação dos rendimentos e da massa salarial.

A atividade econômica no Centro-Oeste recuperou-se dos efeitos da paralisação dos transportadores em maio e retomou a trajetória de relativa estabilidade, refletindo, em parte, a redução na produção agrícola, após a safra recorde em 2017. Apesar da recuperação na margem, o ritmo de expansão permanece inferior às expectativas delineadas no início do ano. No trimestre encerrado em agosto, IBCR da região cresceu 0,5% em comparação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal, influenciado pela reação dos serviços de transporte e da produção da indústria de transformação.

No Sudeste, a economia retomou o nível de atividade prévio à paralisação dos caminhoneiros, retornando à trajetória de crescimento gradual. Nesse contexto, o IBCR-SE cresceu 0,9% no período em relação ao trimestre finalizado em maio, quando apresentou retração de 0,5%, segundo dados dessazonalizados. O crescimento moderado do consumo, beneficiado pela recuperação do emprego, da renda real e pelo aumento do crédito devem manter a economia em expansão nos próximos trimestres, em ritmo condicionado à magnitude da redução do grau de incertezas no cenário pós eleições e às perspectivas de continuidade do processo de reformas necessárias para o desenvolvimento sustentado da economia.

A retomada do crescimento da atividade, após paralisação no setor de transporte de cargas, foi mais intensa no Sul, repercutindo o avanço no volume de serviços não financeiros e, principalmente, o incremento da produção industrial. O IBCR-S expandiu 3,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio (-1,3%), na série com ajuste sazonal. Esse movimento na margem sugere resiliência do processo de recuperação da economia regional. O cenário de curto prazo aponta para a continuidade da recuperação econômica, ainda que em ritmo inferior ao esperado no início do ano. Apesar da recomposição da atividade após a paralisação de maio, os indicadores de confiança empresarial não retornaram aos níveis anteriores ao evento, o que tende a impactar decisões de investimentos e de contratações. Por outro lado, a evolução da atividade nos próximos meses segue favorecida pelo comportamento benigno do mercado de crédito e pela inexistência de restrições à ampliação da oferta, dada a elevada ociosidade dos fatores de produção.

Região Norte

1

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

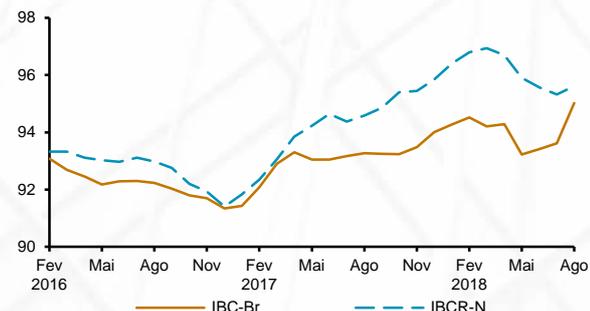
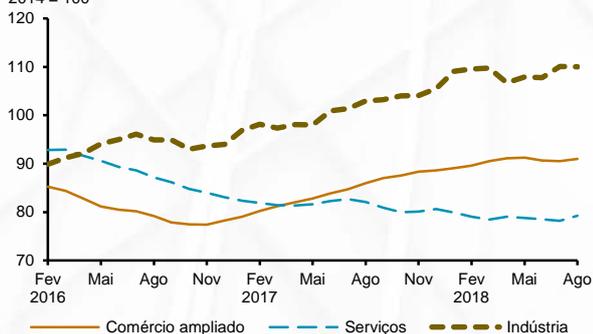


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

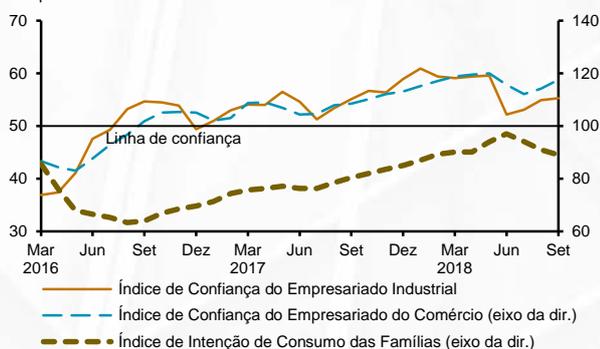
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Os principais indicadores econômicos da região Norte evidenciaram, no trimestre encerrado em agosto, acomodação no recuo da atividade, ainda sobre efeitos da paralisação do setor de transporte de cargas ocorrida em maio. O IBCR-N variou -0,3% no período, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando recuou 0,9%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 2,9% em agosto (3,0% em maio), com destaque para os segmentos de serviços, construção civil e indústria extrativa, em especial no Pará.

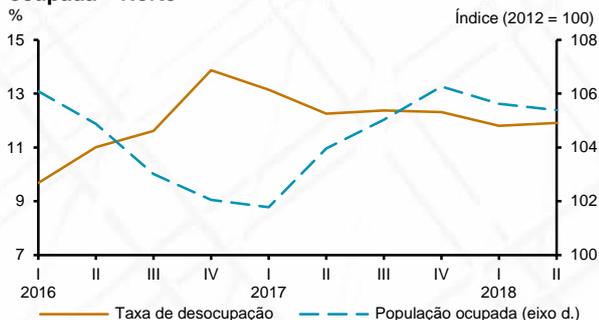
Em relação aos indicadores de demanda, observa-se relativa estabilidade, na margem, do volume de vendas no comércio ampliado, após seis trimestres de crescimento. No trimestre finalizado em agosto, as vendas do comércio ampliado recuaram 0,2% em relação ao terminado em maio, quando aumentaram 1,8%, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Dados mais recentes do licenciamento de automóveis, que ajudam a antecipar o desempenho das vendas, mostram sinais de retomada atividade do comércio. Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves aumentaram 5,7% no terceiro trimestre do ano no Norte, em relação ao segundo, segundo dados dessazonalizados. Por outro lado, o índice de Intenção de Consumo das Famílias da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), reduziu 2,3 pontos (trajetória de redução desde julho), alcançando média de 91,4 pontos no terceiro trimestre, enquanto o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu média de 114,6 pontos¹ no período, mantendo-se na área de otimismo desde setembro de 2016.

No setor de serviços, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE indicam arrefecimento do ritmo de queda da atividade. O indicador do volume de serviços da pesquisa variou -3,7% nos últimos doze

1/ 100 pontos indicam neutralidade.

Gráfico 1.4 – Taxa de desocupação e população ocupada – Norte^{1/}



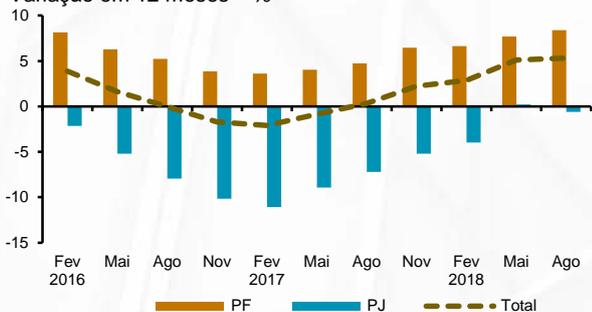
Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados com ajuste sazonal.

meses encerrados em agosto de 2018. A variação vem apresentando evolução negativa com menor intensidade desde junho de 2017, quando atingiu 10,2%. Na margem, o volume de serviços avançou 0,6% no trimestre finalizado em agosto, ante -0,4% naquele encerrado em maio, sinalizando continuidade no processo de acomodação. Considerado pelos dados do mercado de trabalho formal, o setor de serviços demonstra sinais de recuperação, sendo o maior gerador de postos nos últimos meses, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged/MTb): 15,1 mil novos empregos no período de doze meses encerrado em agosto (-12,3 mil em agosto de 2017).

Dados de contratações no mercado formal abrangendo todos os setores na região sugerem recuperação da economia de forma mais gradual. O nível de emprego do Norte aumentou 0,2% no trimestre encerrado em agosto, mesmo percentual do trimestre encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados. A taxa de desocupação se manteve praticamente constante na série com ajuste sazonal, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE², alcançando 11,9% no segundo trimestre de 2018, ante 11,8% no trimestre anterior. O comportamento da taxa refletiu reduções de 0,2% na população ocupada e de 0,1% na força de trabalho.

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito mantém crescimento na margem (1,4%), com dinamismos distintos entre os segmentos de crédito às famílias e às empresas. No trimestre encerrado em agosto, houve elevação de 2,7% no saldo da carteira de pessoas físicas e recuo de 1,4% no de pessoas jurídicas, em relação ao finalizado em maio. No acumulado em doze meses, sobressaiu a elevação da carteira de pessoas físicas, 8,4%, enquanto a de pessoas jurídicas recuou 0,6%, após ter crescido 0,2% no trimestre anterior. A inadimplência das operações diminuiu no trimestre, atingindo 3,6% em agosto (3,4% para pessoas jurídicas e 3,7% para pessoas físicas).

Dados da Serasa *Experian* de Demanda do Consumidor por Crédito (IDC Consumidor) corroboram o maior dinamismo do crédito às famílias. O indicador que mede a procura de crédito por parte dos consumidores, aponta crescimento desde junho de 2017, com elevação de 9,1% em doze meses até agosto, evolução consistente com o ciclo recente de redução das taxas de juros. No caso das empresas, o

2/ A PNAD Contínua, em nível regional, apresenta dados apenas para os “trimestres fechados”, eventualmente implicando defasagens em relação a outras estatísticas regionais.

Tabela 1.1 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2018/2017
		2017	2018	
Grãos ^{3/}	30,5	8 904	8 690	-2,4
Soja	21,0	5 122	5 213	1,8
Milho	5,4	2 623	2 417	-7,8
Arroz (em casca)	3,2	1 040	941	-9,6
Outras lavouras				
Mandioca	16,9	7 435	6 560	-11,8
Café	7,0	154	149	-2,8
Banana	5,0	1 003	890	-11,2
Cacau	3,8	123	122	-0,8
Cana-de-açúcar	1,5	4 443	4 085	-8,1
Laranja	1,3	355	282	-20,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2018.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Tabela 1.2 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-1,5	1,9	10,1
Indústrias extrativas	38,3	2,9	11,3	12,1
Indústrias de transformação	61,7	-6,7	-7,4	7,7
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	-3,9	-29,4	18,5
Bebidas	10,4	-20,7	24,6	20,8
Outros equip. transporte	8,4	-2,1	-13,0	20,8
Produtos de metal	2,1	6,9	0,6	3,0
Metalurgia	3,4	-35,7	-21,4	-20,0
Produtos alimentícios	2,6	-2,8	1,2	5,0
Prod. miner. não-metálicos	2,1	-1,1	5,4	-20,5
Produtos de madeira	1,2	-10,8	4,8	10,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

indicador (IDC Empresas) ainda apresenta retração de 1,1% no período de doze meses encerrado em agosto (mesmo percentual apurado em maio).

Estatísticas relacionadas à oferta confirmam quadro de retomada gradual da economia da região, apesar da percepção de efeitos residuais da paralisação do setor de transporte de cargas sobretudo na indústria de transformação.

No setor primário, o primeiro levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra 2019 estima que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas cresça entre 3,2% e 5,8%, após o recuo anual da safra de grão observada em 2018 (-2,4%), segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro, do IBGE.

No setor industrial, a produção expandiu 1,9% no trimestre finalizado em agosto, após recuo de 1,5% no trimestre encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. O resultado positivo adveio da atividade na indústria extrativa que cresceu 11,3% no período, impulsionada pelo desempenho das produções de minério de ferro e de outros minérios de cobre, concentradas no Pará. A produção da indústria de transformação retraiu 7,4%, na mesma base de comparação, com destaque para as atividades de equipamentos de informática, outros equipamentos de transporte e impressão e reprodução de gravações, no Amazonas, e de metalurgia, no Pará. Considerados dados acumulados em doze meses até agosto, a indústria de transformação da região atingiu alta de 7,7% em relação a igual período anterior, enquanto a extrativa cresceu 12,1%. Ressalte-se que a peculiaridade da logística de fornecimento de suprimentos para a indústria de transformação da região (forte utilização de modais aéreo e rodo-fluvial), aliado ao elevado nível de estoque de matérias-primas, fez com que os efeitos sofridos com a paralisação no setor de transporte de cargas terrestre, especialmente no Polo Industrial de Manaus, fossem percebidos com certa defasagem, impactando com maior intensidade o desempenho da indústria de transformação no mês de junho.

A evolução recente do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 55,3 pontos em setembro, ante 52,2 pontos em

Tabela 1.3 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2017	2018	Var. %
Total	12 863	14 160	10,1
Básicos	10 189	11 682	14,7
Industrializados	2 674	2 478	-7,3
Semimanufaturados	905	970	7,2
Manufaturados ^{1/}	1 769	1 508	-14,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.4 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2017	2018	Var. %
Total	7 829	9 535	21,8
Bens de capital	463	693	49,8
Bens intermediários	6 607	7 695	16,5
Bens de consumo	376	428	13,9
Combustíveis e lubrificantes	383	719	87,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Agosto de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AC	3 380	35	209	3 684	21	207
AM	4 754	-516	-248	5 909	-159	91
AP	1 110	103	186	989	-75	7
PA	841	17	144	1 128	519	661
RO	2 580	-177	-90	2 573	-95	103
RR	-53	-368	-354	-284	-419	-395
TO	2 440	703	832	2 535	145	283
Total (A)	15 052	-202	679	16 533	-62	957
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	861 052	-7 187	52 372
(A/B) (%)	1,9	1,7	1,8	1,9	0,9	1,8

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

junho, mantendo-se acima da linha de confiança³, apesar dos impactos causados pela paralisação dos caminhoneiros. Assinale-se que a elevada ociosidade registrada no Polo Industrial de Manaus – o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 76% em agosto, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) – evidencia a inexistência de restrições de oferta para a continuidade da retomada da atividade local.

O *superavit* comercial do Norte alcançou US\$4,6 bilhões até setembro de 2018, comparativamente a US\$5,0 bilhões no mesmo período de 2017, reflexo dos aumentos de 10,1% das exportações (com alta nos preços e redução no volume) e de 21,8% nas importações, com ênfase nos aumentos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de bens de capital no Amazonas. Nas exportações, destaca-se o aumento das vendas de produtos básicos, em especial de minérios de ferro e a soja.

No âmbito fiscal, as contas consolidadas dos entes públicos do Norte apresentaram *superavit* primário em doze meses até agosto. O resultado positivo atingiu R\$62 milhões no período, ante R\$202 milhões registrado em 2017. A despeito da manutenção de *superavit* primário, a dívida líquida da região totalizou R\$16,5 bilhões em agosto, ante R\$15,1 bilhões em dezembro de 2017, repercutindo o aumento da despesa com juros no período.

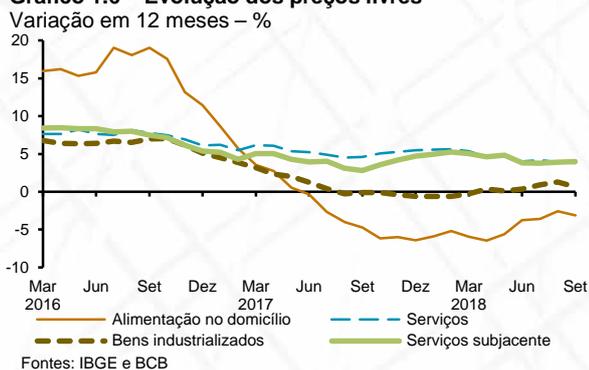
A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu, até agosto de 2018, R\$19,1 bilhões, representando expansão real⁴ de 5,5% em relação a igual período de 2017, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). No mesmo período, as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$22,1 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando variação real de 4,0%, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

Em relação ao comportamento dos preços, a inflação regional⁵, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), demonstra nível reduzido de pressões inflacionárias na margem, após elevação mais significativa decorrente do efeito

3/ Valores acima de 50 pontos na área de otimismo.

4/ Considerado o IGP-DI como deflator.

5/ Calculado com base nas variações e pesos da região metropolitana de Belém. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações e pesos do município de Rio Branco.

Gráfico 1.6 – Evolução dos preços livres**Tabela 1.6 – IPCA – Norte^{1/}**

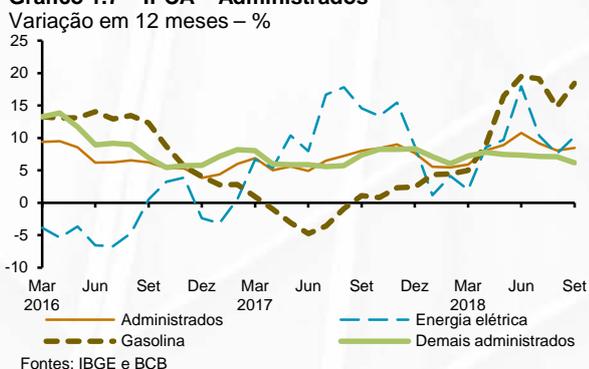
Discriminação	Pesos ^{2/}	Variação %			
		2017	2018		Ano
		Ano	II Trí	III Trí	Ano
IPCA	100,0	1,12	1,34	0,05	2,09
Livres	76,3	-0,67	0,50	-0,64	0,56
Alimentação no domicílio	24,6	-6,42	1,32	-2,55	-0,88
Serviços	26,9	5,51	-0,11	0,56	1,65
Serviços subjacente	16,0	4,69	-0,01	0,45	1,45
Bens Industrializados	24,8	-0,62	0,35	-0,04	0,80
Monitorados	23,7	7,69	4,20	2,32	7,27
Principais itens					
Alimentação	32,7	-4,30	0,84	-1,75	-0,29
Habitação	13,7	6,34	4,61	3,39	6,99
Artigos de residência	4,8	-1,35	0,32	-0,13	0,43
Vestuário	8,2	0,86	0,43	-1,72	-0,20
Transportes	13,2	5,48	1,50	1,90	5,06
Saúde	11,0	4,62	1,31	0,35	2,03
Despesas pessoais	8,4	3,56	0,78	0,23	1,41
Educação	4,9	6,31	-0,20	0,36	5,13
Comunicação	3,1	4,10	0,64	-0,06	0,48

Fonte: IBGE

^{1/} Dados até abril de 2018 referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB).

A partir de maio de 2018 foi incluído o município de Rio Branco.

^{2/} Referentes a setembro de 2018 da RMB.

Gráfico 1.7 – IPCA – Administrados

da paralisação do transporte rodoviário de carga. O índice variou 0,05% no terceiro trimestre, refletindo reduções nos principais grupos em especial, de alimentação no domicílio, com destaques para açaí (maior oferta a partir do segundo semestre em virtude do período de safra) e farinha de mandioca. O índice de difusão mudou de patamar, atingindo 46,9% no terceiro trimestre de 2018 ante 51,5% no trimestre anterior.

Os dados acumulados em doze meses sugerem que os efeitos da paralisação do setor de transporte de cargas foram dissipados no trimestre findo em setembro. Nessa base de comparação, o IPCA da região desacelerou de 2,41% em junho para 2,25% em setembro. O desempenho favorável decorreu, em maior parte, da redução dos preços do grupo alimentação e bebidas. Por outro lado, os preços administrados apresentam pressões inflacionárias significativas, em especial nos itens energia elétrica residencial e gás de botijão.

Em síntese, a atividade econômica no Norte segue em cenário de recuperação moderada, a despeito de oscilações dos indicadores nos últimos meses, em grande parte ainda refletindo efeitos da paralisação dos caminhoneiros. Observa-se tendência favorável da trajetória das vendas do comércio e continuidade da recuperação no mercado de trabalho, particularmente no setor de serviços. Prospectivamente, a inflação sob controle e as taxas de juros reduzidas seguirão contribuindo para o crescimento da demanda doméstica e da atividade econômica.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral
2014 = 100

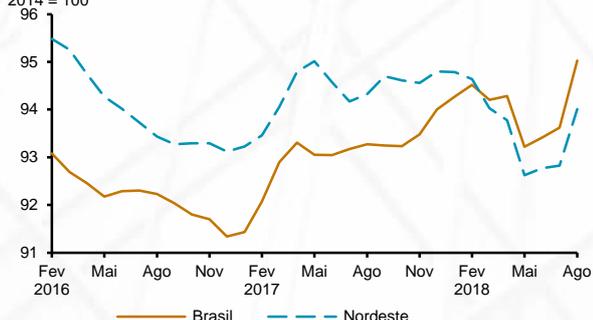


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2018		
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,8	0,5	2,3
Combustíveis e lubrificantes	-3,3	-2,8	-8,9
Hiper e supermercados	1,2	0,2	-0,6
Tecidos, vestuário e calçados	1,1	-2,5	-3,0
Móveis e eletrodomésticos	0,5	2,0	9,9
Comércio ampliado	1,6	-0,3	4,1
Automóveis e motocicletas	3,4	-2,0	10,2
Material de construção	-1,6	-0,3	1,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.2 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	31,6	71,2	-66,3	1,5	47,2
Indústria de transformação	10,8	37,8	-32,9	-18,0	19,6
Serviços industriais de util. pública	0,3	-0,2	0,2	1,1	1,0
Construção civil	2,6	-2,2	-8,2	1,5	0,2
Comércio	-1,4	23,2	-10,8	-2,1	-1,9
Serviços	5,6	7,0	4,0	17,1	11,4
Agropecuária	13,2	6,9	-18,6	0,4	16,0
Outros ^{2/}	0,5	-1,3	0,0	1,5	0,9

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

A economia nordestina, depois de apresentar relativa estabilidade de abril de 2017 a fevereiro de 2018 e recuar no trimestre encerrado em maio impactada pela paralisação do setor de transportes de carga, mostra recuperação no ritmo de atividade econômica. O IBCR-NE cresceu 1,5% no trimestre encerrado em agosto comparativamente ao trimestre anterior, quando reduzira 2,1%, segundo a série com ajuste sazonal. Considerados períodos de doze meses encerrados em agosto deste ano e do ano anterior, o IBCR apresenta relativa estabilidade (-0,1%).

Sob a ótica da demanda, observa-se recuperação, na margem, do setor de serviços e moderação na atividade comercial. As vendas do comércio ampliado recuaram 0,3% no trimestre encerrado em agosto relativamente ao trimestre anterior, quando cresceram 1,6%, segundo dados dessazonalizados da PMC. O volume de prestação de serviços não financeiros aumentou 2,3%, segundo informações da PMS, na mesma base de comparação, influenciada pelas altas verificadas nos estados da Bahia e Pernambuco.

Dados mais recentes sinalizam retomada do crescimento do comércio. Os emplacamentos de veículos cresceram 3,0% no trimestre encerrado em setembro de 2018, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Adicionalmente, houve melhora das expectativas dos consumidores, repercutindo aumento da massa salarial real e redução do desemprego. No mesmo sentido, o índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado pela CNC, atingiu 89,3 pontos no terceiro trimestre de 2018 (85,7 pontos no anterior). Adicionalmente, as expectativas dos empresários mostram recuperação, com o Icec atingindo 108,5 pontos em setembro (105,9 pontos em junho).

No mercado de trabalho no Nordeste, houve criação de 47,2 mil postos de trabalho formais no trimestre finalizado em agosto, ante 31,6 mil vagas geradas

Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação – Nordeste

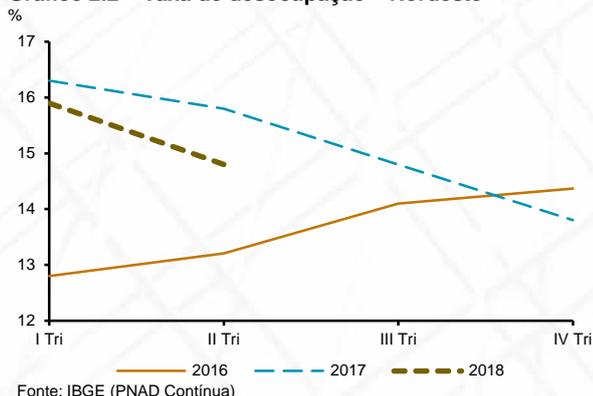
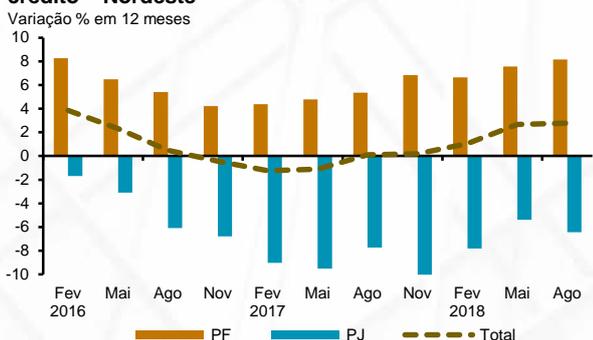


Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-3,3	7,9	0,5
Indústrias extrativas	9,0	-2,8	0,3	-5,5
Indústrias de transformação	91,0	-2,8	7,9	1,0
Produtos alimentícios	16,2	2,3	15,0	1,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-0,8	5,6	-6,5
Outros produtos químicos	9,9	-6,4	4,6	-4,3
Artefatos couro e calçados	6,9	-3,6	0,9	-6,0
Metalurgia	5,9	-8,5	17,6	3,1
Prod. de minerais não-metálicos	5,6	-3,9	6,6	-3,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

em igual período de 2017, de acordo com dados do Caged/MTb, destacando-se as admissões na indústria de transformação e no setor de serviços. A análise na margem indica expansão de 0,2% no nível de emprego formal no trimestre encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desocupação recuou 0,5 p.p. no segundo trimestre do ano, comparativamente ao primeiro na série com ajuste sazonal, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, refletindo retrações de 0,2% na população ocupada e de 0,8% na força de trabalho. Em comparação ao segundo trimestre do ano anterior, o desemprego recuou de 15,8% para 14,8%, e observaram-se aumentos do rendimento real médio habitual (1,3%) e da massa salarial (2,4%) na mesma base de comparação.

O mercado de crédito no Nordeste permanece em recuperação. O saldo total das operações superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizou R\$410,4 bilhões em agosto, com expansão de 0,8% no trimestre e de 2,8% em doze meses. A evolução positiva decorre do comportamento dos empréstimos a pessoas físicas, cuja carteira que somou R\$272,2 bilhões, com aumentos, na ordem, de 2,6% e 8,2% no trimestre e em doze meses, destacando-se os aumentos nas modalidades de crédito consignado e financiamento de veículos no período mais recente. A carteira de pessoas jurídicas, concentrada nas atividades de transporte e administração pública, atingiu R\$138,2 bilhões, com reduções de 2,4% no trimestre e de 6,4% em doze meses.

Do lado da oferta, a produção industrial nordestina cresceu 7,9% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, após o impacto da greve dos caminhoneiros. Destacaram-se os aumentos de 17,6% na metalurgia e de 15,0% na fabricação de produtos alimentícios. Em doze meses, a produção industrial aumentou 0,5%, com queda de 5,5% na indústria extrativa e alta de 1,0% na transformação.

O Icei do Nordeste, divulgado pela CNI, aumentou para 53,0 pontos em setembro ante 50,0 pontos em junho (55,8 pontos em setembro de 2017).

No setor agrícola, a projeção para a safra de grãos da região alcança 19,2 milhões de toneladas em 2018, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE, representando 8,5% da produção nacional e expansão

Tabela 2.4 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas			
	Pesos ^{1/} (%)	Produção ^{2/}		
		2017	2018	2018/2017
Produção de grãos		17 869	19 239	7,7
Soja	27,1	9 491	10 975	15,6
Milho	8,5	6 432	6 154	-4,3
Caroço de algodão (herbáceo)	6,0	941	1 262	34,2
Feijão	3,3	630	710	12,6
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	11,4	48 367	45 706	-5,5
Mandioca	5,7	5 172	5 008	-3,2
Banana	7,1	2 381	2 079	-12,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2018.

Tabela 2.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Agosto de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	7 581	-288	319	7 602	-674	-52
BA	17 493	1 327	1 971	21 221	374	1 264
CE	7 096	-1 203	-783	9 228	1 130	1 625
MA	5 953	122	429	6 923	571	903
PB	3 112	-128	-10	3 084	245	374
PE	11 683	-830	-279	13 192	348	1 041
PI	3 019	259	413	4 486	703	905
RN	1 109	195	245	894	-152	-93
SE	4 774	-432	-255	5 219	594	776
Total (A)	61 820	-980	2 050	71 849	3 139	6 744
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	861 052	-7 187	52 372
(A/B) (%)	7,7	8,4	5,3	8,3	-43,7	12,9

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

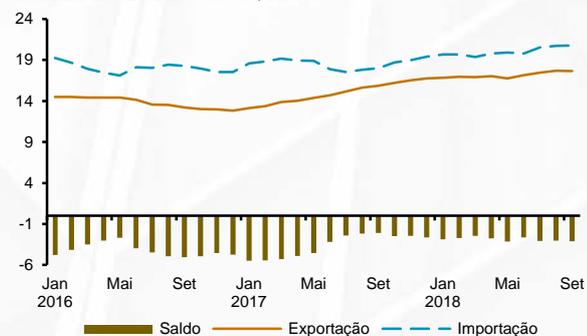
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Gráfico 2.4 – Balança comercial – Nordeste

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

6/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações dos municípios de Aracaju e São Luís.

de 7,7% no ano. Destaque para os crescimentos na produção de caroço de algodão (34,2%); soja (15,6%); e feijão (12,6%). Para a safra de grãos de 2019, o primeiro prognóstico da Conab prevê retração anual de 8,5%, após dois anos de expansão.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste mostraram deterioração no resultado primário, com *deficit* de R\$3,1 bilhões no acumulado de doze meses até agosto de 2018, ante *superavit* de R\$980 milhões em dezembro de 2017. A dívida líquida dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$71,8 bilhões em agosto, alta de 16,2% em relação a registrada em dezembro de 2017.

O *deficit* no comércio internacional do Nordeste apresentou aumento para US\$2,5 bilhões nos primeiros nove meses de 2018, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ante US\$2 bilhões em igual período de 2017. As exportações cresceram 7,3% no período (16,3% nos preços e -7,7% no *quantum*), especialmente, pelo aumento nas vendas de soja mesmo triturada e farelo e resíduos da extração de óleo de soja, celulose e produtos semimanufaturados de ferro ou aços pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). As importações expandiram 9,4% até setembro (-2,6% no *quantum* e 12,3% nos preços), com ênfase nos incrementos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de bens intermediários.

Em relação à inflação, o IPCA na região⁶ variou 0,10% no terceiro trimestre de 2018 comparativamente a 2,30% no trimestre anterior. Os preços monitorados desaceleraram para 0,97% ante 5,28% no segundo trimestre, refletindo a menor variação dos itens energia elétrica, gás de botijão e gasolina; os preços livres recuaram 0,18% (+1,38% no segundo trimestre), influenciados, principalmente, pela redução dos preços da alimentação no domicílio, de 3,14% para -2,13%, em meio ao esgotamento dos efeitos da paralisação dos caminhoneiros.

Em doze meses, a variação do IPCA da região atingiu 3,41% (3,01% no mesmo período do ano anterior), com aceleração dos preços livres, de 1,44% para 1,68% e dos preços monitorados, de 8,64% para 9,14%. A variação dos preços livres repercutiu, especialmente, a menor redução dos preços da alimentação do domicílio, de -3,88% para -0,89%.

Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste

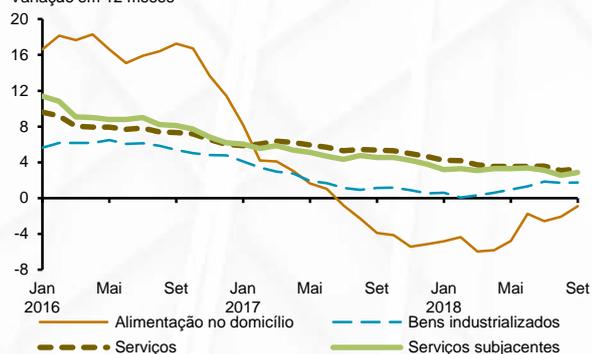
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	0,42	2,30	0,10	3,41
Livres	75,5	0,34	1,37	-0,18	1,68
Alimentação no domicílio	19,7	-0,57	3,14	-2,13	-0,89
Bens industrializados	24,0	0,12	0,87	0,21	1,76
Serviços	31,8	1,04	0,67	0,76	3,25
Monitorados	24,5	0,70	5,29	0,97	9,13
Principais itens					
Alimentação	28,0	-0,20	2,58	-1,32	0,21
Habitação	15,0	-0,96	5,19	1,17	7,29
Artigos de residência	4,3	-0,01	0,80	1,37	1,11
Vestuário	6,7	-1,04	0,65	-0,14	1,42
Transportes	17,0	1,68	2,65	0,52	6,21
Saúde	11,6	1,35	1,89	0,53	4,95
Despesas pessoais	9,2	0,08	0,74	0,77	2,70
Educação	4,9	5,14	0,12	0,61	6,16
Comunicação	3,3	-0,02	-0,09	-0,02	0,07

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.5 – Inflação dos preços livres – Nordeste

Variação em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

Em síntese, os desempenhos verificados nos setores mais relacionados ao ciclo econômico mostram recuperação gradual da atividade. Em paralelo, observa-se melhora do mercado de trabalho e retomada das operações de crédito no segmento de pessoas físicas em ambiente de retomada nas expectativas dos consumidores e recuperação dos rendimentos e da massa salarial.

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

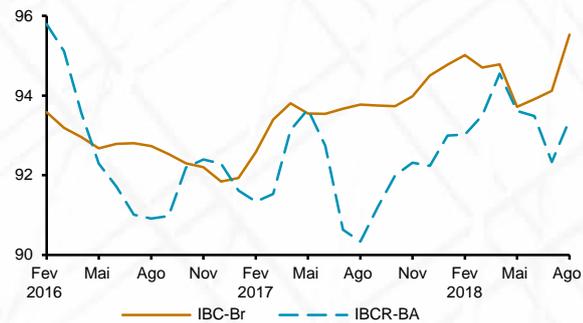
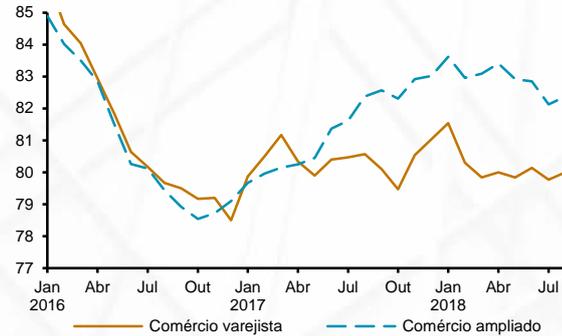


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

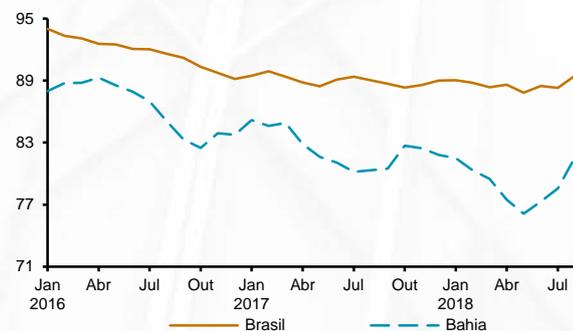
Dados dessazonalizados – média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	2,0	1,1	-6,9	12,1	4,8
Indústria de transformação	1,2	-1,4	-2,3	1,4	1,4
Comércio	-1,7	4,8	-1,3	-2,0	-2,0
Serviços	1,6	2,4	0,7	3,6	4,7
Construção civil	2,7	-1,6	-2,0	-0,1	0,0
Agropecuária	-2,0	-1,5	-2,6	7,3	-0,1
SIUP	-0,2	-0,4	0,3	0,6	0,3
Outros ^{2/}	0,5	-1,3	0,2	1,3	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

2.1 Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) baiano cresceu 1,2% no segundo trimestre de 2018, em relação a igual período do ano anterior, segundo os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Esse desempenho refletiu avanços na agropecuária, 17,8% e no setor de serviços, 0,3%; e retração do setor industrial, 1,9%, com recuos na indústria de transformação, construção civil e na indústria extrativa. Na comparação do segundo trimestre de 2018 com o trimestre imediatamente anterior, considerados dados dessazonalizados, o PIB do estado aumentou 0,4%.

Indicadores mais recentes apontaram arrefecimento, na margem, da atividade econômica no estado da Bahia. Nesse sentido, o IBCR-BA variou -0,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao trimestre anterior, considerados dados dessazonalizados. Em doze meses, o indicador aumentou 1,3%.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado no estado recuaram 0,7% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando recuaram 0,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Por outro lado, o volume dos serviços não financeiros avançou 7,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia recuado 5,2%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. Destaque-se a expansão do segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, 12,3%, após retração de 3,4% no trimestre finalizado em maio, impactada pela paralisação dos transportes de cargas. Considerando-se os últimos doze meses até agosto, o indicador recuou 3,0%.

O mercado formal de trabalho no estado apresenta resultados melhores em todos os trimestres analisados nos Boletins Regionais desde 2016, conforme dados do Caged/MTb. No trimestre encerrado em agosto, foram criados 4,8 mil postos de trabalho, ante 2,0 mil em igual período de 2017. Destaque-se a geração de empregos no setor de serviços e na indústria de transformação. O nível de emprego formal aumentou 0,2% no trimestre encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados.

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

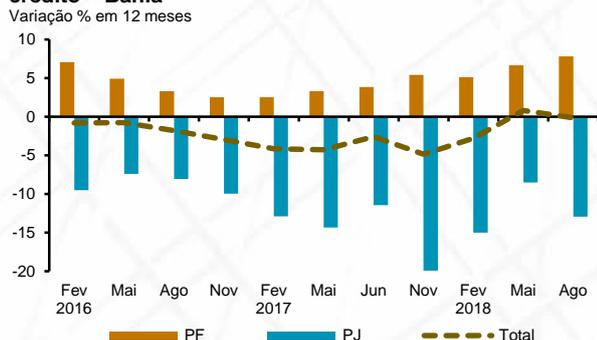


Gráfico 2.1.5 – Evolução do Iceb por setor de atividade em pontos

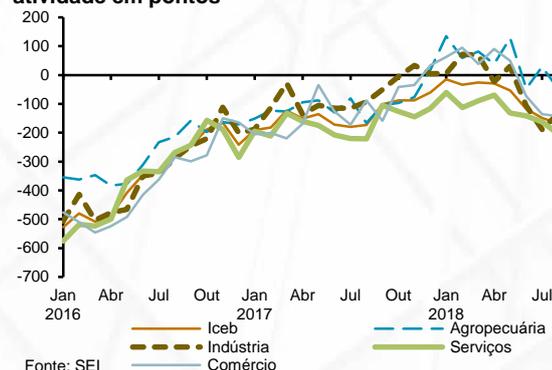


Gráfico 2.1.6 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

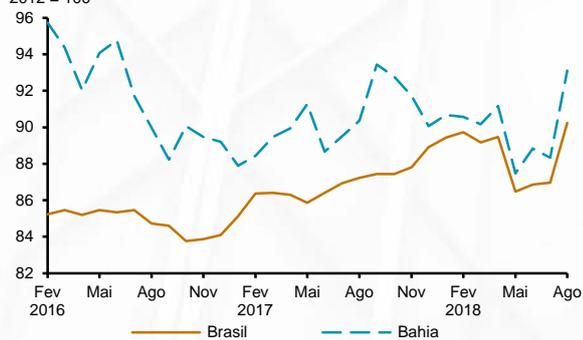


Tabela 2.1.2 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018	Acumulado	
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	em 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,4	6,4	0,8
Indústrias extrativas	5,9	-3,5	5,7	5,2
Indústrias de transformação	94,1	-3,1	5,8	0,6
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	1,6	1,4	-7,3
Outros produtos químicos	16,1	-6,2	1,7	-3,3
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	-4,5	22,1	25,6
Metalurgia	8,2	-11,6	23,9	0,9
Produtos alimentícios	8,1	-5,6	8,2	5,7
Celulose e prod. papel	7,4	-5,9	8,3	-3,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

7/ O indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença.

Os dados da PNAD Contínua do IBGE, corroboram a melhora gradual do mercado de trabalho. A taxa de desocupação atingiu 16,5% no segundo trimestre do ano, ante 17,5% em igual período do ano anterior, em cenário de queda da população ocupada, ocorrida quase que exclusivamente entre os trabalhadores por conta própria. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real aumentaram 2,1% e 0,5%, respectivamente, na mesma base de comparação. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou 0,4 p.p., alcançando 16,3% no segundo trimestre.

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia totalizou R\$106,9 bilhões em agosto, mantendo-se estável no trimestre e recuando 0,2% em doze meses, com trajetórias distintas nos segmentos pessoas físicas e pessoas jurídicas. O saldo do crédito destinado às famílias registrou aumentos respectivos de 2,5% e 7,8%, no trimestre e em doze meses encerrados em agosto. Para o crédito às empresas registram-se decréscimos de 4,7% no trimestre e 13,0% em doze meses. A taxa de inadimplência das operações de crédito do estado da Bahia, 4,67% em agosto, revela-se bem acima da verificada no país, 2,82%, impactada, principalmente, pela elevada inadimplência no segmento de pessoas jurídicas (6,32%).

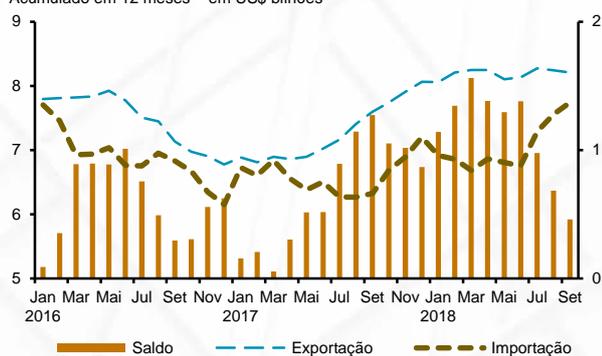
O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb)⁷, divulgado pela SEI, alcançou -79 pontos em setembro (-118 pontos em junho e -101 pontos em setembro de 2017), situando-se na área de pessimismo moderado. A melhora na evolução trimestral, decorreu do avanço da confiança em três dos quatro setores pesquisados, destacando-se a agropecuária e a indústria que passaram a situar-se na região de otimismo moderado. No setor de serviços, embora a confiança tenha avançado 44 pontos, o segmento permanece na área de pessimismo moderado. No comércio, a confiança retrocedeu 33 pontos em relação a junho, alcançando -107 pontos, mantendo o setor na região de pessimismo moderado.

Do lado da oferta, a estimativa de aumento da safra agrícola do estado sugere que a agricultura deve continuar a impulsionar a atividade econômica, esperando-se a continuidade da reação da atividade industrial. Nesse sentido, segundo estimativa do LSPA de setembro do IBGE, a produção de grãos do estado deverá expandir 14,5% em 2018, em relação ao ano anterior, 1,6 p.p. acima da estimativa de junho.

Após três trimestres de retração, a indústria da Bahia expandiu 6,4% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Esse desempenho resultou de elevações de 5,7% na indústria extrativa e de 5,8% na indústria de transformação, na qual houve retração em apenas um único segmento pesquisado (preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados), destacando-se as elevações em metalurgia, 23,9%; fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, 22,1%; e bebidas, 13,8%.

Gráfico 2.1.7 – Balança comercial – Bahia

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.1.3 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	2018				Variação %
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses	
IPCA	100,00	0,63	2,33	0,32	3,60	
Livres	75,37	0,35	1,42	-0,16	1,66	
Alimentação no domicílio	18,72	-0,79	3,19	-2,73	-2,27	
Bens industrializados	24,43	0,22	1,02	0,67	2,63	
Serviços	32,23	1,14	0,70	0,76	3,36	
Monitorados	24,63	1,52	5,24	1,79	9,97	
Principais itens						
Alimentação	27,55	-0,18	2,82	-1,62	-0,47	
Habitação	4,84	-1,00	6,44	1,56	7,58	
Artigos de residência	4,22	-0,40	1,87	2,56	2,45	
Vestuário	6,44	-1,62	0,50	0,99	1,47	
Transportes	18,59	3,22	1,32	1,20	6,17	
Saúde	10,94	1,20	1,76	0,33	4,08	
Despesas pessoais	8,46	0,01	0,64	0,99	2,48	
Educação	4,82	4,73	0,09	0,56	5,70	
Comunicação	3,57	0,13	-0,18	-0,11	0,44	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2018.

A balança comercial da Bahia registrou *superavit* de US\$417,8 milhões nos nove primeiros meses do ano, ante US\$823,4 milhões em igual período de 2017. A evolução refletiu aumentos de 2,3% nas exportações e 10,5% nas importações, que totalizaram US\$6,1 bilhões e US\$5,7 bilhões, respectivamente. O comportamento das vendas externas repercutiu alta de 14,0% nos preços e recuo de 10,1% no *quantum*, com avanço nas vendas de produtos básicos, 4,1%, e nas de semimanufaturados, 15,7%, enquanto as exportações de produtos manufaturados, que representaram 39,6% da pauta, recuaram 7,2%. O avanço das importações resultou de aumento de 16,0% nos preços e redução de 4,7% no *quantum*, verificando-se crescimento das compras externas em todas as categorias, destacando-se combustíveis e lubrificantes, 76,4%; e bens de capital, 26,5%.

A inflação na Região Metropolitana de Salvador (RMS), medida pelo IPCA, desacelerou de 2,33% no trimestre finalizado em junho para 0,32% no trimestre encerrado em setembro, refletindo trajetórias descendentes dos preços livres, de 1,42% para -0,16%, e dos monitorados, de 5,24% para 1,79%. A evolução dos preços livres repercutiu, em especial, a deflação de alimentação no domicílio, favorecida, especialmente, pela retração dos preços de alimentos *in natura*, (21,69%), decorrente do realinhamento de preços após a paralisação do setor de cargas, em maio. Considerados períodos de doze meses, o IPCA na RMS acumulou 3,60% em setembro, ante 2,62% em igual intervalo de 2017, com aceleração dos preços dos monitorados, de 7,87% para 9,97% e dos preços livres de 1,14% para 1,66%.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral

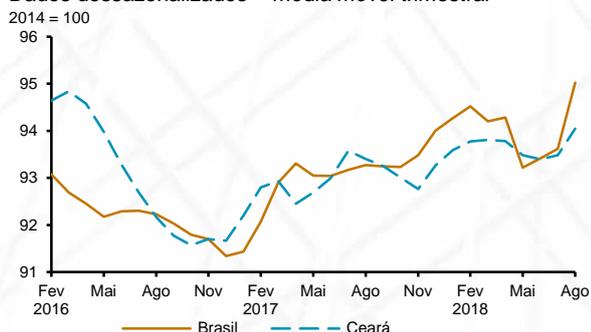


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

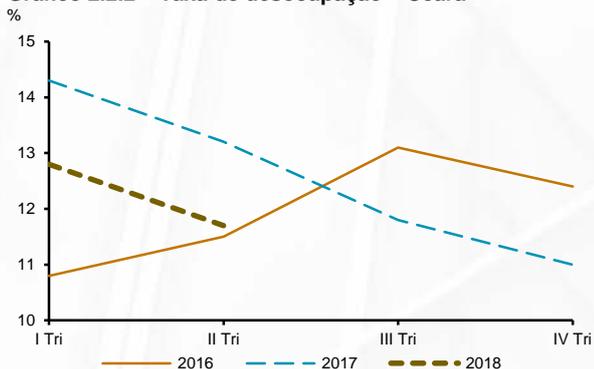
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2018		
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,3	0,0	2,6
Combustíveis e lubrificantes	-1,9	-3,2	-10,9
Hiper e supermercados	2,6	-0,6	3,1
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	1,6	-1,4
Móveis e eletrodomésticos	0,2	1,9	-0,2
Comércio ampliado	0,9	-0,7	4,6
Automóveis e motocicletas	3,0	-6,1	10,0
Material de construção	-7,0	6,1	3,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

O PIB do Ceará cresceu 0,2% no segundo trimestre de 2018, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), reflexo da expansão de 1,7% na atividade do setor de serviços, e retrações nos produtos da agropecuária (11,2%) e da indústria (2,0%). Dados do IBCR-CE para o trimestre encerrado em agosto de mostram acréscimos de 0,6% em relação ao trimestre findo em maio, considerados dados dessazonalizados, evolução que repercutiu, principalmente, o desempenho da atividade fabril. Em doze meses, o IBCR-CE cresceu 0,9%.

Sob a ótica da demanda, as vendas do comércio ampliado diminuíram 0,7% no trimestre encerrado em agosto em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. No mesmo período, o volume dos serviços não financeiros prestados no estado apresentou recuo de 0,4%, segundo a PMS do IBGE.

Em relação ao mercado de trabalho cearense, houve criação de 6,2 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em agosto, ante geração de 7,0 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged/MTb. A taxa de desemprego no Ceará atingiu 11,7% no segundo trimestre de 2018, ante 12,8% no primeiro trimestre anterior, e 13,2% em igual período de 2017, segundo a PNAD Contínua do IBGE. Considerando dados dessazonalizados, observou-se queda de 0,7 p.p. na taxa de desemprego ante o trimestre imediatamente anterior, com redução de 0,1% na população ocupada e de 0,8% na força de trabalho. Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados cresceu 3,4% e a massa salarial 9,9%.

A carteira de crédito permanece com sinais de recuperação, especialmente, no segmento de pessoas físicas. Em agosto, o saldo deste segmento atingiu R\$38,6 bilhões, com crescimento de 2,5% no trimestre e de 7,7% em doze meses, destacando-se, no período mais recente, as expansões nas modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$31,5 bilhões, com variações de -2,1% no trimestre e 2,6% em doze meses, ressaltando-se, no trimestre, as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018			
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	-4,5	2,4	1,4	
Artefatos de couro e calçados	26,7	0,4	-2,0	-3,6	
Produtos alimentícios	16,9	0,5	7,8	-0,7	
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	-4,4	-3,2	1,4	
Bebidas	11,0	-8,2	10,0	8,9	
Produtos têxteis	7,6	-3,5	-0,1	2,4	
Metalurgia	4,0	5,8	12,0	11,0	

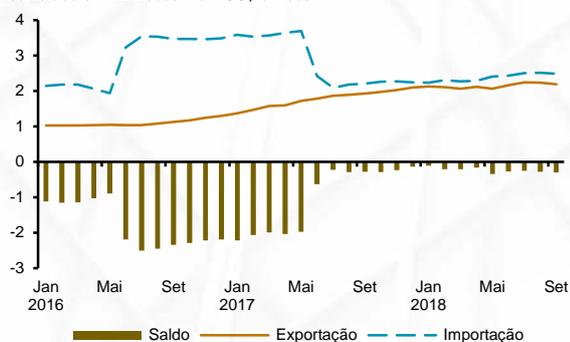
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.3 – Balança comercial – Ceará

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	0,57	1,78	-0,09	3,07
Livres	77,1	0,36	1,01	0,04	1,77
Alimentação no domicílio	23,0	-0,62	2,44	-1,39	-0,16
Bens industrializados	23,6	0,05	0,38	-0,46	1,21
Serviços	30,5	1,38	0,42	1,51	3,68
Monitorados	22,9	1,28	4,44	-0,52	7,70
Principais itens					
Alimentação	31,5	-0,29	2,02	-0,46	0,84
Habitação	14,9	0,13	3,24	0,04	5,89
Artigos de residência	3,9	-0,07	-0,87	0,85	-0,28
Vestuário	6,3	-0,99	-0,84	-1,28	0,17
Transportes	16,2	1,52	3,55	-0,68	5,84
Saúde	10,3	1,61	1,51	0,54	4,96
Despesas pessoais	9,4	0,38	0,38	1,04	1,96
Educação	4,7	6,06	0,05	1,10	7,61
Comunicação	2,8	-0,07	-0,09	0,04	-0,39

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Pelo lado da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 2,4% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se os aumentos verificados nos segmentos metalurgia, 12%, e na fabricação de bebidas, 10,0%. Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado expandiu 1,4%, ressaltando-se as altas assinaladas nos segmentos de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, 22,0%, e de metalurgia, 12,0%.

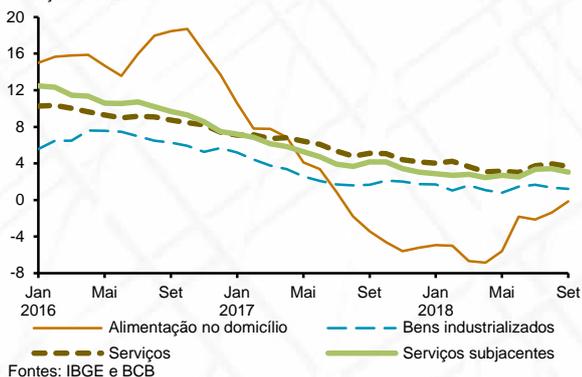
O faturamento real da indústria de transformação cearense recuou 3,0% no período de doze meses encerrado em agosto deste ano, em relação a igual intervalo do ano anterior, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). No período, a remuneração real e pessoal ocupado na indústria cresceram no mesmo ritmo (1,1%), enquanto as horas trabalhadas decresceram 5,6%. A utilização da capacidade instalada média atingiu 80,8% no trimestre até agosto (81,4% no terminado em maio e 82,7% no encerrado em agosto de 2017).

A arrecadação do estado repercutiu o desempenho favorável da atividade fabril. No ano, até agosto, a receita com (ICMS cresceu 5,2% em termos reais, em relação ao mesmo período de 2017 de acordo com os dados do Ministério da Fazenda. As transferências da União para estado e municípios, entretanto, decresceram 6,4% em termos reais, na mesma base de comparação.

No que se refere ao setor externo, a operacionalização da CSP segue favorecendo os resultados do comércio exterior. No ano até setembro, relativamente a igual período em 2017, o crescimento de 21,7% nos embarques de produtos de semimanufaturados de ferro ou aços pela CSP (cuja participação no total das vendas externas passou de 49% para 56% na comparação com igual período de 2017) impulsionou as exportações do Ceará, que registraram alta de 5,8% (expansão de 21,4% nos preços e declínio de 12,9% no *quantum*). As importações expandiram 14,2% no mesmo período, decorrente de elevações de 9,5% nos preços e 4,4% na quantidade, refletindo, sobretudo, os avanços nas aquisições em combustíveis e lubrificantes, insumos para a siderúrgica, e em bens intermediários. Refletindo a dinâmica do comércio exterior, o *deficit* da balança comercial cearense aumentou para US\$437,9 milhões, ante US\$275,4 milhões em igual período de 2017.

Gráfico 2.2.4 – Inflação dos preços livres – Ceará

Varição em 12 meses



Em relação ao comportamento dos preços, a inflação, medida pelo IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), variou -0,09% no terceiro trimestre do ano (1,78% no segundo), repercutindo menor variação dos preços livres (de 1,01 para 0,04%) e dos monitorados (de 4,44% para -0,52%). Dentre os monitorados, destacaram-se a desaceleração na tarifa de energia elétrica e as reduções nos preços da gasolina e do óleo diesel.

A variação do IPCA da RMF atingiu 3,07% em doze meses ante 2,64% no mesmo período do ano anterior. A variação dos preços livres aumentou de 1,35% para 1,77% e dos preços monitorados, de 7,48% para 7,70%.

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

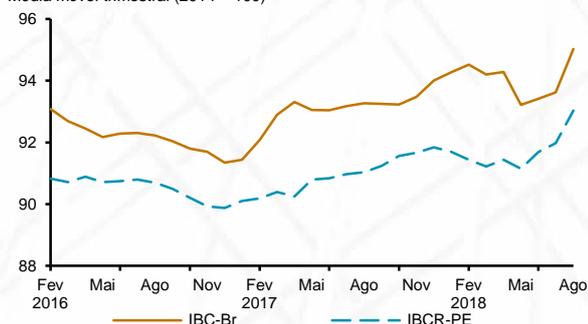
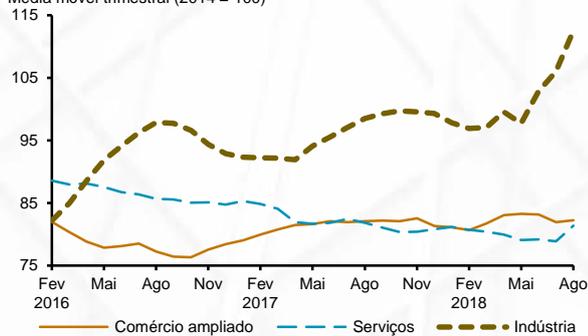


Gráfico 2.3.2 – Comércio, serviços e indústria – PE

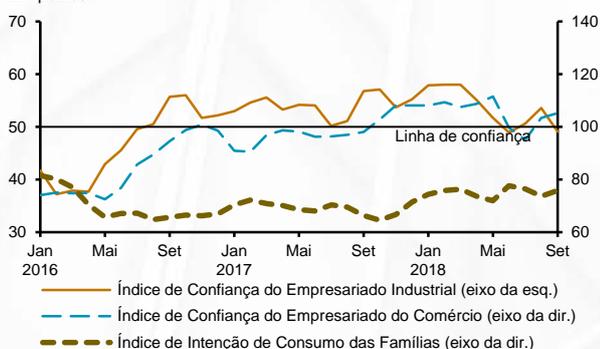
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.3.3 – Confiança dos agentes – Pernambuco

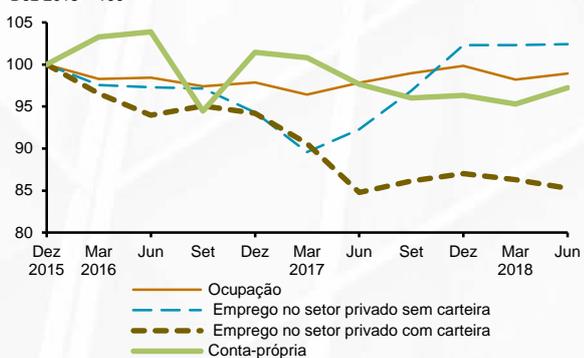
Em pontos



Fontes: Fiepe e Fecomércio-PE

Gráfico 2.3.4 – População ocupada

Dez 2015 = 100



Fontes: IBGE e BCB

A atividade econômica pernambucana retornou ao processo de expansão após o impacto negativo da paralisação do transporte de carga em maio. O IBCR-PE cresceu 2,1% no trimestre encerrado em agosto comparativamente ao trimestre anterior, considerando a série com ajuste sazonal. O desempenho refletiu, em especial, o comportamento do setor industrial, com ênfase na produção sucroalcooleira, automóveis e refino de petróleo. Nos próximos trimestres, a continuidade da expansão dependerá, sobretudo, da reversão do comportamento de segmentos relevantes, como comércio e construção civil.

No âmbito da demanda, o comércio varejista ampliado recuou 1,2% no trimestre encerrado em agosto ante o trimestre anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE). As vendas decresceram em oito dos dez segmentos pesquisados com ênfase em combustíveis e lubrificantes – refletindo, em parte, os efeitos dos preços mais elevados – e de material de construção.

O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) se estabilizou no trimestre, mantendo-se em zona de pessimismo (abaixo de 100 pontos). A expectativa do empresariado, medida pelo Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), conforme pesquisa da Fecomércio/PE, se mostrou mais sensível à paralisação, retomando, em julho, o patamar otimista (acima de 100 pontos).

O setor terciário cresceu 2,9% no trimestre, favorecido em parte pela base de comparação deprimida – o indicador dessazonalizado da PMS, do IBGE, em maio, atingiu o patamar mínimo da série histórica iniciada em 2011. Considerados doze meses, a despeito do crescimento de 6,5% das atividades turísticas, os serviços acompanhados pela PMS diminuíram 3,6%.

Os indicadores do mercado de trabalho apresentam evolução favorável, de forma gradual. A taxa de desocupação atingiu 17%, com recuo de 0,2 p.p. no trimestre encerrado em junho em relação ao trimestre anterior, quando diminuía 0,1 p.p. no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PNAD Contínua. O movimento trimestral da taxa refletiu aumentos de 0,9% da população ocupada e de 0,7% da força de trabalho. Na margem sobressaíram os postos de trabalho por conta própria, em ambiente de baixo ritmo de contratações nos segmentos que

Tabela 2.3.1 – Comércio – Pernambuco

Geral e setores selecionados

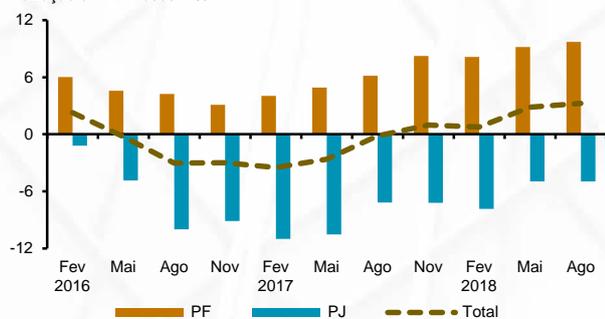
Setores	Variação % no período			
	2017	2018		
		Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}
Comércio varejista restrito	4,7	2,0	-0,8	1,1
Combustíveis e lubrificantes	38,4	-2,6	-2,8	-4,1
Hiper e supermercados	-9,6	1,4	0,3	0,4
Tecidos, vestuário e calçados	13,8	2,4	-1,3	-3,9
Móveis e eletrodomésticos	20,2	-0,1	-0,2	10,0
Comércio ampliado	3,4	3,2	-1,2	2,4
Automóveis e motocicletas	6,4	9,1	-0,1	10,6
Material de construção	-17,5	1,0	-1,2	-10,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3.2 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral ^{1/}	100,0	0,9	15,1	7,0
Produtos alimentícios	27,7	3,4	14,6	2,8
Outros produtos químicos	11,0	-5,3	12,5	-9,4
Produtos minerais não-metálicos	10,3	-8,0	14,7	2,9
Bebidas	9,6	-4,8	5,7	0,9
Produtos de metal	7,0	-2,6	-0,8	42,3
Veículos	4,2	1,6	10,4	30,5
Deriv. petróleo e biocombustíveis	1,7	-3,0	22,0	-8,6

Fonte: IBGE

1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

respondem pela maior participação nos empregos com carteira assinada, tais como comércio, serviços técnicos e construção civil. A relativa estabilidade do emprego formal é confirmada com dados do Caged/MTb, que apontam variação de 0,1% do nível de ocupação no trimestre encerrado em agosto, na série com ajuste sazonal.

O crédito no estado apresenta desempenho positivo, mas com dinâmicas distintas para o segmento de pessoas físicas e de pessoas jurídicas. Nesse sentido, o crescimento interanual do saldo das operações de crédito passou de 2,8% em maio para 3,3% agosto, quando atingiu R\$73,8 bilhões. Houve aceleração no crescimento da carteira de pessoas físicas de 9,2% para 9,7% (R\$43,9 bilhões) com ênfase nas operações de cartão de crédito à vista, cartão de crédito financiado e financiamento de veículos. Nos empréstimos para pessoas jurídicas, a retração manteve-se estável em 5,0%, com ganho de participação das operações associadas a capital de giro e cheque especial, em detrimento do crédito rural. A taxa de inadimplência total no estado alcançou 3,51%, retraindo 0,18 p.p. na comparação com maio e 0,14 p.p. ante agosto de 2017.

Sob a ótica da oferta, a atividade industrial⁸ apresentou expansão de 15,1% no trimestre encerrado em agosto comparativamente ao período anterior, com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Concorreram para o resultado os desempenhos nas atividades de alimentos, 14,6%, refletindo maior produção de açúcar⁹; derivados de petróleo e biocombustíveis, 22% – a média da produção local da refinaria atingiu o maior nível desde o trimestre encerrado em outubro de 2016 segundo a Agência Nacional do Petróleo; e de álcool, que ganha competitividade com preços mais elevados da gasolina.

Houve ainda ramos cuja recuperação reflete a base de comparação prejudicada pela paralisação dos caminhoneiros, como os minerais não metálicos e outros produtos químicos. Em doze meses, a expansão industrial do estado atingiu 7%, sobrelevando-se os desempenhos da manufatura de veículos e produtos de metal.

8/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, que se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se em grande parte na Bahia, o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção daquele estado, com base nos pesos do Valor da Transformação Industrial (VTI) relativos a 2015, extraídos da Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE).

9/ O Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar) estima que a produção de açúcar e álcool cresça 10,3% e 26,2%, respectivamente, na safra 2018/2019 em relação à safra passada.

Gráfico 2.3.6 – Balança comercial – Pernambuco
Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões

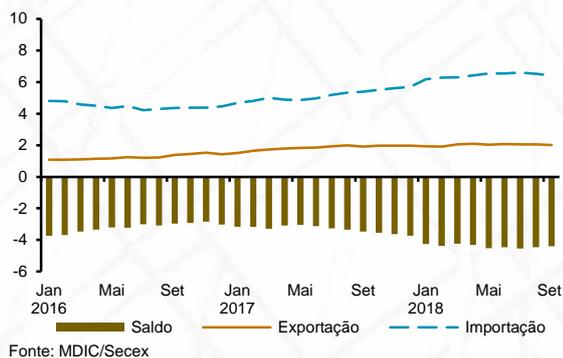


Gráfico 2.3.7 – Principais produtos exportados
Acumulado em 12 meses – em US\$ milhões

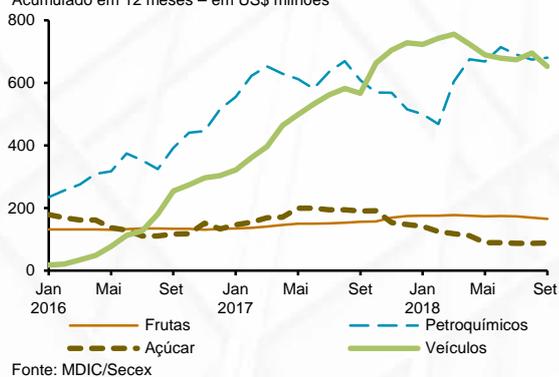


Tabela 2.3.3 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2017	2018	12 meses	
		Ano	II Tri	III Tri	
IPCA	100,0	3,31	2,57	-0,01	3,39
Livres	75,4	0,70	1,43	-0,17	1,70
Comercializáveis	37,6	-1,49	1,37	0,63	1,10
Não comercializáveis	37,8	2,96	1,50	-0,95	2,30
Monitorados	24,6	12,64	6,23	0,47	8,92
Principais itens					
Alimentação e bebidas	26,4	-2,69	2,52	-0,81	1,10
Habitação	15,2	8,83	5,27	1,02	7,66
Artigos de residência	4,6	-3,73	0,86	0,40	0,12
Vestuário	7,0	-3,73	0,62	-1,33	0,26
Transportes	15,3	7,73	4,30	-0,54	3,82
Saúde	13,6	6,11	2,16	1,00	5,94
Despesas pessoais	9,8	4,52	0,90	0,55	3,07
Educação	4,7	7,27	0,03	0,56	-0,01
Comunicação	3,3	2,26	0,04	0,03	3,07

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a setembro de 2018.

Apesar da expansão da atividade fabril, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), conforme pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), encerrou setembro em 49,1 pontos, sendo ligeiramente superior patamar de junho (48,9 pontos), mas ainda com viés de pessimismo (abaixo de 50 pontos), inferior aos números apurados em nível nacional e no Nordeste (52,8 e 53, respectivamente).

O desempenho do setor industrial se reflete no âmbito fiscal. A arrecadação do ICMS nos doze meses encerrados em agosto somou R\$15,4 bilhões, com aumento real (deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI) de 4,1% (dados do Ministério da Fazenda), dos quais a indústria contribuiu com 1,3 p.p. O crescimento na arrecadação do principal imposto estadual contrapõe-se à tendência de queda nos repasses da União, cuja retração – deflacionada também pelo IGP-DI – atingiu 5,3% em doze meses (total repassado de R\$10,7 bilhões no período).

O *deficit* do comércio exterior pernambucano somou US\$3,9 bilhões no acumulado do ano até setembro, crescendo 22,7% ante o mesmo período de 2017. A evolução reflete elevações de 4% das exportações e de 16,9% das importações. O *quantum* exportado retraiu 9,4%, destacando-se, na margem, a redução nos embarques de veículos (especialmente os movidos a diesel) para a Argentina. O *quantum* importado expandiu 6,4%, sobressaindo as aquisições de combustíveis.

No terceiro trimestre, o IPCA da Região Metropolitana do Recife (RMR) variou -0,01%, ante 2,57% no segundo. O resultado do período repercutiu inflação de 0,47% dos monitorados, com ênfase em energia residencial (3,97%), impactada pela vigência da bandeira tarifária vermelha e planos de saúde (1,92%). Em sentido contrário os preços livres recuaram 0,17%, com destaque para os itens raízes e legumes (-38,7%) e frutas (-5,77%).

Em doze meses, o IPCA na Região Metropolitana do Recife (RMR) alcançou 3,39% em setembro (3,87% em setembro de 2017). No período destacaram-se as altas dos itens habitação (7,66%) e saúde (5,94%), e a relativa estabilidade dos preços do vestuário (0,26%), artigos de residência (0,12%) e despesas com educação (-0,01%).

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

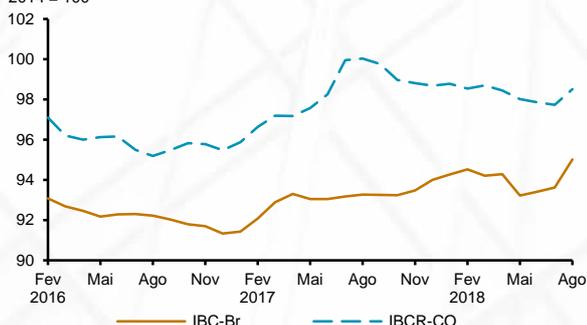
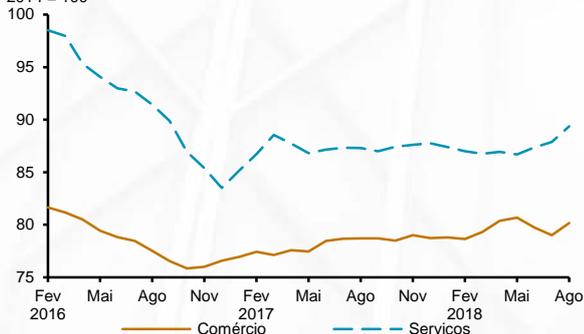


Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2017		2018	
	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	25,2	70,2	31,4	88,2
Ind. de transformação	6,7	19,3	4,3	15,2
Comércio	3,8	-0,4	3,2	1,2
Serviços	4,8	21,9	11,9	37,2
Construção civil	3,7	6,9	4,2	11,0
Agropecuária	6,6	22,2	7,4	23,2
Outros ^{1/}	-0,4	0,3	0,4	0,4

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e SIUP, entre outros.

2/ Trimestre encerrado em agosto.

3/ Acumulado no ano até agosto.

A atividade econômica no Centro-Oeste recuperou-se dos efeitos da paralisação dos transportadores em maio e retomou a trajetória de relativa estabilidade, refletindo, em parte, a redução na produção agrícola, após a safra recorde em 2017. No trimestre encerrado em agosto, o IBCR da região cresceu 0,5% em comparação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal, influenciado pela recuperação dos serviços de transporte e da produção da indústria de transformação. Comparando-se com os primeiros meses do ano, o comportamento da atividade econômica mostra relativa estabilidade, refletindo, além da queda na produção de grãos, os efeitos das barreiras às exportações de carnes.

Os indicadores de demanda no Centro-Oeste evidenciam evolução bastante moderada. No trimestre encerrado em agosto, o comércio ampliado registrou contração de 0,7% segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, com a diminuição das vendas de veículos contrastando com o aumento de 0,3% do indicador do comércio varejista. Em sentido oposto, a atividade no setor de serviços registrou aceleração na margem, registrando expansão de 3,0% no período, impulsionado pelo segmento de transportes de cargas, que se recuperou da paralisação ocorrida em maio.

O mercado de trabalho no Centro-Oeste continua em expansão, evidenciada tanto pelos indicadores do IBGE, como pelos dados do Caged/MTb. A população ocupada aumentou 2,7% no segundo trimestre, na comparação interanual, equivalente a um acréscimo de 200 mil pessoas, segundo dados da PNAD Contínua, sendo 147 mil no setor de serviços. O crescimento ocorreu em todos os estados da região, bem como na capital do país: Mato Grosso, 4,6%; Distrito Federal, 3,4%; Mato Grosso do Sul, 2,8%; e Goiás, 1,5%. Desse modo, a taxa de desocupação da região diminuiu 1,1 p.p. no período, situando-se em 9,5%, abaixo da média nacional (12,4%). A expansão na ocupação associada ao crescimento de 4,6% do rendimento médio real implicaram alta de 7,4% na massa de rendimento real.

Os dados do Caged para o Centro-Oeste mostram a criação de 31,4 mil empregos formais no trimestre finalizado em agosto, evoluindo positivamente em relação à expansão registrada no mesmo período de 2017 (25,2 mil). Os novos empregos concentraram-se em Mato Grosso e Goiás, disseminados em todos os setores, principalmente em serviços (segmentos de atenção à saúde, organizações associativas, transporte e tecnologia da informação). No segmento de construção civil observaram-se contratações para obras de infraestrutura e construção de edifícios; na indústria, no segmento de produtos alimentícios, têxteis e combustíveis.

Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}



Em crescimento contínuo desde fevereiro do ano passado, o mercado de crédito no Centro-Oeste mostrou aceleração nos últimos meses, alavancado pela demanda de crédito do agronegócio em operações de financiamento da safra e de apoio às exportações. A expansão interanual do crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), na região, passou de 4,7%, em maio, para 7,6% em agosto, com o crescimento no segmento de pessoas físicas passando de 7,7% para 9,6% no período (destaque para o acréscimo nas linhas de crédito rural e financiamentos a exportações). A variação interanual da carteira de crédito às empresas evoluiu de 0,2% para 4,4%, impulsionada pelo aumento nos financiamentos a exportações.

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2017	2018	Var. %	Var. %
Exportações	20 929	26 059	24,5	8,2
Básicos	17 765	22 429	26,3	12,5
Industrializados	3 164	3 630	14,7	4,3
Importações	6 265	6 447	2,9	17,3
Bens de capital	389	456	17,2	55,0
Bens Intermediários	3 126	3 019	-3,4	11,4
Bens de consumo	1 840	1 782	-3,1	15,2
Combustíveis e lubrificantes	910	1 184	30,1	12,6
Saldo comercial	14 663	19 612	33,7	-19,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

A demanda externa pelos produtos agropecuários produzidos no Centro-Oeste continua sendo importante diferencial para o crescimento da região. Nesse sentido, observou-se aumento de 24,5% nas exportações da região no acumulado de janeiro a setembro, impulsionado pelas remessas de milho, soja, celulose, farelo de soja e carne de bovinos. Em sentido oposto, houve contração nas vendas de açúcar, carne de suínos, couros e pele e carne de frango. As importações aumentaram 2,9% no período, influenciadas principalmente pelo crescimento nas compras de gás natural, máquinas agrícolas (exceto trator) e aeronaves. Dessa forma, o comércio exterior da região apresentou saldo de US\$19,6 bilhões nos nove primeiros meses do ano, com expansão de 33,7% ante o mesmo período de 2017.

No âmbito fiscal observou-se elevação de 6,1% na dívida líquida da região entre dezembro de 2017 e agosto deste ano, com destaque para o aumento de 15,1% na dívida do Mato Grosso (novas operações de crédito bancário e efeitos da variação cambial sobre a dívida externa). Nesse período, constatou-

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Agosto de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
DF	6 435	744	934	6 851	884	1 086
GO	18 208	-348	1 065	19 251	-1 033	556
MS	7 216	-290	114	7 374	-163	403
MT	3 462	-478	-217	3 983	-400	-33
Total (A)	35 321	-372	1 896	37 459	-713	2 012
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	861 052	-7 187	52 372
(A/B) (%)	4,4	3,2	4,9	4,4	9,9	3,8

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

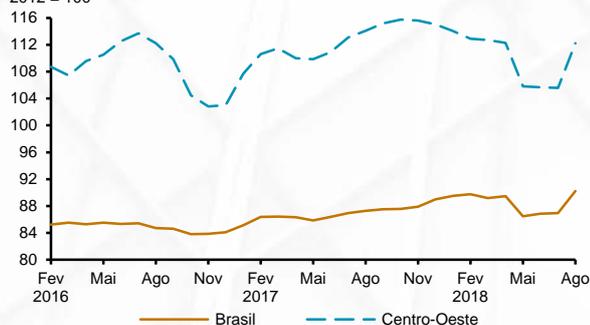
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Gráfico 3.4 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 3.4 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2017	2018	
Grãos	83,4	105 931	99 836	-5,8
Soja	57,0	51 157	53 069	3,7
Milho	16,1	50 119	41 781	-16,6
Algodão (caroço)	7,1	1 715	2 088	21,8
Feijão	1,9	801	717	-10,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,6	142 927	146 157	2,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2018.

se crescimento de 91,8% no *superavit* primário, refletindo, em especial, o desempenho de Goiás.

A receita de ICMS dos estados cresceu 6,1%, em termos reais, no período de doze meses encerrado em agosto, enquanto as transferências da União recuaram 5,7%. Para as receitas de ICMS, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul exibiram desempenho mais elevado, 15,5% e 11,0% respectivamente, influenciadas pela produção agropecuária. Goiás e Distrito Federal, economias mais diversificadas, apresentaram taxas mais modestas, 3,2% e 3,4%.

A atividade industrial no Centro-Oeste vem apresentando arrefecimento em 2018, repercutindo a queda na safra agrícola e os efeitos de restrições de acesso ao mercado externo, principalmente no segmento de carnes de aves e suínos. No trimestre encerrado em agosto, as indústrias voltaram a produzir em nível normal, se recuperando da paralisação de transportadores em maio que interrompeu diversas cadeias de suprimento. Nesse período, a produção industrial¹⁰ cresceu 6,1% em relação ao trimestre encerrado em maio, com destaque para a recuperação da indústria alimentícia, de minerais não metálicos e de produtos químicos. Entretanto, quando comparado com o nível de produção do primeiro trimestre, observa-se ainda recuo de 0,4%.

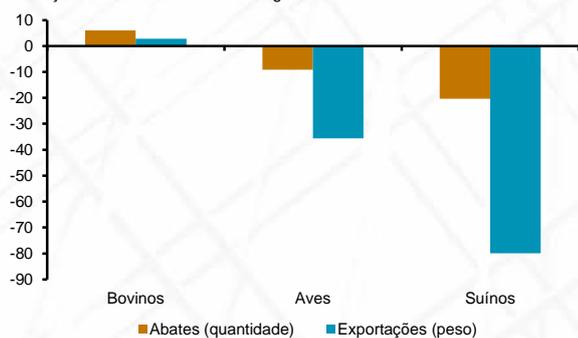
A confiança dos empresários industriais na região recuperou-se da queda provocada pela paralisação em maio, mas também encontra-se em nível inferior ao observado no início do ano, quando se esperava recuperação do setor em ritmo mais elevado. O Ipei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, passou de 50,5 pontos, em junho, para 54,5 pontos em setembro, com aumento de 7,2 pontos nas condições atuais, e de 2,1 pontos nas expectativas. A utilização da capacidade instalada aumentou 1,9 p.p. no trimestre encerrado em agosto, conforme dados dessazonalizados da CNI, mas ainda se mantém baixo em relação à média do período 2011-2014.

A produção agrícola no Centro-Oeste recuou em 2018, tendo em vista que as condições climáticas após o primeiro trimestre não foram tão favoráveis quanto as do ano passado. As safras de milho e feijão, que têm a produção mais distribuída ao longo do ano, decresceram 16,6% e 10,5%. A produção de cana-de-açúcar, com a colheita iniciada no terceiro trimestre, deve registrar expansão anual de 2,3%. Para 2019, segundo o primeiro levantamento feito

10/ Dados agregados da PIM-PF, do IBGE, referente aos estados de Goiás e Mato Grosso. Série com ajuste sazonal.

Gráfico 3.5 – Pecuária de corte – Centro-Oeste

Varição % acumulada no ano até agosto



Fontes: Mapa e MDIC/Secex

Gráfico 3.6 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal

Varição % mensal

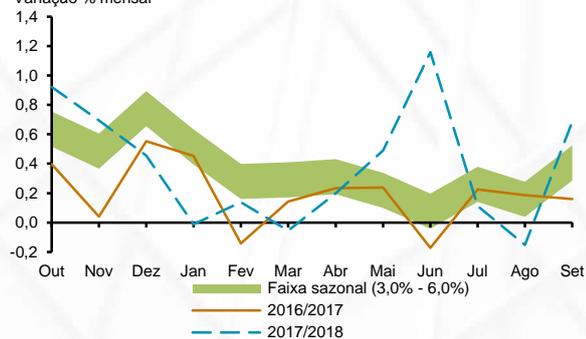
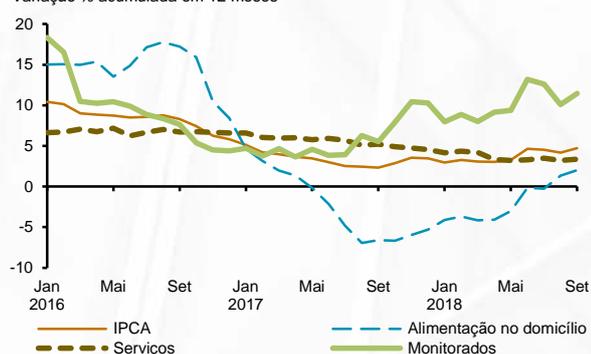


Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste

Varição % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

pela Conab, a safra de grãos na região deve aumentar aproximadamente 5,0%.

A evolução da pecuária na região apresenta trajetórias distintas de acordo com o tipo de carne: enquanto os abates de bovinos apresentaram aumento de 6,0% entre janeiro e agosto, em relação a igual período de 2017, com expansão moderada no volume das exportações (2,8%), os abates de aves e suínos encolheram 9,1% e 20,4%, de acordo com o Sistema de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Essa queda reflete a contração no volume embarcado para o mercado externo (35,6% para carnes de aves e 80,0% para de suínos), refletindo os efeitos das barreiras impostas por alguns países de destino.

A inflação da região Centro-Oeste, após a alta acentuada decorrente do desabastecimento de produtos em maio, sobretudo de alimentos e combustíveis, voltou a apresentar evolução benigna, compatível com meta para este ano. O IPCA – agregação dos índices de Brasília, Goiânia e Campo Grande – variou 0,64% no terceiro trimestre (ante 1,86% no segundo), impulsionado pelo aumento de 1,47% nos preços monitorados (ônibus interestadual, energia elétrica, gasolina) e de 0,98% em serviços (passagem aérea, empregado doméstico, alimentação fora do domicílio). Os preços de bens industriais variaram 0,26%, enquanto os de alimentação em domicílio recuaram 1,33% (tubérculos, raízes e legumes, hortaliças e verduras, frutas). O índice de difusão atingiu 55,4% no terceiro trimestre, ante 54,4% no trimestre anterior.

Em doze meses, a variação do IPCA da região passou de 4,65%, em junho, para 4,73% em setembro, com destaque para o aumento nos preços monitorados, 11,45% (energia elétrica, gasolina e gás de botijão). Os preços dos serviços aumentaram 3,37%, enquanto os de bens industriais e alimentação em domicílio variaram, respectivamente 2,01% e 1,85%.

O nível da atividade econômica na região, mesmo com a recuperação observada após a paralisação do setor de transporte, evidencia trajetória inferior às expectativas delineadas no início do ano. A moderação da atividade econômica tem como alguns de seus fatores a queda da safra de milho, os embargos às exportações de carne, que impactaram o desempenho da indústria alimentícia, a paralisação dos transportadores, e o aumento das incertezas dos agentes econômicos, com origens internas e externas.

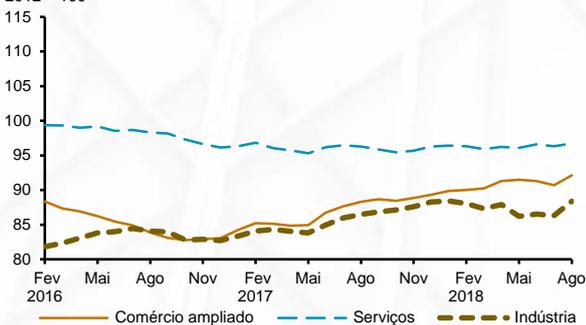
Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria - Sudeste

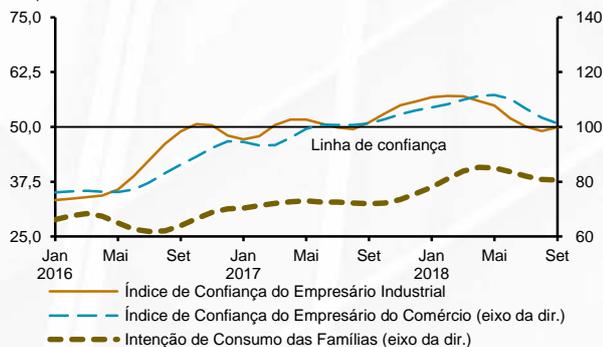
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.3 – Confiança dos agentes – Sudeste

Em pontos – Média móvel trimestral



Fontes: CNC e CNI

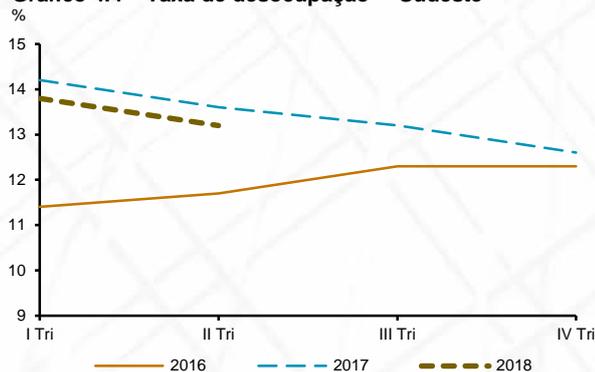
A atividade econômica no Sudeste recuperou-se no trimestre encerrado em agosto após o impacto gerado pela paralisação do setor de transporte de cargas. O IBCR-SE cresceu 0,9% no período em relação ao trimestre finalizado em maio, quando apresentou retração de 0,5%, segundo dados dessazonalizados.

O consumo das famílias mantém-se em expansão, influenciado por melhores condições de crédito e elevação da massa de rendimentos reais. As vendas do comércio ampliado subiram 0,7% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando haviam crescido 1,6%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Em agosto, particularmente, as vendas foram também favorecidas pelos desembolsos extraordinários de recursos do Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Houve elevação das vendas em seis dos dez segmentos pesquisados, com destaque para o comércio de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (2,9%), veículos, peças e motocicletas (2,6%) e material de construção (2,4%).

O setor de serviços mostrou recuperação após o fim da paralisação do setor de transporte de cargas. O indicador de volume de serviços não financeiros aumentou 0,7% no trimestre encerrado em agosto em relação ao trimestre anterior, quando decrescera 0,2% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pela elevação de 3,9% no volume de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, efeito da normalização do setor.

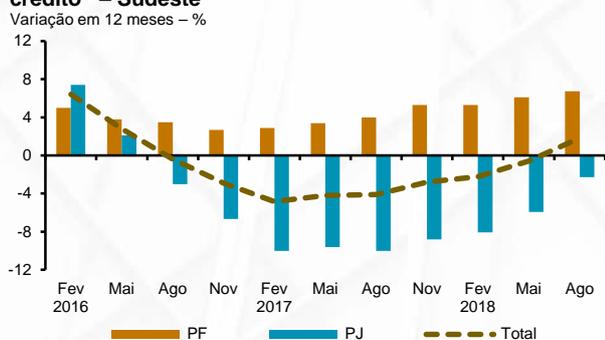
Os indicadores de confiança relacionados ao consumo decresceram na comparação com o trimestre anterior. O ICF recuou de 82,1 em junho para 81,7 em setembro e o Icec, de 107,5 para 101,4, refletindo acentuada queda da confiança dos agentes no início do terceiro trimestre, impactada pela paralisação do setor de transporte de cargas.

Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste



^{1/} Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Agosto de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
ES	1 451	-369	-176	1 870	-137	121
MG	110 170	-2 142	6 099	121 521	-1 112	7 116
RJ	153 480	3 345	12 921	168 040	-603	13 192
SP	316 138	-12 260	8 512	323 594	-10 052	11 780
Total (A)	581 240	-11 426	27 356	615 025	-11 904	32 208
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	861 052	-7 187	52 372
(A/B) (%)	72,6	97,6	70,7	71,4	165,6	61,5

^{1/} Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

^{2/} A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

^{3/} O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

^{4/} Refere-se à soma de todas as regiões.

O mercado de trabalho continuou em processo de recuperação moderada, no segundo trimestre deste ano. A taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua, do IBGE, caiu 0,1 p.p., no período, relativamente ao primeiro trimestre do ano, conforme dados dessazonalizados, com alta de 0,2% da população ocupada e de 0,1% da força de trabalho. O rendimento médio real aumentou 1,2% na comparação interanual, recuperando-se da queda observada no primeiro trimestre, no mesmo tipo de comparação. O emprego formal da região, apurado pelo Caged/MTb, registrou criação de 68,9 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto, com destaque para os setores de serviços e agropecuário, resultado melhor que o observado no mesmo trimestre de 2017, quando foram abertos 22,7 mil novos postos.

O crescimento do crédito para pessoas físicas atingiu 2,2% no trimestre encerrado em agosto e 6,7% em doze meses, apoiado principalmente nas modalidades financiamento imobiliário, crédito pessoal e financiamento de veículos. A evolução reflete a situação financeira crescentemente favorável das famílias – elevação do emprego e da renda real e menor grau de endividamento. Por sua vez, a carteira de pessoas jurídicas cresceu 0,8% no trimestre, em função principalmente da apropriação da variação cambial aos financiamentos à exportação. Em doze meses, contudo, os empréstimos às empresas mostraram ainda contração de 2,3%. Como resultado das dinâmicas de crédito nos segmentos de pessoas físicas e jurídicas, o saldo total das operações registrou, em agosto, aumentos de 1,5% no trimestre e de 1,8% em doze meses.

No âmbito fiscal, a evolução das receitas segue tendência favorável, repercutindo o melhor desempenho da atividade econômica em 2018 relativamente ao ano anterior. A arrecadação do ICMS e das transferências da União cresceram, em termos reais, 3,3% e 4,2% (deflacionados pelo IGP-DI), respectivamente, no acumulado do ano até agosto, em comparação com o mesmo período de 2017. O *superavit* primário consolidado da região nos doze meses encerrados em agosto aumentou para R\$11,9 bilhões – de R\$11,4 bilhões em dezembro de 2017 –, repercutindo, especialmente, o desempenho do estado do Rio de Janeiro que passou de *deficit* de R\$3,3 bilhões para *superavit* de R\$603 milhões.

A despeito da melhor evolução do resultado primário, o *deficit* nominal da região, acumulado em doze

meses, aumentou de R\$27,4 bilhões, em dezembro de 2017, para R\$32,2 bilhões, em agosto deste ano, com destaque para São Paulo, cujo *deficit* cresceu de R\$8,5 bilhões para R\$11,8 bilhões.

Do lado da oferta, a produção agrícola no Sudeste deverá recuar em 2018. O LSPA do IBGE de setembro mostra redução de 3,2% na colheita de grãos em relação a 2017, quando o clima favorável proporcionou safra recorde. Por outro lado, a produção de café neste ano deverá aumentar 28,9%.

No setor industrial, a atividade cresceu 2,5% no trimestre encerrado em agosto, ante queda de 2,1% no terminado em maio, segundo estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE, recuperando-se dos efeitos da paralisação do setor de transporte de carga. No trimestre, houve expansão em treze dos vinte e dois setores pesquisados, com destaque para a fabricação de veículos, máquinas e equipamentos e bebidas. Ressalte-se que o desempenho negativo nos últimos dois trimestres do setor de produtos alimentícios foi influenciado pela mudança no beneficiamento da atual safra de cana-de-açúcar, que implicou queda da produção de açúcar e aumento da fabricação de etanol.

A confiança empresarial também foi afetada pela paralisação do setor de transporte. O Icei atingiu 49,9 pontos, na média do trimestre finalizado em setembro ante 52,0 pontos, em junho. Considerando os dados mensais, houve elevação na comparação de junho com setembro, quando o índice passou de 48,1 para 50,8, devido à melhor percepção em relação às condições atuais, com o fim da paralisação.

O *superavit* da balança comercial do Sudeste recuou de US\$22,2 bilhões, nos primeiros nove meses de 2017, para US\$9,3 bilhões, em igual período de 2018. O desempenho foi influenciado, principalmente, pela elevação de 28,9% das importações – aumento do *quantum* em 24,4% – com ênfase nas compras de bens de capital, notadamente plataformas de perfuração/exploração de petróleo, que somaram US\$7,3 bilhões, e intermediários, que repercutiram o nível de atividade fabril relativamente mais alto. A expansão de 4,7% das exportações, resultante de variações de 7,5% nos preços e -2,6% no *quantum*, refletiu o crescimento nas vendas de óleos brutos de petróleo e soja.

Em relação ao comportamento dos preços, o IPCA no Sudeste desacelerou de 1,68%, no segundo trimestre

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste
 Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018	2018	12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-2,1	2,5	3,7
Indústrias extrativas	13,6	2,9	-0,7	-2,6
Indústrias de transformação	86,4	-2,6	2,7	4,6
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-4,3	9,3	17,1
Produtos alimentícios	12,7	-1,8	-4,2	-0,8
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	2,5	3,8	6,8
Metalurgia	7,1	-2,0	-2,7	7,0
Outros produtos químicos	5,8	-4,0	3,4	4,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste
 Acumulado em 12 meses



Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Variação % no período				
	Pesos ^{1/}	2017		2018	
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,16	1,68	1,00	4,90
Livres	72,9	1,86	0,80	0,52	2,89
Alimentação no domicílio	13,8	-4,34	4,23	-0,78	3,65
Bens industrializados	21,6	1,46	0,05	0,52	1,79
Serviços	37,5	4,56	0,02	1,00	3,27
Monitorados	27,1	7,04	4,11	2,33	10,67
Principais itens					
Alimentação	22,9	-1,30	2,36	0,26	3,66
Habitação	16,4	6,03	2,87	2,66	7,71
Artigos de residência	3,7	-0,83	0,20	1,34	0,88
Vestuário	5,2	3,48	1,36	-0,49	1,17
Transportes	18,7	3,05	1,60	1,07	7,20
Saúde	12,6	7,09	1,91	0,95	5,92
Despesas pessoais	11,6	4,66	0,43	1,17	3,33
Educação	5,2	7,01	0,20	0,49	5,02
Comunicação	3,7	1,36	0,08	0,09	0,33

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2018.

de 2018, para 1,00%, no terceiro. Esse desempenho decorreu, em grande medida, da reversão da variação dos preços da alimentação no domicílio que passou de 4,23% para -0,78%, no período analisado, devido à dissipação dos efeitos da paralisação no setor de transporte de carga. Adicionalmente, o aumento trimestral menos acentuado dos preços monitorados, de 2,33% em setembro ante 4,11% em junho, contribuiu para a desinflação no período. Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 4,90%, em setembro de 2018, ante 2,62%, em igual período do ano anterior, resultado decorrente da aceleração dos preços monitorados, de 5,47% para 10,67%, e da alimentação no domicílio, de -5,72 para 3,65%.

Em síntese, a economia da região apresentou recuperação em relação aos efeitos da paralisação no segmento de transporte de cargas, retornando à trajetória de crescimento gradual. A expansão do crédito, influenciada pelos efeitos da política monetária, e o crescimento moderado do consumo, beneficiado pela recuperação do emprego e da renda real, devem manter a economia em expansão nos próximos trimestres, em ritmo condicionado à magnitude da redução do grau de incertezas no cenário pós eleições e às perspectivas de continuidade do processo de reformas necessárias ao encaminhamento do quadro fiscal.

4.1 Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

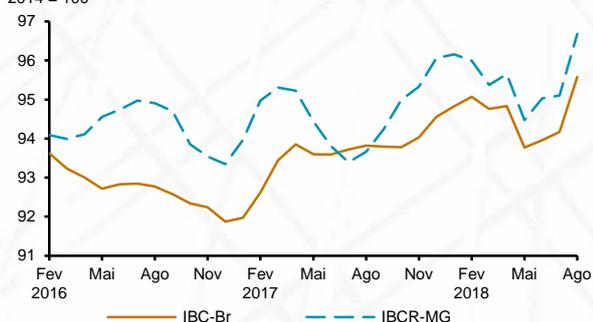
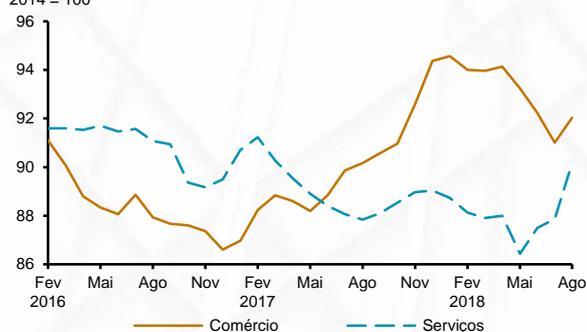


Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2017		2018	
	Tr1 ^{2/}	Ano ^{3/}	Tr1 ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	7,1	53,7	27,0	100,2
Ind. de transformação	3,0	12,8	-1,1	15,7
Comércio	0,7	-10,4	-0,2	-8,7
Serviços	3,9	15,5	12,7	38,7
Construção civil	1,9	3,9	7,0	20,8
Agropecuária	-2,4	28,5	7,8	31,2
Outros ^{1/}	0,0	3,4	0,9	2,5

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública, SIUP, entre outras.

2/ Trimestre encerrado em agosto.

3/ Acumulado no ano até agosto.

A paralisação dos transportadores no segundo trimestre impactou com mais intensidade a atividade econômica em Minas Gerais do que na média do país, principalmente os setores de indústria de transformação, comércio e transportes. O PIB do estado recuou 0,4% no período (aumento de 0,2% no PIB nacional), em relação ao primeiro trimestre do ano, quando crescera 0,6%, segundo dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro. Informações mais recentes mostram recuperação da atividade econômica no estado, impulsionada pelo setor industrial, pela agropecuária, e pelo setor de transportes. Nesse contexto, o IBCR-MG cresceu 2,3% no trimestre encerrado em agosto, em comparação ao trimestre anterior.

Os indicadores de demanda relativos ao comércio e aos serviços mostraram sinais divergentes no trimestre encerrado em agosto. As vendas do comércio ampliado recuaram 2,1% no período, em comparação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, evidenciando contração nos segmentos de combustíveis, móveis e eletrodomésticos e supermercados. No setor de serviços, por sua vez, observou-se, no mesmo período, expansão de 2,9% – a maior taxa trimestral observada na série dessazonalizada da PMS, do IBGE – impulsionada pelos segmentos de transportes, principalmente, e outros serviços.

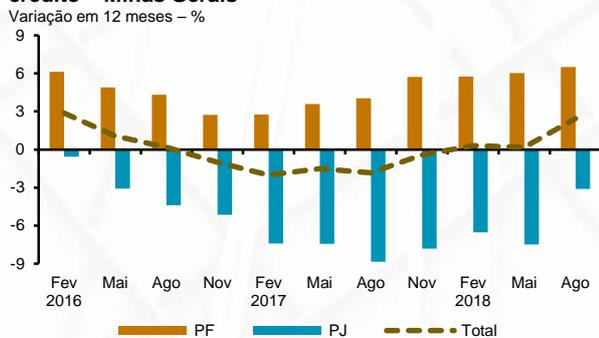
A evolução da atividade econômica, aquém das expectativas do início do ano, tem impactado negativamente a confiança dos consumidores. O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), recuou 0,6 p.p. no terceiro trimestre, influenciado pela percepção de deterioração da situação econômica do país e das condições do emprego.

Apesar do recuo do PIB mineiro no segundo trimestre, o mercado de trabalho no estado mostra desempenho mais favorável que o nacional, com a população ocupada crescendo em ritmo superior pelo segundo trimestre consecutivo, conforme a PNAD Contínua, do IBGE. O crescimento de 3,1% comparativamente ao mesmo trimestre de 2017 (1,1% no país) reflete o aumento de 306 mil novas ocupações, sendo 104 mil no setor privado com carteira assinada (destaque para indústrias

automobilística e metalúrgica). Como consequência, a taxa de desocupação no estado reduziu 1,4 p.p. ante o segundo trimestre de 2017, situando-se em 10,8%, enquanto a massa de rendimento real do trabalho aumentou 6,6% em relação a igual trimestre de 2017, com expansão de 3,2% do rendimento médio real.

Os dados do Caged/MTb corroboram o aumento do emprego com carteira no estado apurado na PNAD Contínua, evidenciando aumento de 27 mil novos empregos no trimestre finalizado em agosto (7,1 mil no mesmo período de 2017). Destacam-se os setores de serviços, com a contratação de 12,7 mil, e construção civil, com 7 mil novos trabalhadores, nas áreas de construção de edifícios, rodovias e instalações elétricas e industriais.

Gráfico 4.1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



O crédito no estado mantém trajetória de recuperação. A variação interanual evoluiu de 0,2%, em maio, para 2,5% em agosto, impulsionada pela expansão moderada do crescimento no segmento de pessoas físicas e pela diminuição no ritmo de contração nos financiamentos às empresas. Nos empréstimos às famílias, o aumento na carteira acelerou de 6,0% para 6,5%, destacando-se a evolução do crédito rural e dos financiamentos de veículos. No segmento de pessoas jurídicas, a contração recuou de 7,5% para 3,1%, refletindo a melhora no desempenho dos financiamentos a exportações e de capital de giro. Por outro lado, as operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continuaram retraindo, sendo parcialmente substituídas por outras fontes de financiamento de longo prazo, como o mercado de capitais e os empréstimos externos. Segundo o ramo de atividade dos devedores, destacam-se a redução no endividamento da indústria automobilística e da construção e o aumento nos financiamentos às indústrias siderúrgicas, ao comércio e à administração pública.

Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2017	2018	Var. %	Var. %
Exportações	19 094	17 500	-8,3	9,2
Básicos	11 064	9 756	-11,8	16,0
Industrializados	8 030	7 744	-3,6	3,1
Importações	5 412	6 850	26,6	21,6
Bens de capital	852	963	13,0	82,8
Bens Intermediários	3 386	4 077	20,4	12,3
Bens de consumo	611	1 200	96,5	14,5
Combustíveis e lubrificantes	563	609	8,2	25,3
Saldo comercial	13 682	10 650	-22,2	-19,7

Fonte: MDIC/Secex

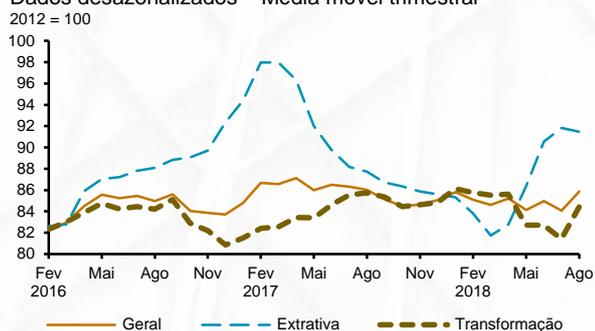
O desempenho do comércio internacional do estado em 2018 segue impactado pela retração nas vendas de minério-de-ferro e de café, e mais recentemente, pela redução dos embarques para a Argentina, que afetou a demanda por produtos industrializados, principalmente veículos e produtos metalúrgicos. Por outro lado, as importações seguem em expansão, impulsionadas pelo aumento da atividade econômica no país, com destaque para as aquisições de bens de consumo (principalmente automóveis, tendo em vista a extinção da cobrança da taxa de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) adicional de

30% imposta pelo Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), que se encerrou em dezembro de 2017) e bens intermediários. Como consequência da redução de 8,3% nas exportações e do aumento de 26,6% nas importações, o saldo comercial do estado passou de US\$13,7 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro de 2017, para US\$10,7 bilhões em igual período de 2018.

Na esfera fiscal, a arrecadação de ICMS cresceu 7,2% em termos reais no período de doze meses encerrado em agosto, impulsionada pelo aumento das alíquotas do imposto cobradas sobre gasolina e álcool, enquanto a receita com transferências da União retraíram 5,7%. A dívida líquida do setor público no estado cresceu 10,3% entre dezembro de 2017 e agosto deste ano, atingindo R\$121,5 bilhões. O *superavit* primário recuou 48,1% para R\$1,1 bilhão nos doze meses encerrados em agosto, quando comparado com os doze meses encerrados em dezembro de 2017.

Gráfico 4.1.4 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 4.1.3 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2018/2017
		Produção ^{2/} 2017	2018	
Grãos	34,0	14 152	13 807	-2,4
Feijão	3,6	554	572	3,2
Milho	10,2	7 524	6 884	-8,5
Soja	18,3	5 048	5 434	7,7
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	17,6	70 965	69 771	-1,7
Café	34,4	1 506	1 842	22,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

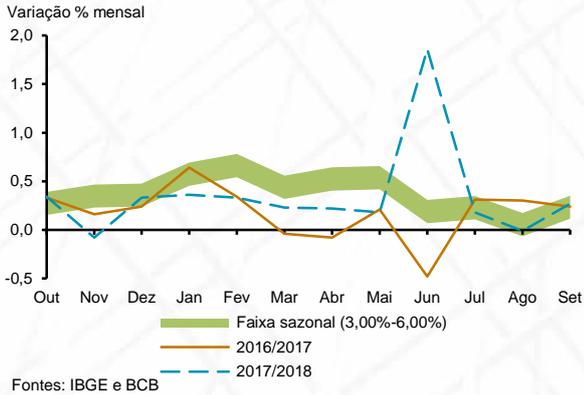
2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2018.

Após a paralisação dos transportadores, que afetou significativamente a indústria em maio, a produção industrial de Minas recuperou-se nos meses seguintes, mas com menor dinamismo na indústria de transformação. Os dados com ajuste sazonal da PIM-PF do IBGE mostram expansão de 2,1% no trimestre encerrado em agosto, na comparação com o encerrado em maio (se considerarmos o período anterior à paralisação, verifica-se expansão de 0,8% em relação ao trimestre encerrado em abril). A indústria extrativa se destacou no trimestre, recuperando-se da queda na produção dos primeiros meses do ano.

A confiança dos empresários industriais aumentou em comparação ao período imediatamente posterior à paralisação dos transportadores. O Icei/MG, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), atingiu 49,6 pontos em setembro, com evolução de 2,1 pontos em relação a junho. A utilização da capacidade instalada retraiu 0,2 p.p. no trimestre encerrado em agosto, segundo dados dessazonalizados pela Fiemg, concentrada nas indústrias de combustíveis e produtos de metal.

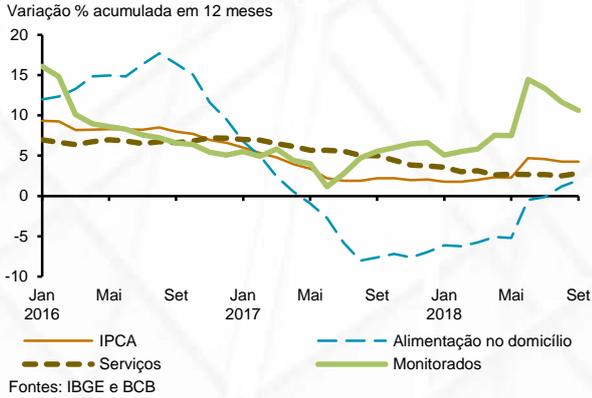
Em relação à agricultura, destacou-se no trimestre encerrado em agosto a colheita do café, cuja estimativa da safra é de aumento de 22,3% no ano, segundo o LSPA de setembro, do IBGE.

Gráfico 4.1.5 – IPCA RMBH – Padrão sazonal



A inflação na RMBH, medida pelo IPCA, alcançou 0,44% no terceiro trimestre, em intensidade compatível com a meta de inflação. Os preços administrados e os de serviços, com variações de 0,99% e 0,93%, na ordem, trouxeram as principais pressões ao longo do trimestre. Por outro lado, a alimentação no domicílio voltou a exercer pressão de baixa sobre o índice, ao registrar variação de -1,79%, refletindo a normalização do setor de transporte de carga. Os preços de bens industriais variaram 0,47%. A moderação na evolução do IPCA se reflete no índice de difusão, que recuou para 50,1% no período, ante 55,7% no trimestre anterior.

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH



Em doze meses, a inflação da RMBH alcançou 4,28% em setembro, ante 4,71% em junho. Os preços administrados variaram 10,61%, pressionados por energia elétrica e gasolina. Os preços de alimentação em domicílio seguem em trajetória de normalização, com variação de 1,98%, enquanto bens industriais aumentaram 1,44%, e serviços, 2,82%.

4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2014 = 100

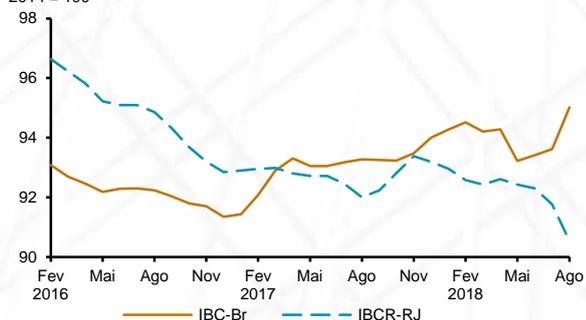
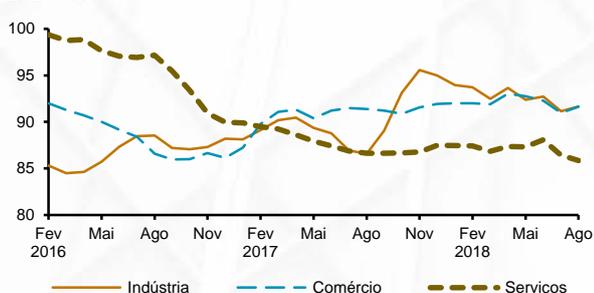


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

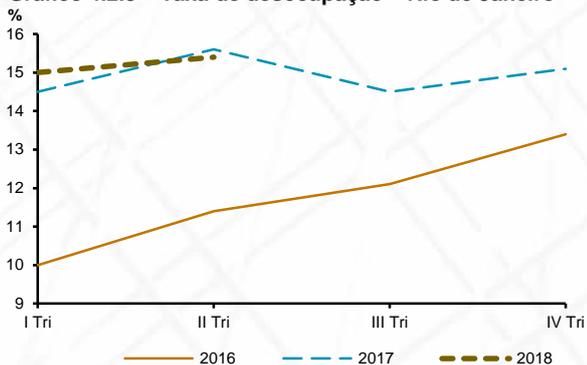
A atividade econômica fluminense voltou a recuar no trimestre encerrado em agosto, após ter registrado relativa estabilidade no trimestre anterior. Os desempenhos positivos da produção e da venda de veículos automotores, favorecidos pela trajetória de crescimento gradual do crédito a pessoas físicas, não foram suficientes para neutralizar os resultados negativos da indústria, do comércio e do setor de serviços. A fragilidade do mercado de trabalho e o recuo da confiança dos empresários têm dificultado a recuperação da atividade econômica no estado. Nesse contexto, o IBCR-RJ diminuiu 2,1% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao trimestre terminado em maio, quando recuara 0,2%, de acordo com dados dessazonalizados.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio varejista ampliado decresceram 1,2% no trimestre encerrado em agosto (+0,8 no trimestre finalizado em maio), segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE, com destaque para as retrações de combustíveis e lubrificantes, -8,5%, segmento que ainda permanece em patamar muito abaixo ao do período anterior à greve dos caminhoneiros, e material de construção, -3,5%. O bom desempenho das vendas de veículos automotores, alta de 3,5%, favorecidas pelo aumento do ritmo de expansão dos financiamentos de veículos a pessoas físicas, amenizou o resultado negativo das vendas do comércio no estado. Convém ressaltar o avanço expressivo do comércio ampliado fluminense no mês de agosto, 4,0%, influenciado em parte pelos depósitos extraordinários de recursos do PIS/Pasep.

O setor de serviços voltou a apresentar desempenho negativo no trimestre encerrado em agosto, após esboçar reação modesta nos trimestres anteriores. De acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE, o volume de serviços não financeiros no estado diminuiu 1,7% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando registrara estabilidade, no mesmo tipo de comparação. O resultado na margem repercutiu, em grande parte, as retrações nos serviços de informação e comunicação, -6,5%, e nos serviços profissionais, administrativos e complementares, -6,6%.

Os indicadores do mercado de trabalho ainda sinalizam elevado nível de ociosidade. De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desemprego no estado (15,4%) recuou no segundo trimestre

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal –

Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-18,4	-5,6	-28,2	4,4	-0,6
Indústria de transformação	-0,6	-2,0	-3,7	-0,6	-1,5
Comércio	-1,3	12,8	-11,1	0,5	-4,9
Serviços	-8,6	-8,7	-8,4	6,0	4,1
Construção civil	-7,1	-3,1	-6,1	-1,4	-1,3
Agropecuária	0,3	-3,1	-0,1	0,1	3,1
Serviços ind. utilidade pública	-0,3	-0,7	0,2	0,1	0,3
Outros ^{2/}	-0,9	-0,8	1,0	-0,2	-0,4

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,4	-0,8	5,9
Indústrias extrativas	28,1	4,2	-6,1	-0,7
Indústrias de transformação	71,9	-2,8	2,8	9,4
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	-7,9	7,7	12,4
Metalurgia	10,4	1,4	-17,4	5,9
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-9,2	22,1	42,5
Bebidas	3,9	-5,3	-0,6	2,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

de 2018 em relação à taxa observada no segundo trimestre de 2017 (15,6%). Considerando-se dados dessazonalizados, a taxa de desemprego diminuiu no segundo trimestre relativamente ao trimestre anterior, pelo segundo período consecutivo nessa base de comparação. A queda ocorreu apesar do decréscimo de 0,3% da população ocupada, favorecida pela redução de 0,7% da força de trabalho. Quanto aos níveis de remuneração, o rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram, na ordem, 6,4% e 8,4% no segundo trimestre de 2018, em relação ao mesmo período de 2017, segundo a PNAD Contínua.

Dados de emprego formal nos meses de julho e agosto, disponibilizados pelo Caged/MTb, revelam a acomodação do mercado de trabalho no estado. No trimestre finalizado em agosto, houve redução de 600 postos formais (-18,4 mil em igual período de 2017), concentrados no comércio. Considerando-se os últimos doze meses, foram eliminados 29,9 mil empregos formais.

O mercado de crédito no estado continuou a crescer no trimestre encerrado em agosto, repercutindo a continuidade da expansão dos empréstimos destinados a pessoas físicas e a recuperação dos financiamentos a pessoas jurídicas. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil expandiu 0,9% no período, após acréscimo de 0,8% no trimestre anterior. A variação da carteira de pessoas jurídicas passou de 0,1%, no trimestre encerrado em maio, para 0,3% no trimestre finalizado em agosto, refletindo, em especial, os aumentos nos empréstimos concedidos às companhias de transporte aquaviário, às empresas do ramo de armazenamento e atividades auxiliares de transportes e à administração pública. A carteira de pessoas físicas registrou acréscimos de 2,0% e 2,1% nos mesmos períodos, com destaque para as modalidades crédito consignado e cartão de crédito à vista.

Sob a ótica da oferta, a atividade industrial no estado apresentou novo recuo no trimestre finalizado em agosto, -0,8% (-1,4% no trimestre encerrado em maio). O resultado refletiu a retração do segmento extrativo, -6,1%, impactado por paradas programadas em plataformas de petróleo. Em sentido oposto, a transformação avançou 2,8% no trimestre – destaque para coque, derivados de petróleo e biocombustíveis e veículos automotores – atenuando a queda da produção industrial fluminense.

Em linha com o desempenho da indústria de transformação no último trimestre, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostram aumento do Nuci, que cresceu 1,4 p.p. no período, atingindo 75,8%. Por outro lado, os empresários evidenciam a perda de confiança, com o Icei recuando pelo segundo trimestre consecutivo (49,0 pontos na média do trimestre finalizado em agosto comparativamente a 52,3 pontos no terminado em maio). O resultado desse último indicador está apoiado tanto nos componentes (condição atual e expectativas) relativos à economia nacional, quanto nos associados à economia do estado.

O *superavit* da balança comercial fluminense nos primeiros nove meses de 2018 atingiu US\$3,4 bilhões, ante US\$8,7 bilhões em igual período de 2017, de acordo com o MDIC. A retração refletiu o incremento mais acentuado das importações, 116,7% (exportações, 25,9%), com destaque para as compras de bens de capital, em especial de plataformas de extração de petróleo.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro totalizaram *deficit* nominal de R\$13,2 bilhões nos últimos doze meses finalizados em agosto, ante *deficit* nominal de R\$12,9 bilhões em 2017, repercutindo fundamentalmente a maior apropriação de juros, que passou de R\$9,6 bilhões para R\$13,8 bilhões. Em contrapartida, o resultado primário dos entes governamentais passou de *deficit* de R\$3,3 bilhões para *superavit* de R\$0,6 bilhões, favorecido pelos aumentos reais de 5,9% e 4,9% nas transferências da União e na arrecadação de ICMS do estado, respectivamente. A dívida líquida somou R\$168,0 bilhões em agosto, expandindo 9,5% em relação a dezembro de 2017.

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

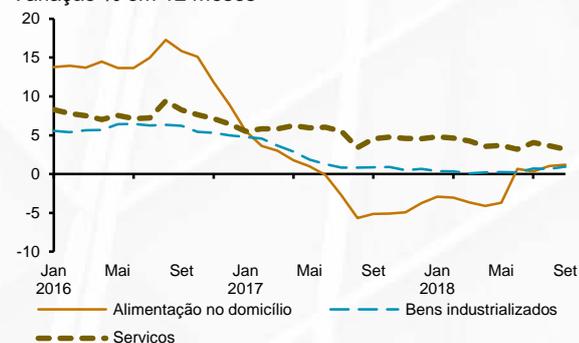
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2017	2018		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	0,90	1,26	1,79	0,59
Livres	69,6	0,78	0,76	0,73	-0,03
Alimentação no domicílio	13,2	0,32	0,27	3,84	-3,11
Bens industrializados	16,9	0,37	-0,19	0,30	0,48
Serviços	39,5	1,11	1,33	-0,12	0,82
Monitorados	30,4	1,21	2,51	4,33	2,03

Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2018.

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Variação % em 12 meses



O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, variou 0,59% no terceiro trimestre de 2018, ante 1,79% no segundo trimestre. A evolução refletiu a desaceleração dos preços de alimentação no domicílio, de 3,84% para -3,11%, em especial dos itens carnes e tubérculos, raízes e legumes, impactados no trimestre anterior pelos efeitos da greve dos caminhoneiros, e o arrefecimento dos preços monitorados, de 4,33% para 2,03%, com destaque para energia elétrica residencial e gasolina. A inflação no setor de serviços acelerou para 0,82% no trimestre, após queda de 0,12% no trimestre anterior, ressaltando-se as elevações nos preços de passagem aérea e nos preços do subgrupo

alimentação fora do domicílio. Em trajetória similar, os preços dos serviços subjacentes aceleraram de 0,35% para 0,63% nos trimestres mencionados. O índice de difusão médio alcançou 49,7% no período, ante 52,2% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ acumulou alta de 4,62% em setembro, ante 2,56% em setembro de 2017, repercutindo os impactos das acelerações dos preços de alimentação no domicílio, de -5,14% para 1,20%, e dos preços monitorados, de 4,87% para 10,44%.

4.3 São Paulo

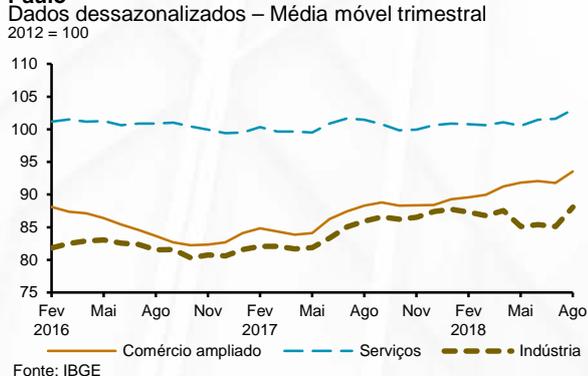
Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo



A atividade da economia paulista manteve-se estável no segundo trimestre, comparativamente ao primeiro, de acordo com dados dessazonalizados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Esse comportamento, contrapõe, principalmente, o resultado positivo do setor de serviços, mesmo com o desempenho puxado para baixo pelo segmento de transportes, e a retração da atividade da indústria de transformação, com reflexos da paralisação do setor de transportes de carga. Nos quatro trimestres finalizados em junho de 2018, o PIB do estado avançou 2,7%, revertendo resultado do mesmo período do ano anterior, -0,7%.

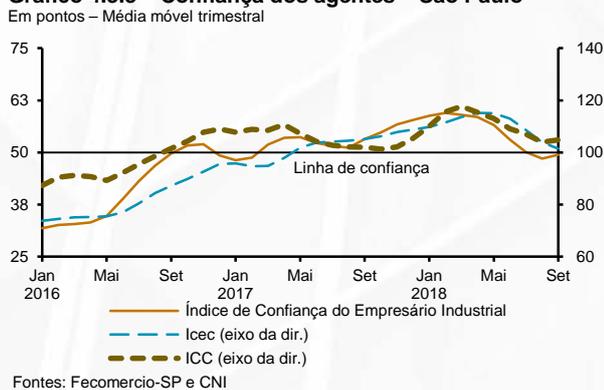
Corroborando a tendência de retomada da economia do estado, o IBCR-SP cresceu 1,5% no trimestre finalizado em agosto (recoo de 0,4% em maio), segundo dados ajustados sazonalmente. O desempenho foi condicionado, sobretudo, pelo maior dinamismo da indústria e do setor de serviços, e ainda reflete a recuperação dos impactos negativos causados pela paralisação dos transportes rodoviário de carga.

Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo



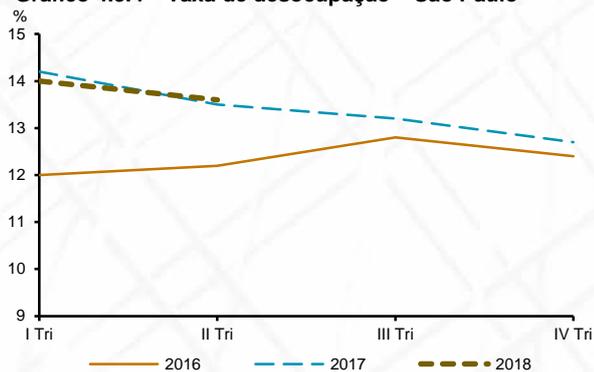
A demanda segue sustentada, com o comércio persistindo em curso de recuperação, e o setor de serviços retomando tendência positiva após o impacto desfavorável da paralisação dos transportes de carga. As vendas do comércio ampliado cresceram 1,9% no trimestre encerrado em agosto comparativamente ao trimestre terminado em maio, quando avançaram 2,5%, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Os segmentos de materiais de construção, hipermercados e supermercados, e automotivo foram os principais responsáveis pelo desempenho na margem. O setor de serviços variou 2,5% no trimestre encerrado em agosto (-0,2% em maio), de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE, favorecido, sobretudo, pelo desempenho do segmento de transportes (7,6%).

Gráfico 4.3.3 – Confiança dos agentes – São Paulo



Os indicadores de confiança relacionados ao consumo, após queda significativa em junho, apresentaram resultados conflitantes ao longo do trimestre, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) avançou para 106,8 pontos em setembro frente a 104,0 em junho de 2018, com elevação nos componentes que refletem a situação atual e as expectativas. Porém, o Icec e a ICF apresentaram retrações respectivas para 101,8

Gráfico 4.3.4 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

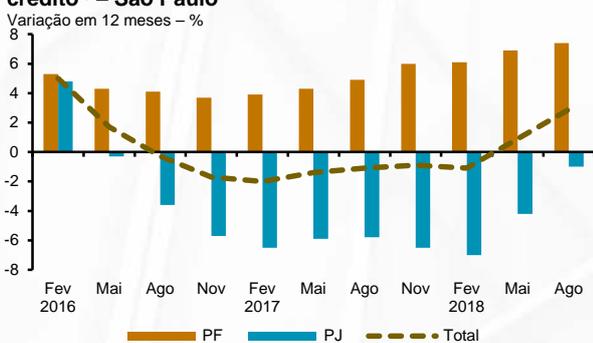
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	40,1	-6,5	-66,1	84,0	45,1
Indústria de transformação	-3,9	-8,6	-6,2	20,1	-9,7
Comércio	17,5	25,9	-23,2	-2,2	5,5
Serviços	15,5	3,4	-3,4	58,3	22,7
Construção civil	-6,8	-10,8	-4,8	2,9	1,3
Agropecuária	18,3	-14,3	-22,9	1,9	25,8
Serv. industr. de utilidade pública	-0,8	-0,6	0,1	1,0	0,9
Outros ^{2/}	0,3	-1,4	-5,6	2,1	-1,3

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

e 87,5 pontos em setembro, frente a 109,3 e 89,7 pontos em junho, sugerindo relativa permanência de impactos negativos da paralisação.

O mercado de trabalho segue recuperação gradativa, acelerando a criação de vagas formais no trimestre, embora demonstre relativa estabilidade da taxa de desocupação. Segundo informações do Caged/MTb, houve geração de 45,1 mil empregos no trimestre encerrado em agosto (40,1 mil postos do mesmo período de 2017), com destaque para agropecuária e serviços. A taxa de desocupação com ajuste sazonal, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, subiu de 13,3% no primeiro trimestre para 13,5% no segundo trimestre de 2018, resultado da estabilidade da população ocupada e de crescimento de 0,2% da força de trabalho. O rendimento real caiu 0,4%, recuo menor do que o observado no primeiro trimestre, -2,8%.

A carteira de crédito para pessoas físicas cresceu 2,4% no trimestre encerrado em agosto e 7,4% no acumulado em doze meses, destacando-se as modalidades financiamento imobiliário, crédito pessoal e financiamento de veículos. O saldo no segmento de pessoas jurídicas aumentou 1,0% no trimestre, condicionado principalmente pelos financiamentos à exportação, mas ainda com recuo de 1,0% na análise em doze meses. Como resultado, o saldo total das operações acima de R\$1 mil expandiu 1,7% na avaliação trimestral e 2,9% em doze meses.

No âmbito fiscal, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a arrecadação do ICMS e as transferências da União cresceram, respectivamente, 2,2% e 3,4% (deflacionados pelo IGP-DI) no acumulado do ano até agosto de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017, mantendo a expansão ao longo do ano, relacionada ao maior nível de atividade.

A oferta, após recuperar-se dos impactos negativos da paralisação do setor de transportes de carga, conserva tendência de crescimento gradual. A produção industrial do estado, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE, cresceu 3,5% no trimestre encerrado em agosto (-2,6% no trimestre até maio), com onze dos dezoito setores apresentando alta, em especial os de fabricação de veículos, máquinas e equipamentos e bebidas.

O total de horas trabalhadas na produção subiu 0,5% no trimestre encerrado em agosto, em comparação à queda de 0,4% no trimestre finalizado em maio,

Gráfico 4.3.6 – Balança comercial – São Paulo
Acumulado em 12 meses

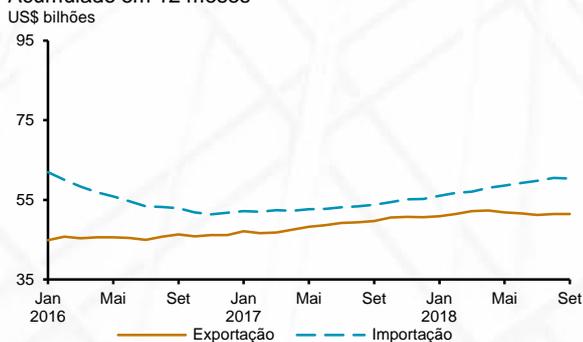


Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2017				2018			
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses	Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,64	1,40	1,37	5,30				
Livres	73,8	2,33	0,71	0,84	3,44				
Alimentação no domicílio	13,8	-3,53	4,36	0,56	5,24				
Bens industrializados	22,3	1,92	-0,17	0,56	2,31				
Serviços	37,6	4,84	-0,05	1,12	3,50				
Monitorados	26,2	7,70	3,43	2,85	10,85				
Principais itens									
Alimentação	23,4	-0,49	2,23	1,25	4,73				
Habitação	15,6	6,46	1,97	4,03	8,76				
Artigos de residência	3,4	-0,61	-0,45	1,24	0,02				
Vestuário	5,2	4,31	1,31	-0,61	1,22				
Transportes	19,3	3,20	1,28	0,62	7,07				
Saúde	12,9	7,67	1,84	0,92	6,02				
Despesas pessoais	11,5	5,69	0,43	1,44	3,52				
Educação	5,2	6,66	0,12	0,82	5,14				
Comunicação	3,4	0,71	-0,06	-0,02	-0,23				

Fonte: IBGE

^{1/} Referente a setembro de 2018.

segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esse desempenho mostrou-se consistente com a recuperação da confiança do empresário industrial no trimestre, cujo índice (Icpi) subiu de 47,8, em junho (valor mais baixo desde dezembro de 2016, impactado pela paralisação), para 50,5 em setembro, fortemente influenciado pelas condições atuais, segundo dados da CNI. O nível de ociosidade continua elevado, tendo o Nuci alcançado 75,6 no trimestre encerrado em agosto, pouco acima dos 75,4 observados em maio.

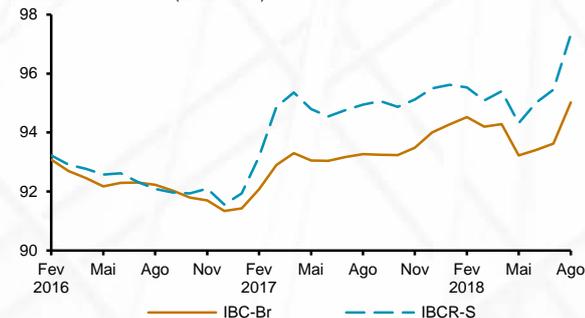
O *deficit* da balança comercial do estado aumentou de US\$2,7 bilhões, nos primeiros nove meses de 2017, para US\$7,1 bilhões, em igual intervalo de 2018. O comportamento refletiu o crescimento de 12,5% das importações, resultante de variações de 4,7% nos preços e 7,5% no *quantum*, com destaque para as aquisições de bens intermediários em meio à recuperação da atividade fabril. As exportações, sensibilizadas pelo aumento de 1,5% nos preços, cresceram 2,0%, estimuladas principalmente pela expansão das vendas de óleos brutos de petróleo.

O IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 1,37% no terceiro trimestre de 2018 frente a alta de 1,40% no segundo trimestre. No segmento de preços livres, destacou-se a desaceleração dos preços de alimentação no domicílio, de 4,36% para 0,56%, reflexo da normalização do abastecimento após a paralisação do setor de transportes de carga, enquanto em monitorados, o menor ritmo de alta trimestral, 2,85% ante 3,43%, foi favorecido pela desaceleração do preço da gasolina (2,69% ante 7,51% no trimestre finalizado em junho).

No acumulado em doze meses, o IPCA da RMSP acelerou de 2,75% em setembro de 2017 para 5,30% em igual período de 2018. A evolução refletiu, principalmente, a variação nos preços dos grupos habitação, transportes, e alimentação e bebidas, com elevações respectivas de 8,76%, 7,07% e 4,73% em setembro deste ano frente a variações respectivas de 3,64%, 2,71% e -1,78% em setembro de 2017.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

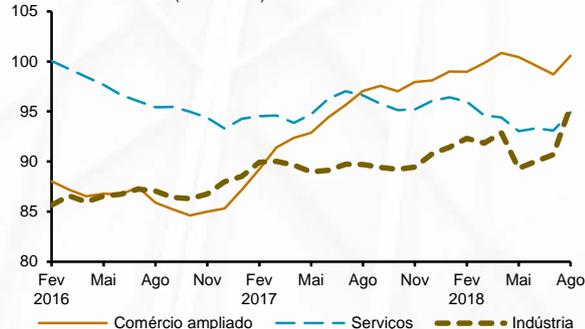
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



A atividade econômica na região expandiu 3,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio (-1,3%), segundo o IBCR-S, repercutindo, em especial, os resultados dos setores industrial e de serviços, aliado ao comportamento benigno do mercado de crédito, em especial, do destinado às empresas. Esse movimento na margem sugere resiliência do processo de recuperação da economia regional, após os impactos negativos provocados pela paralisação no setor de transporte rodoviário de cargas. No acumulado do ano, a variação do IBCR-S passou de -0,2% em maio para 0,9% em agosto, em relação a iguais períodos do ano anterior, evidenciando a retomada gradual do nível de atividade.

Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)

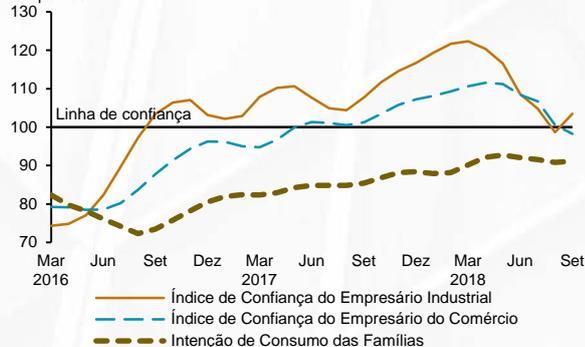


Fonte: IBGE

No âmbito da demanda, as vendas do comércio registraram estabilidade no trimestre até agosto (0,1%), na comparação com o encerrado em maio (1,5%), segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. A partir dos resultados mensais do indicador, observa-se que a atividade vinha apresentando evolução consistente até abril, tendência interrompida nos três meses seguintes, repercutindo, em parte, os efeitos da paralisação. Assim, no intervalo de junho a agosto, houve forte crescimento das vendas apenas no último mês, dificultando a leitura da trajetória do setor. Especificamente com relação ao mercado de veículos, o número de licenciamentos de automóveis e de comerciais leves da Fenabrave, indicador coincidente das vendas, cresceu 2,8% no terceiro trimestre, em relação ao anterior, neutralizados efeitos sazonais, e, confirmando a recuperação da atividade, expandiu 15,3% no acumulado do ano até setembro, em relação a igual intervalo de 2017.

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

A confiança dos empresários do comércio não retornou ao nível pré-paralisação. O Icec da CNC atingiu 99,1 pontos¹¹ no trimestre finalizado em setembro, ante 108,4 pontos no intervalo até junho, com piora da avaliação em oito dos nove componentes considerados na pesquisa. As expectativas dos consumidores permaneceram estáveis na margem

11/ 100 pontos indicam neutralidade.

– o ICF da CNC passou de 92,1 pontos no segundo trimestre para 92,2 pontos no terceiro. Apesar de se manter em área pessimista, houve evolução significativa, relativamente ao terceiro trimestre de 2017, quando atingira 85,4 pontos.

O volume de serviços não financeiros ampliou 2,0% no trimestre encerrado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE, destacando os aumentos naqueles prestados às famílias e de transportes. Esse resultado compensou, parcialmente, a retração de 3,1% ocorrida no trimestre encerrado em maio, quando repercutira os efeitos diretos da suspensão dos serviços de transporte de cargas.

O mercado de trabalho formal registrou a redução de 7,3 mil postos no trimestre encerrado em agosto (-8,7 mil no mesmo período de 2017), de acordo com o Caged/MTb, após evidenciar criação de vagas nos três trimestres anteriores. O emprego na indústria de transformação, no comércio e na agropecuária apresentou declínio, sendo que o setor fabril repercutiu, em parte, o movimento sazonal da indústria de fumo, além de demissões líquidas na fabricação de vestuário e calçados. O setor de serviços, por outro lado, registrou criação de 13,8 mil vagas, em grande parte, na administração de imóveis, serviços técnicos e profissionais. Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego variou 0,1%, indicando lenta retomada do mercado de trabalho – esse resultado consiste no quinto trimestre consecutivo de alta para essa base de comparação.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

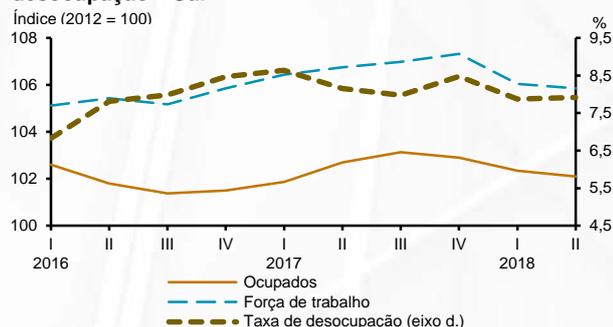
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-8,7	47,2	11,1	21,0	-7,3
Indústria de transformação	-2,0	5,9	5,4	13,0	-13,3
Comércio	-2,0	29,3	-6,9	-2,5	-4,6
Serviços	1,3	10,8	10,1	22,4	13,8
Construção civil	-3,1	-4,6	-3,3	4,6	-0,2
Agropecuária	-1,7	6,5	8,2	-17,7	-2,9
Serviços ind. de utilidade pública	-0,8	-0,7	-0,4	0,0	0,1
Outros ^{2/}	-0,4	-0,1	-2,0	1,2	-0,3

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul^{1/}

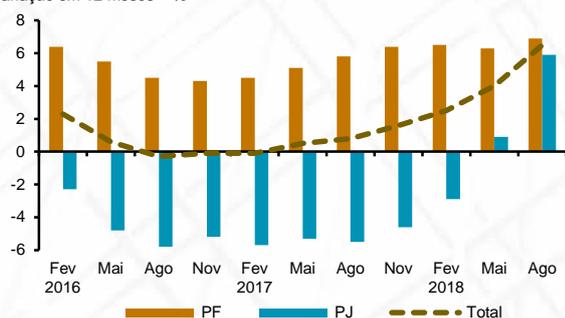


A taxa de desocupação na região atingiu 8,2% no segundo trimestre, 0,2 p.p. inferior à de igual período de 2017, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE. Nessa base de comparação, o rendimento médio e a massa de rendimentos aumentaram 1,7% e 1,2%, em termos reais. A taxa de desocupação manteve-se em 7,9%, de acordo com dados ajustados sazonalmente, refletindo declínios de igual magnitude na força de trabalho e na ocupação no segundo trimestre, em relação ao primeiro. Embora inferior à observada nacionalmente (12,3%), a desocupação situa-se 2 p.p. acima da média histórica para a região, desde o início da pesquisa em 2012.

O mercado de crédito evoluiu favoravelmente, com crescimento nas operações para pessoas físicas e jurídicas. O saldo de crédito totalizou R\$584,3 bilhões em agosto, expandindo 2,1% no trimestre e 6,5% em doze meses. As operações com pessoas

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.2 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2018	Variação % 2018/2017
Grãos	73,0	75 255	-10,4
Soja	47,1	39 155	-4,5
Milho	11,3	19 117	-30,4
Arroz (em casca)	9,3	9 620	-4,1
Trigo	2,2	5 234	44,2
Feijão	2,5	807	-15,0
Outras lavouras			
Fumo	7,8	780	-8,7
Cana-de-açúcar	3,4	43 783	-6,1
Mandioca	3,7	4 971	9,1
Uva	1,8	937	-13,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2018.

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018		12 meses	
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Mai ^{2/}	Ago ^{2/}
Indústria geral	100,0	-3,3	7,0	3,2	
Produtos alimentícios	19,7	-8,7	4,7	-3,3	
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	0,1	7,5	17,1	
Máquinas e equipamentos	8,8	2,7	11,9	-2,1	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	14,4	14,3	6,1	
Outros produtos químicos	5,7	-6,2	10,2	-2,4	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

físicas cresceram 1,6% na margem, impulsionadas pelos financiamentos imobiliários e os empréstimos consignados. O crédito para pessoa jurídica cresceu 2,8% na margem, em razão do desempenho das operações com recursos livres – o crédito direcionado seguiu em retração, em especial, os empréstimos com recursos do BNDES. As operações com as empresas são majoritariamente destinadas a atividades da indústria de transformação (alimentos e bebidas) e comércio (atacadista), tendo-se destacado no trimestre a expansão mais intensa nas linhas de financiamento à exportação, refletindo a desvalorização cambial no período. Em doze meses, o estoque de crédito para pessoas jurídicas cresceu 5,9%, consolidando a reversão da trajetória, ocorrida em maio, após 29 meses de resultados negativos. A redução da inadimplência para 2,5% da carteira, ante 3,1% em agosto de 2017 e 2,7% em maio deste ano, repercutiu, em especial, o recuo da taxa no segmento de pessoas jurídicas.

No âmbito dos indicadores de oferta, a safra de grãos da região deverá apresentar queda, após colheita recorde em 2017, conforme o LSPA de setembro do IBGE. O primeiro levantamento relativo à safra 2018/2019, realizado pela Conab em outubro, aponta crescimento entre 3,6% e 6,0% na produção de grãos da região e variação entre -0,5% e 1,4% na área plantada.

A atividade industrial cresceu significativamente no trimestre finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, recuperando a queda observada no trimestre anterior, quando fora impactada pela paralisação dos caminhoneiros. Das dezoito atividades pesquisadas, houve recuo apenas em vestuário e acessórios. As principais contribuições para expansão trimestral advieram da fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; de máquinas e equipamentos; e de veículos, reboques e carrocerias. Essa última atividade liderou a recuperação da indústria na análise de doze meses até agosto, relativamente a igual período anterior.

Apesar da recuperação na margem, o setor ainda mantém elevado grau de ociosidade – o Nuci atingiu média de 76,9% no trimestre até agosto, ligeiramente acima do observado no intervalo até maio, 76,4%, dados dessazonalizados.¹² No mesmo sentido, os estoques de produtos finais permanecem em patamar elevado, segundo a Sondagem Industrial

12/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a PIA do IBGE para 2010.

Tabela 5.4 – Comércio exterior – Sul
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	33 625	36 696	9,1
Básicos	16 737	17 493	4,5
Industrializados	16 888	19 203	13,7
Semimanufaturados	3 148	3 250	3,2
Manufaturados	13 740	15 953	16,1
Importações	24 923	29 007	16,4
Bens de capital	2 950	3 629	23,0
Bens intermediários	15 519	17 658	13,8
Bens de consumo	4 201	5 208	24,0
Combustíveis	2 252	2 512	11,5
Saldo comercial	8 702	7 689	-11,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Agosto de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	13 655	-277	800	14 614	-487	657
RS	80 373	403	3 747	89 937	1 799	7 605
SC	13 507	1 145	2 150	15 635	1 040	2 189
Total (A)	107 536	1 272	6 697	120 186	2 353	10 451
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	861 052	-7 187	52 372
(A/B) (%)	13,4	-10,9	17,3	14,0	-32,7	20,0

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

da CNI, sugerindo demanda insuficiente, além da possibilidade de persistirem efeitos residuais da paralisação. Esse fator contribuiu para que os empresários ajustassem suas avaliações acerca da situação atual, levando o Icei a 52,3 pontos no terceiro trimestre no ano, ante 54,9 pontos no anterior e 53,9 pontos em igual período de 2017.¹³

O comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$7,7 bilhões nos primeiros nove meses de 2018, segundo o MDIC, ante US\$8,7 bilhões no mesmo período de 2017. As exportações totais aumentaram 9,1%, destacando-se os embarques de soja e celulose. As vendas externas incluem duas exportações fictas de plataformas de petróleo pelo Rio Grande do Sul, no valor total de US\$2,8 bilhões, que, se desconsideradas, indicam elevação de 0,7% nos embarques (2,6% em preços e -1,9% em *quantum*). As importações cresceram 16,4%, sendo 7,3% em preços e 8,5% em quantidade, com ênfase nos incrementos das aquisições de automóveis, veículos de carga e combustíveis.

No âmbito fiscal, o *deficit* primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios da região aumentou 85% em doze meses até agosto, em relação a 2017. A piora no resultado primário, aliada à ampliação dos juros apropriados, levou ao incremento de 56,1% no *deficit* nominal do Sul, 72,8% dos quais atribuídos ao Rio Grande do Sul. A dívida líquida aumentou 11,8% nessa base de comparação, elevando a participação do Sul no endividamento regional total. Nesse mesmo intervalo, as receitas de ICMS totalizaram R\$81,9 bilhões, sendo que o Sul foi a região que apresentou o menor crescimento na arrecadação do tributo, em relação a igual período anterior, 1,4%, em termos reais.¹⁴

O IPCA na região¹⁵ apresentou comportamento benigno no terceiro trimestre, indicando que os efeitos da alta ocorrida no trimestre anterior já se dissiparam. No período, os preços livres mantiveram-se relativamente estáveis enquanto os administrados, ainda que tenham desacelerado, exerceram a principal contribuição altista, destacando o reajuste em energia elétrica residencial. No primeiro segmento, observou-se deflação em alimentação no domicílio, influenciada pela redução dos preços de *in natura*, e aceleração nos reajustes de serviços, que incorporaram a forte

13/ 50 pontos indicam neutralidade.

14/ Corrigidas pelo IGP-DI.

15/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.6 – IPCA – Sul

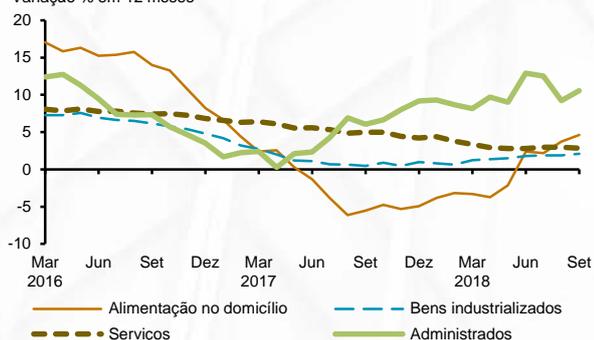
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017		2018	
		IV Trí	I Trí	II Trí	III Trí
IPCA	100,0	1,14	0,67	2,35	0,58
Livres	74,3	0,76	0,71	1,36	0,10
Alimentação no domicílio	16,1	0,11	1,44	4,34	-1,27
Bens industrializados	24,8	1,03	0,22	0,72	0,08
Serviços	33,5	0,86	0,73	0,43	0,79
Administrados	25,7	2,33	0,56	5,37	1,98
Principais itens					
Alimentação	24,8	0,33	0,90	3,32	-0,69
Habitação	16,1	1,52	0,07	3,92	2,81
Artigos de residência	4,2	-0,39	0,27	1,14	0,75
Vestuário	6,3	1,59	-1,16	0,86	-0,34
Transportes	18,9	2,55	0,67	2,59	0,46
Saúde	12,0	0,77	1,21	2,08	0,91
Despesas pessoais	10,3	1,07	0,59	0,66	1,11
Educação	4,2	0,55	4,26	0,18	-0,14
Comunicação	3,3	0,90	-0,25	0,21	0,00

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2018.

Gráfico 5.6 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

elevação em passagem aérea e os maiores aumentos no subitem empregado doméstico. O índice de difusão atingiu 54,5% no trimestre encerrado em setembro, ante 56,8% no anterior e 44,4% no mesmo período de 2017. Em doze meses até setembro, o IPCA variou 4,83%, pressionado pela elevação de 10,87% nos preços administrados.

Prospectivamente, o cenário conjuntural aponta para a continuidade da recuperação econômica no Sul, em ritmo inferior ao esperado no início do ano. Apesar da recomposição da atividade após a paralisação de maio, os indicadores de confiança empresarial não retornaram aos níveis anteriores ao evento, o que tende a impactar decisões de investimentos e de contratações. De outra parte, a evolução da atividade nos próximos meses segue favorecida pelo comportamento benigno do mercado de crédito e pela inexistência de restrições à ampliação da oferta, tendo em vista a elevada ociosidade dos fatores de produção.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados

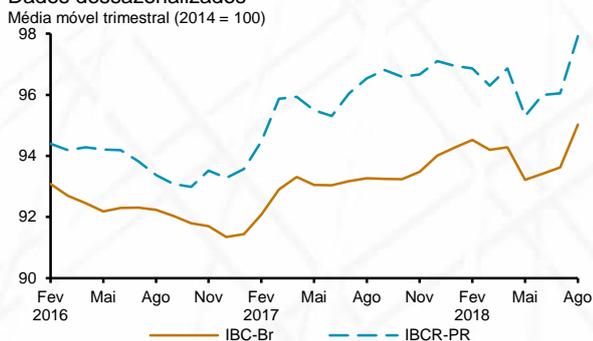
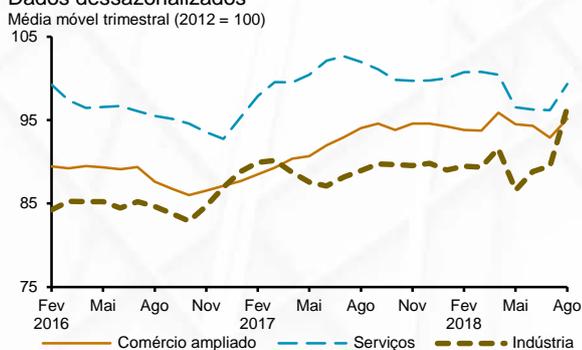


Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.1.1 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

Setores	Variação % no período			
	2017 Ano	2018		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	4,0	1,6	0,3	3,3
Combustíveis e lubrificantes	17,5	-1,3	0,9	1,2
Hiper e supermercados	3,3	2,0	-2,6	3,3
Tec., vest. e calçados	-4,5	-8,2	1,1	-8,4
Móveis e eletrodomésticos	-0,3	0,8	3,1	6,4
Comércio ampliado	4,7	0,7	0,7	5,2
Automóveis e motocicletas	-4,2	-0,7	-1,2	4,3
Material de construção	19,7	-0,6	4,7	14,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

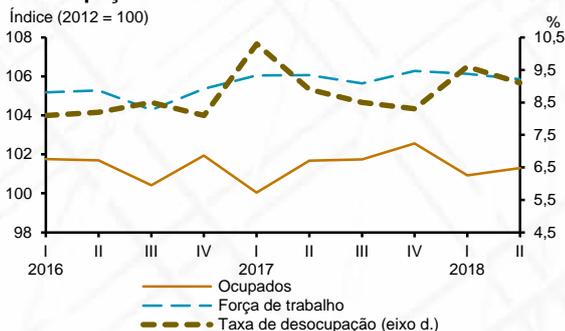
A atividade econômica paranaense retornou à trajetória de recuperação, após recuo decorrente da paralisação no setor de transporte de cargas, impulsionada pelos resultados favoráveis da produção fabril, do comércio e de serviços, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho. O IBCR-PR expandiu 2,7% no trimestre finalizado em agosto, comparativamente ao encerrado em maio, quando decrescera 1,6%. No acumulado do ano, o indicador cresceu 0,7% sobre igual período do ano anterior.

Conforme dados dessazonalizados da PMC do IBGE, o volume de vendas do comércio ampliado paranaense segue em recuperação, com variação de 0,7% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio. Seis dos dez segmentos pesquisados apresentaram aumento, com destaque para tecidos, vestuário e calçados. Em horizonte mais longo, a expansão no volume transacionado é mais significativa, favorecida pelo resultado de materiais de construção. Embora positivo em doze meses, o desempenho do segmento automotivo não retornou ao ritmo pré-paralisação. Segundo dados dessazonalizados da Fenabreve, o número de licenciamentos de automóveis e veículos comerciais leves cresceu 0,6% no terceiro trimestre, após elevação de 4,3% no trimestre anterior.

A confiança dos agentes permaneceu influenciada por eventos não econômicos, especialmente na esfera política que, associados ao crescimento moderado nos rendimentos, limita o ritmo de expansão da demanda. De acordo com as informações da Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR), os consumidores paranaenses mostram-se cautelosos e preocupados com a segurança no emprego, especialmente nas famílias de menor poder aquisitivo. A intenção de consumo retraiu 2,4% na média do trimestre finalizado em setembro (-0,8% no encerrado em junho).

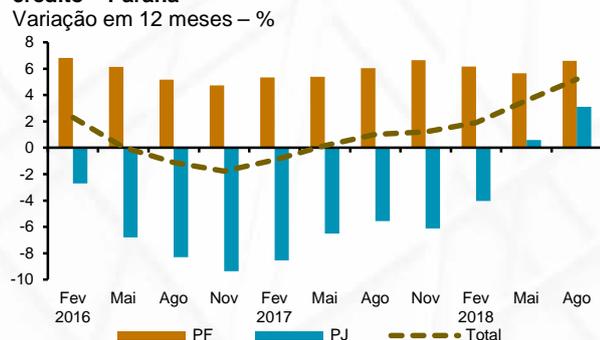
O volume de serviços cresceu 2,9% no trimestre encerrado em agosto, após queda de 4,2% no período anterior, impactado, em especial, pela reversão em transportes e correio (6,8%). O segmento de serviços prestados às famílias registrou desaceleração na retração, com variações de -1,5% e -2,5% nas mesmas bases de comparação, conforme os dados dessazonalizados da PMS do IBGE.

Gráfico 5.1.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Gráfico 5.1.5 – Confiança do empresariado – Paraná



Fonte: Fiep

O mercado de trabalho formal gerou 6,2 mil vagas no trimestre encerrado em agosto, contrastando com os 1,4 mil postos fechados em igual período de 2017, conforme dados do Caged/MTb. Destacou-se o subsetor de comércio e administração de imóveis e de valores mobiliários, com a criação de 2,7 mil empregos formais no período.

A taxa de desocupação do segundo trimestre deste ano apresentou aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando 9,1% de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Ainda na mesma base de comparação, houve crescimento de 0,8% da massa salarial e de 1,1% do rendimento médio habitual real. Na margem, também houve aumento na desocupação, que atingiu 8,9% no segundo trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal, ante 8,7% no primeiro trimestre.

O mercado de crédito continua em expansão. O saldo das operações superiores a R\$1 mil aumentou 2,1% na carteira referente às pessoas físicas e 1,4% para as pessoas jurídicas em agosto, comparativamente a maio. A inadimplência das empresas atingiu 3,1%, e das famílias, 2,4% da carteira ao final de agosto, e ambos os indicadores recuaram na comparação trimestral.

Considerando os componentes da oferta, o LSPA de setembro do IBGE estima recuo de 14,7% na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2018, dadas as atualizações das informações sobre as menores colheitas de trigo e centeio, e as maiores de cevada, aveia e mandioca. O primeiro levantamento da Conab para a safra 2018/2019 estima que a área plantada de cereais, leguminosas e oleaginosas¹⁶ situe-se em intervalo de 0,1% a 0,6% superior à do ciclo anterior, e a produção cresça entre 6,9% e 7,5%, na mesma base de análise. A produtividade tende a aumentar 6,8%, em cenário que contempla a ocorrência do *El Niño* de curta duração e intensidade baixa ou moderada, com chuvas e temperaturas um pouco acima do normal durante a primavera. Na mesma direção, a Seab estima crescimento de 4% na produção da safra de verão 2018/2019 no Paraná, especialmente milho 1ª safra (11%), com aumentos de 6% na área plantada e de 5% no rendimento médio. Destaque-se, ainda, a expectativa de elevação no rendimento da lavoura de feijão 1ª safra, cuja produção deve aumentar 1%, apesar do recuo de 13% na área cultivada.

16/ Considerados os produtos caroço de algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ma ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,2	11,4	3,0
Produtos alimentícios	22,7	-8,2	1,4	-6,8
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	17,3	8,9	7,9
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	1,8	14,4	20,5
Máquinas e equipamentos	6,7	9,2	17,2	-5,4
Celulose e prod. papel	5,5	-5,6	12,1	5,5
Outros produtos químicos	4,7	-8,5	16,1	-2,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.1.3 – Comércio exterior – Paraná

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	13 953	13 700	-1,8
Importações	8 712	9 212	5,7
Saldo comercial	5 242	4 488	-14,4

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.1.4 – IPCA – RMC

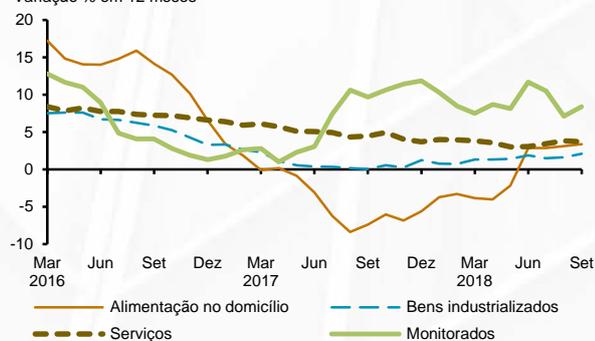
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018			
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,13	0,46	2,09	0,65
Livres	74,9	0,89	0,91	1,12	0,13
Alimentação no domicílio	14,6	0,33	0,36	5,68	-2,82
Bens industriais	25,9	1,03	0,72	0,03	0,32
Serviços	34,4	1,02	1,29	0,07	1,28
Monitorados	25,1	1,88	-0,94	5,10	2,21

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2018.

Gráfico 5.1.6 – Evolução dos preços livres – RMC

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE demonstram crescimento de 11,4% na produção industrial paranaense no trimestre finalizado em agosto, ante recuo de 3,2% no trimestre imediatamente anterior. A elevação expressiva repercute a recomposição da oferta após a paralisação no setor de transporte de cargas ocorrida em maio. Verificou-se aumento em doze dos treze segmentos pesquisados, com destaque para a produção de máquinas e equipamentos (17,2%), outros produtos químicos (16,1%) e veículos automotores (14,4%). Os Indicadores de Confiança da Indústria de Transformação (Icic) e da Indústria da Construção (Icic), elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), posicionaram-se novamente acima do nível de indiferença de 50 pontos em setembro, com os valores atingindo 52,2 pontos e 51,4 pontos, respectivamente.

Nos nove primeiros meses do ano, as exportações diminuíram 1,8% e as importações cresceram 5,7%, em relação ao mesmo período de 2017, destacando-se o recuo de 20,7% nas vendas para a Argentina, em especial, de automóveis. A China continua sendo o principal parceiro comercial do estado, com participação de 33,0% nas exportações, sendo 83,9% soja, e de 18,6% nas importações, com destaque para adubos e defensivos agrícolas.

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) diminuiu 1,44 p.p. na passagem do segundo para o terceiro trimestre, quando assinalou 0,65%. A queda refletiu a reversão na variação dos preços de alimentação no domicílio (especialmente *in natura* e semielaborados) e a desaceleração dos preços administrados. O índice de difusão recuou para 45,6% no trimestre, ante 53,4% no trimestre encerrado em junho. Em doze meses até setembro, o IPCA da RMC registrou alta de 4,39% (3,42% em 2017), influenciado, especialmente, pela variação nos preços monitorados (8,42%).

5.2 Rio Grande do Sul

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

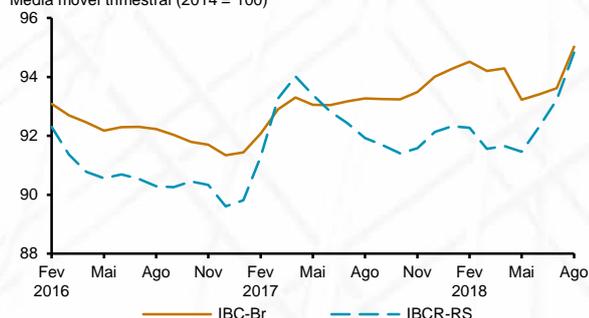
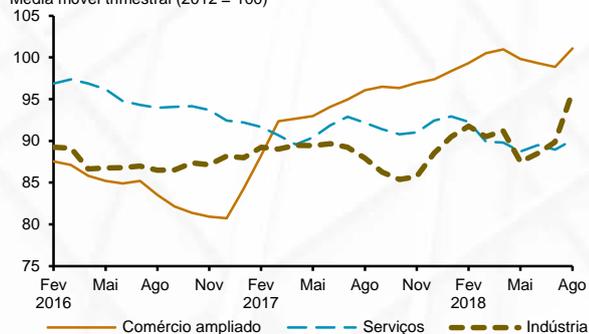


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

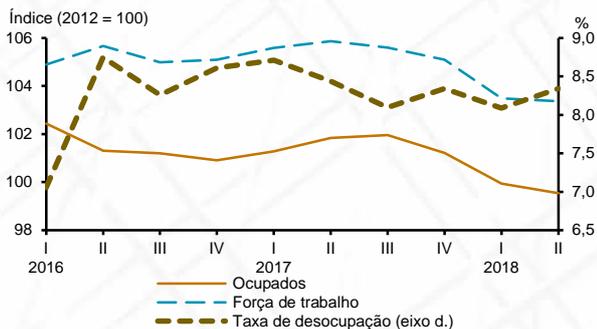
A atividade econômica gaúcha, medida pelo IBCR-RS, cresceu 3,7% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao findo em maio (-0,8%), repercutindo avanços no volume de serviços prestados, no comércio e, sobretudo, na produção industrial. Note-se que esse trimestre é pouco afetado pela agricultura, tendo em vista a apropriação das safras de verão nos períodos anteriores. Nos oito primeiros meses do ano, o IBCR-RS registrou estabilidade, relativamente a igual intervalo em 2017, após seis meses de resultados negativos para essa base de comparação.

No âmbito da demanda, o crescimento das vendas do comércio ampliado acelerou de 0,5% no trimestre até maio para 1,2% até agosto, estimulado pela liberação de recursos do PIS/Pasep e pelo inverno rigoroso, cuja sequência de dias de frio levou à redução dos estoques dos lojistas. Dentre as atividades, destacaram-se as elevações nas vendas de tecidos, vestuário e calçados, e de outros artigos de uso pessoal e doméstico. O desempenho em doze meses até agosto aponta forte recuperação do comércio, com crescimento de 11,3% no volume de vendas, liderado pelas automotivas. Corroborando esse desempenho da atividade, o licenciamento de veículos e comerciais leves acumulou alta de 14,5% nos nove primeiros meses do ano, em comparação a igual período de 2017, segundo a Fenabreve.

Apesar dos bons resultados do comércio, o indicador da confiança setorial mostrou moderação nas expectativas empresariais – o Icec atingiu 95,4 pontos no terceiro trimestre, ante 107,2 pontos no segundo, com piora nas avaliações em todos os componentes, exceto quanto à situação dos estoques. Movimento diverso foi evidenciado pela intenção de consumo das famílias – o ICF ampliou no terceiro trimestre (78,7 pontos), em relação ao segundo (75,5 pontos), sobretudo pela avaliação otimista das famílias com renda superior a dez salários mínimos.

O volume de serviços prestados registrou elevação de 1,6% na comparação trimestral encerrada em agosto, relativamente ao trimestre imediatamente anterior (-3,9%), conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O resultado foi impactado principalmente pelos bons desempenhos em serviços profissionais e de transportes. Note-se que o setor assinalou a geração de vagas no trimestre, contribuindo para mitigar o recuo do emprego formal no período. Segundo o

Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}



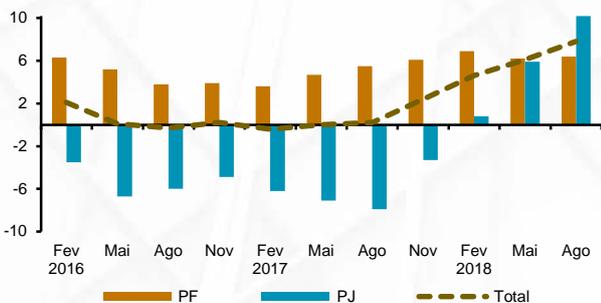
Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Caged/MTb, houve eliminação de 13,2 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto (-12 mil vagas em igual período de 2017), considerando todos os setores da economia gaúcha. O resultado impactado, principalmente, pelos recuos na indústria e no comércio.

A taxa de desocupação no estado atingiu 8,4% no segundo trimestre de 2018, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. A despeito da taxa ser menor do que a de igual período do ano anterior, esse resultado decorreu de reduções na ocupação (2,3%) e na força de trabalho (2,4%). Descontados fatores sazonais, a desocupação subiu de 8,1% no primeiro trimestre para 8,3% no segundo, repercutindo recuos na força de trabalho e, de forma mais intensa, na população ocupada.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito segue em recuperação, totalizando R\$210,9 bilhões em agosto, com aumentos de 0,8% no trimestre e de 7,8% em doze meses. No trimestre, registraram-se elevações de 1,0% no segmento de pessoas jurídicas e de 0,8% no de pessoas físicas, influenciadas, sobretudo, pelas operações de empréstimo para a indústria de alimentos e bebidas, no primeiro segmento, e empréstimos consignados e financiamentos imobiliários, no segundo. Em horizonte mais longo, destacou-se o crescimento interanual de 10,2% no estoque de operações de pessoa jurídica e a redução da inadimplência total para 2,8% da carteira de crédito em agosto, ante 3,5% em agosto de 2017.

Tabela 5.2.1 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2018	Variação % 2018/2017
Grãos	76,6	33 476	-5,5
Soja	48,6	17 539	-6,4
Arroz	18,5	8 396	-3,8
Milho	6,8	4 553	-24,9
Trigo	1,5	2 073	69,0
Feijão	0,7	95	-3,9
Outras lavouras			
Fumo	8,9	359	-13,5
Mandioca	3,0	975	-8,6
Uva	3,3	823	-14,0

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2018.

Seguindo mesma tendência do Sul, o estado deverá registrar retração na colheita de grãos em 2018, com estimativa de redução de 5,5% na safra, em relação à de 2017 – ano que apresentou produção recorde (35,4 milhões de toneladas). Houve recuperação somente na safra de trigo, cujo crescimento esperado é de 69%. A queda quase generalizada pode ser explicada pela base de comparação elevada de 2017 e pela estiagem que atingiu o estado no início do ano.

Ainda no âmbito da oferta, a produção industrial cresceu expressivamente no trimestre até agosto, relativamente ao anterior, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, recuperando a retração decorrente da paralisação dos serviços de transporte em maio. Em horizonte mais longo, observa-se expansão moderada do produto industrial no estado, destacando-se, entretanto, a forte retomada da indústria automotiva. O índice de confiança se manteve em área que aponta para

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018			
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	-4,6	9,5	2,0	
Produtos alimentícios	16,4	-8,4	8,2	-1,4	
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	0,7	2,1	15,3	
Máquinas e equipamentos	12,0	5,5	10,0	-2,8	
Outros produtos químicos	10,3	-9,0	9,8	-2,2	
Artef. couro e calçados	8,9	-4,2	0,7	1,0	
Produtos de metal	8,5	3,6	4,2	7,8	
Produtos de borracha e plástico	5,0	-4,4	3,3	-0,6	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.2.3 – Comércio exterior – RS

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	13 240	16 359	23,6
Importações	6 959	8 204	17,9
Saldo comercial	6 281	8 155	29,8

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.2.4 – IPCA – RMPA

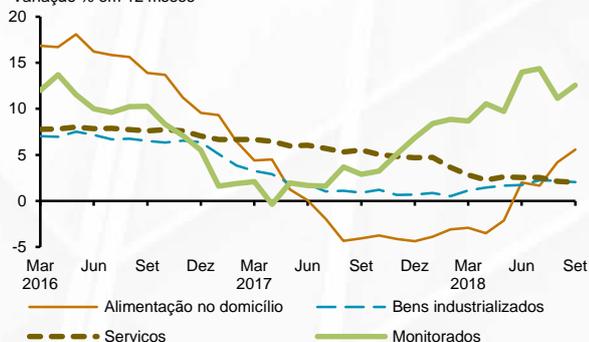
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018			
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	1,15	0,87	2,60	0,57
Livres	73,9	0,63	0,52	1,58	0,08
Alimentação no domicílio	17,5	-0,06	2,29	3,32	-0,06
Bens industrializados	23,8	1,04	-0,27	1,44	-0,17
Serviços	32,6	0,70	0,19	0,78	0,33
Administrados	26,1	2,75	1,92	5,60	1,78

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2018.

Gráfico 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

otimismo dos empresários do setor – o Ipci da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) atingiu 53,1 pontos¹⁷ no terceiro trimestre – refletindo perspectivas favoráveis para a indústria nos próximos seis meses e avaliações pessimistas das condições atuais e de expectativas futuras para a economia em geral.

O *superavit* da balança comercial do estado alcançou US\$8,2 bilhões nos primeiros nove meses de 2018 (US\$6,3 bilhões no mesmo intervalo de 2017). As exportações cresceram 23,6% no período, impulsionadas pelo registro da venda de duas plataformas de petróleo, nos meses de fevereiro e agosto (US\$2,8 bilhões) e pelos incrementos nas vendas de soja, celulose e fumo. Desconsideradas as plataformas, as vendas aumentaram 2,2% (5% em preços e -2,7% em *quantum*). No mesmo sentido, as importações elevaram-se 17,9% (7,4% em preços e 9,8% em *quantum*), destacando-se as aquisições de naftas, combustíveis e automóveis.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) variou 0,57% no terceiro trimestre, ante 2,60% no segundo, com desaceleração tanto no segmento de preços livres quanto de administrados. A relativa estabilidade dos preços livres no terceiro trimestre derivou da combinação da deflação em alimentação no domicílio (tubérculos, raízes e legumes) e em bens industriais (leite e derivados) com alta nos serviços (empregado doméstico). Embora menos intensa do que a observada no segundo trimestre, a elevação dos preços administrados exerceu a principal contribuição para alta do IPCA no período, destacando-se os impactos decorrentes de reajustes em energia elétrica, gasolina, plano de saúde e gás de botijão, na ordem. O índice de difusão do IPCA no trimestre passou de 53,0% em junho para 51,2% em setembro, indicando arrefecimento da disseminação nos reajustes. Em doze meses até setembro, o IPCA da RMPA acumulou alta de 5,23% (2,54% em 2017), pressionado pela significativa aceleração dos preços administrados (12,55%).

17/ 50 pontos indicam neutralidade.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	0,2	0,2	1,1	-1,4	1,9
Norte	0,4	0,9	1,4	-0,9	-0,3
Nordeste	-0,7	0,2	0,1	-2,1	1,5
Centro-Oeste	2,5	-1,2	-0,3	-0,5	0,5
Sudeste	0,8	0,9	-0,1	-0,5	0,9
Sul	0,2	0,2	0,4	-1,3	3,2

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

A evolução recente da atividade econômica mostrou rápida normalização da produção dos principais setores, cujos resultados apresentados no Boletim Regional anterior haviam sido negativamente afetados pela paralisação do setor de transporte de cargas em maio. Dessa forma, os desempenhos na margem, evidenciam resiliência do processo de recuperação da economia brasileira. Regionalmente, observaram-se discrepâncias nas trajetórias de curto prazo, refletindo particularidades locais da estrutura econômica.

Ratificando a retomada do setor produtivo, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) aumentou 1,9% no trimestre até agosto, em relação ao encerrado em maio, quando recuara 1,4%. Regionalmente, com exceção do Norte, observou-se expansão da atividade, de forma mais intensa no Sul, favorecida pelo avanço no volume de serviços não financeiros e, principalmente, pelo incremento da produção industrial. O Nordeste, que registrara o maior decréscimo no trimestre anterior, repercutindo o fraco dinamismo do comércio e da indústria, teve, nesse setor, o impulso para a ampliação da economia na margem. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram crescimentos inferiores à média para o país, porém, foram as que tiveram os menores impactos no trimestre até maio. No Norte, a queda do IBCR decorreu da defasagem dos efeitos da paralisação, em especial, sobre a indústria de transformação da região, que possui estrutura menos dependente do transporte rodoviário. Adicionalmente, a reação da indústria não se manteve em agosto.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Comércio varejista					
Brasil	1,9	-0,3	0,4	1,5	-0,2
Norte	3,0	1,7	0,3	1,9	-0,6
Nordeste	0,8	0,5	-0,1	0,8	0,5
Centro-Oeste	1,3	0,0	-1,6	1,5	0,3
Sudeste	2,7	-0,1	-0,2	1,3	-0,1
Sul	1,9	1,2	1,0	1,5	-0,6
Comércio ampliado					
Brasil	3,3	0,7	0,9	1,5	1,0
Norte	3,8	2,7	1,5	1,8	-0,2
Nordeste	2,7	0,4	-0,1	1,6	-0,3
Centro-Oeste	1,2	0,4	-0,4	2,4	-0,7
Sudeste	4,0	0,6	1,3	1,6	0,7
Sul	4,5	0,9	1,1	1,5	0,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O volume de vendas do comércio ampliado assinalou menor ritmo de expansão no trimestre encerrado em agosto, comparativamente ao finalizado em maio, período para o qual há indícios de impacto positivo do movimento de antecipação de compras, em razão do temor de desabastecimento. Nas regiões Sudeste e Sul, o crescimento do comércio repercutiu, em especial, o mercado de automóveis, na primeira, e as vendas de vestuário e calçados, estimuladas pelos

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	0,6	-0,5	0,3	-1,1	1,9
Norte	0,5	-2,4	-1,3	-0,4	0,6
Nordeste	-1,6	-1,4	-0,3	-2,4	2,3
Centro-Oeste	0,6	0,3	-0,7	-0,4	3,0
Sudeste	1,0	-0,6	0,6	-0,2	0,7
Sul	2,0	-1,5	0,8	-3,1	2,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2017		2018		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	81,2	98,7	-189,5	205,7	157,1
Norte	10,5	9,2	-16,9	5,6	16,9
Nordeste	31,6	71,2	-66,3	1,5	47,2
Centro-Oeste	25,2	-17,0	0,0	22,0	31,4
Sudeste	22,7	-11,9	-117,4	155,5	68,9
Sul	-8,7	47,2	11,1	21,0	-7,3

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2017			2018	
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Brasil	13,0	12,4	11,8	13,1	12,4
Norte	12,5	12,2	11,3	12,7	12,1
Nordeste	15,8	14,8	13,8	15,9	14,8
Centro-Oeste	10,6	9,7	9,4	10,5	9,5
Sudeste	13,6	13,2	12,6	13,8	13,2
Sul	8,4	7,9	7,7	8,4	8,2

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

movimentos de liquidações de inverno, na segunda. O menor dinamismo da atividade comercial impactou a confiança dos empresários. O Icced da CNC, indicador antecedente das vendas do comércio, recuou pelo terceiro trimestre consecutivo, mas permanece apontando otimismo nas avaliações prospectivas dos empresários do setor. Registre-se que essas boas perspectivas refletem, em particular, a forte recuperação do mercado automotivo, em linha com a evolução favorável do crédito para o setor.

O volume de serviços não financeiros no país registrou alta expressiva no trimestre até agosto, em relação ao finalizado em maio, quando repercutira os efeitos diretos da greve do setor de cargas. Todas as divisões assinalaram elevação no trimestre, sobretudo a de transportes, especificamente, a subdivisão de transporte terrestre. Houve aumento no volume de serviços em todas as regiões, porém, no Nordeste e no Sul, os avanços foram insuficientes para compensar as contrações observadas no trimestre anterior. De outra parte, o Centro-Oeste registrou forte aceleração na margem, também impulsionado pelos serviços de transportes.

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de expansão, com geração de vagas no trimestre encerrado em agosto em ritmo superior ao ocorrido no mesmo período de 2017. Ressalte-se que o setor de serviços gerou postos de trabalho em todas as regiões. Adicionalmente, destacaram-se, no Norte, a construção civil; no Nordeste, a indústria de transformação e a agropecuária, atividade cujas admissões líquidas também sobressaíram no Sudeste e no Centro-Oeste. O Sul foi a única região a apresentar eliminação líquida de vagas – ainda que em número inferior ao do mesmo período de 2017 –, sobressaindo indústria de transformação, que repercutiu o movimento sazonal da indústria fumageira, além de demissões líquidas na fabricação de vestuário e calçados.

A taxa de desocupação recuou no segundo trimestre de 2018, em relação a igual período de 2017, segundo a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo ampliação da população ocupada (PO) acima da força de trabalho (FT). Todas as regiões registraram redução da taxa nessa base de comparação, em especial o Centro-Oeste e o Nordeste. Considerando dados com ajuste sazonal, a desocupação média no país caiu 0,1 p.p., para 12,3% no segundo trimestre em relação ao primeiro e resultou da combinação de ampliação na PO e redução na FT. Regionalmente, a maior queda

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Agosto de 2018

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
			PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
Brasil	1 405	1 706	3 110	0,8	2,3	1,6	-0,7	7,4	3,6
Norte	39	83	123	-1,4	2,7	1,4	-0,6	8,4	5,3
Nordeste	138	272	410	-2,4	2,6	0,8	-6,4	8,2	2,8
Centro-Oeste	134	223	357	1,5	3,2	2,5	4,4	9,6	7,6
Sudeste	852	783	1 635	0,8	2,2	1,5	-2,3	6,7	1,8
Sul	241	344	584	2,8	1,6	2,1	5,9	6,9	6,5

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

no desemprego dessazonalizado foi observada no Nordeste, porém ocorreu concomitantemente ao decréscimo na FT, enquanto, no Centro-Oeste, o menor desemprego ocorreu com crescimento da PO acima do da FT. Adicionalmente, resalte-se que o Sudeste, região com maior contingente de mão de obra, ampliou a ocupação pelo sétimo trimestre consecutivo.

Consoante ao ciclo da política monetária, o mercado de crédito evoluiu positivamente em todas as regiões – seja no horizonte trimestral ou em doze meses –, prosseguindo com a trajetória de recuperação observada no trimestre encerrado em maio. Desde fevereiro deste ano, o crédito às famílias vem aumentando o ritmo de crescimento interanual e o crédito às empresas, diminuindo a intensidade de contração, aproximando-se da estabilidade. O desempenho da carteira de pessoas físicas manteve o crescimento em todas as regiões na avaliação interanual, e a recuperação do crédito às pessoas jurídicas seguiu em ritmo forte no período recente. As regiões Sul e Centro-Oeste exibiram variações positivas em doze meses no crédito às pessoas jurídicas desde maio; a região Norte aproximou-se da estabilidade e o Sudeste e Nordeste diminuíram o ritmo de contração. Na avaliação trimestral, o segmento de pessoas físicas registrou crescimento em todas as regiões, com destaque para o Centro-Oeste, onde houve forte expansão do crédito rural. Nos financiamentos às empresas, o Sul se sobressaiu no trimestre, com crescimento superior ao do segmento de pessoas físicas na região.

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário (Fluxo 12 meses)	
	Ago/2017	Ago/2018
Norte	-1 752	-62
Nordeste	-5 029	3 139
Centro-Oeste	-364	-713
Sudeste	-3 740	-11 904
Sul	-1 022	2 353
Total	-11 908	-7 187

1/ Por UF, totalizando governo estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

(-) *superavit*(+) *deficit*

A arrecadação de ICMS em doze meses até agosto aumentou R\$32,4 bilhões, na comparação com igual período anterior, totalizando R\$465,6 bilhões, representando aumento real de 4,8%.¹⁸ Nesse intervalo, todas as regiões experimentaram avanços reais dessas receitas, menos intensa no Sul, 1,4%. Apesar da melhora da arrecadação, o *superavit* primário conjunto dos governos subnacionais recuou 39,6%, em relação ao observado no mesmo período de 2017. Essa trajetória decorreu da reversão de *superavit* para *deficit* dos resultados fiscais no Sul e no Nordeste e da piora do *superavit* primário do Norte, combinadas com o melhor desempenho do Centro-Oeste e, sobretudo, do Sudeste. A dívida líquida dos governos subnacionais totalizou R\$861,1 bilhões em agosto, ante R\$801,0 bilhões em 2017.

18/ Corrigidas pelo IGP-DI.

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2017	2018	
Brasil	100,0	240,6	226,2	-6,0
Norte	4,2	8,9	8,7	-2,4
Nordeste	9,7	17,9	19,2	7,7
Centro-Oeste	40,1	105,9	99,8	-5,8
Sudeste	10,2	23,9	23,2	-3,2
Sul	35,8	84,0	75,3	-10,4

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2017.

3/ Estimativa segundo o LSPA de Setembro de 2018.

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2017		2018		
		Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	100,0	1,5	1,1	1,9	-3,8	4,1
Norte	5,9	5,1	1,1	5,3	-1,5	1,9
Nordeste	9,5	-0,2	0,0	0,1	-3,3	7,9
Centro-Oeste	3,5	3,9	1,4	-2,4	-6,3	6,1
Sudeste	62,7	3,2	1,3	0,5	-2,1	2,5
Sul	18,5	0,8	-0,3	3,2	-3,3	7,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Sob a ótica da oferta, permanece a estimativa de recuo moderado da produção de grãos em 2018, após colheita recorde em 2017. A safra nacional de grãos deverá totalizar 226,8 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE, 6,0% abaixo da observada no ano anterior. Com exceção do Nordeste, onde a ampliação da colheita repercute, em boa parte, a maior produtividade da soja, deverá haver reduções nas produções agrícolas das regiões, sendo que, nas duas maiores produtoras – Centro-Oeste e Sul –, os recuos refletem, sobretudo, a quebra na produção de milho. O primeiro levantamento para a próxima safra de grãos, realizado pela Conab, projeta crescimento de 3,6%, destacando a recuperação significativa prevista para a região Centro-Oeste.

A indústria nacional evidenciou recomposição do nível de produção, repercutindo, tanto do trimestre encerrado em maio quanto no trimestre seguinte, os impactos da paralisação e da retomada dos serviços de transporte. Enquanto naquele intervalo, 22 das 25 atividades apresentaram redução no produto, no período seguinte, houve alta em vinte segmentos, sobressaindo o de fabricação de veículos. Regionalmente, a recuperação industrial foi generalizada, com elevações mais expressivas no Nordeste, Sul e Centro-Oeste, região que registrara a maior retração no trimestre até maio, destacando-se, na margem, as indústrias alimentícia, de minerais não metálicos e de produtos químicos. No Nordeste, sobressaíram as indústrias metalúrgica e de produtos alimentícios, enquanto, no Sul, as principais contribuições advieram da fabricação de coque e produtos derivados do petróleo e de veículos. No Sudeste – que concentra a maior parcela do produto industrial, houve expansão em treze dos vinte e dois setores pesquisados, com destaque para veículos, máquinas e equipamentos, e bebidas. O resultado favorável do Norte no trimestre até agosto repercutiu o desempenho da indústria extrativa (peso de 38,3%), tendo em vista o recuo da produção da indústria de transformação.

O nível de confiança dos empresários industriais ainda não retornou ao patamar pré-paralisação em nenhuma região. Não obstante, a média nacional do Icei da CNI para o terceiro trimestre se manteve em zona de otimismo (52,1 pontos), em função das perspectivas favoráveis para os próximos seis meses. Note-se que o Sudeste foi a única região em que o indicador situou-se levemente abaixo da linha de confiança, totalizando 49,9 pontos.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Setembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total	164,6	178,2	111,3	135,3	53,3	42,9
Norte	12,9	14,2	7,8	9,5	5,0	4,6
Nordeste	12,4	13,3	14,5	15,8	-2,0	-2,5
Centro-Oeste	20,9	26,1	6,3	6,4	14,7	19,6
Sudeste	80,0	83,8	57,8	74,4	22,2	9,3
Sul	33,6	36,7	24,9	29,0	8,7	7,7
Outros ^{1/}	4,8	4,2	0,0	0,0	4,7	4,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

O comércio externo, favorecido pelo cenário de aumento dos preços, registrou *superavit* elevado nos primeiros nove meses de 2018, embora inferior ao do mesmo período do ano anterior, tendo em vista o aumento das importações acima das exportações. Esse comportamento foi observado em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, cuja balança comercial é fortemente superavitária, e destacou, no ano, as remessas de milho, soja, celulose, farelo de soja e carne de bovinos. Observe-se que a região compôs a maior parcela do saldo comercial em 2018, ultrapassando o Sudeste, que assinalou forte elevação das importações, em especial de bens de capital e de intermediários, repercutindo o nível de atividade fabril relativamente mais alto.

A inflação, medida pela variação do IPCA, desacelerou de forma expressiva na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2018, corroborando a visão de que os efeitos da paralisação dos caminhoneiros sobre os preços foram temporários. Observe-se que a evolução favorável dos preços foi disseminada em todas as regiões, com destaque para o Norte, onde houve deflação no trimestre. Esse menor ritmo de reajustes refletiu o comportamento tanto de preços livres como monitorados, sendo que as regiões Norte e Nordeste assinalaram queda dos preços no primeiro segmento, repercutindo, em especial, o desempenho de alimentação no domicílio. A variação dos preços monitorados – embora tenha recuado com maior intensidade, relativamente ao trimestre anterior – seguiu exercendo a principal pressão altista do período, advinda, em boa parte, da alta na tarifa de energia elétrica residencial. Note-se que esse subitem já pressionara o IPCA no trimestre anterior, mas deverá ter sua variação suavizada pelo acionamento da bandeira amarela em novembro. Em doze meses, o IPCA passou de 4,39% em junho para 4,53% em setembro de 2018, repercutindo as maiores altas nos preços monitorados. Em termos regionais, sobressaiu o comportamento benigno dos preços no Norte, cuja variação para esse período, 2,25%, situou-se significativamente abaixo da média para o país.

Tabela 6.11 – IPCA

Discriminação	Peso	%				
		2017		2018		
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA						
Brasil	100,0	0,59	1,14	0,70	1,89	0,72
Norte	4,2	0,21	0,18	0,68	1,34	0,05
Nordeste	14,8	0,31	0,57	0,42	2,30	0,10
Centro-Oeste	7,1	0,57	2,09	0,07	1,86	0,64
Sudeste	57,6	0,70	1,27	0,87	1,68	1,00
Sul	16,3	0,62	1,14	0,67	2,35	0,58
Livres						
Brasil		-0,27	0,68	0,60	0,99	0,28
Norte		-0,96	-0,10	0,70	0,50	-0,64
Nordeste		-0,45	0,16	0,34	1,37	-0,18
Centro-Oeste		-0,24	0,87	0,33	0,93	0,37
Sudeste		-0,10	0,88	0,67	0,80	0,52
Sul		-0,47	0,76	0,71	1,36	0,10
Monitorados						
Brasil		3,28	2,53	0,98	4,52	1,98
Norte		4,45	1,15	0,61	4,20	2,32
Nordeste		2,93	1,96	0,70	5,29	0,97
Centro-Oeste		3,06	5,72	-0,66	4,52	1,47
Sudeste		3,09	2,38	1,45	4,11	2,33
Sul		4,12	2,33	0,56	5,37	1,98

Fontes: IBGE e BCB

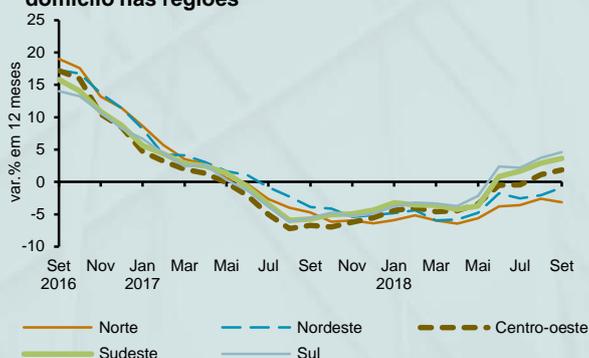
A atividade econômica nas diversas regiões permanece em recuperação, mas em ritmo mais gradual do que o esperado no início do ano. A rápida normalização da produção nos segmentos mais afetados pelos eventos de maio indicou resiliência do processo do crescimento. Prospectivamente, o comportamento da economia poderá ser positivamente impactado pela continuidade da geração de empregos, em particular os de caráter temporário no final do ano; pela ampliação da carteira de crédito, sobretudo para as

famílias e, principalmente, pela redução de incertezas no ambiente doméstico, com possível repercussão na confiança de empresários e consumidores. Por outro lado, incertezas quanto ao ritmo da continuidade das reformas e ajustes necessários na economia, associadas, a eventual deterioração do cenário externo para economias emergentes seguem como principais fatores de risco para o processo sustentado de crescimento.

Alimentação no domicílio: diferenças do comportamento regional dos preços

O subgrupo alimentação no domicílio (AD) possui participação elevada e significativa volatilidade¹ entre os subgrupos que compõem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A partir do quarto trimestre de 2016, houve expressiva desinflação nos preços dos alimentos, que passou de 16,15% nos últimos doze meses de setembro de 2016 para -5,33% em setembro do ano seguinte e 2,23% nos últimos doze meses. Esse movimento ocorreu de forma generalizada nas regiões do país, mas com intensidades distintas, sobretudo nos últimos doze meses (Gráfico 1) – os preços no Norte e Nordeste apresentaram variações significativamente menores. Este boxe analisa a diferença recente de comportamento dos preços da alimentação no domicílio, evidenciando os efeitos de composição e de preços da cesta em cada região².

Gráfico 1 – Variação de preços: alimentação no domicílio nas regiões



A diferença de comportamento dos preços da AD nos últimos doze meses pode ser observada quando se comparam os aumentos na variação dos preços do subgrupo em setembro de 2018, em relação ao mesmo mês do ano anterior para o Brasil, 7,56 p.p., o Sul, 10,16 p.p, e para o Norte, 1,57 p.p. Observe-se que mesmo com a aceleração de preços no período a variação do subgrupo AD continuou em campo negativo no Norte

Tabela 1 – IPCA – Alimentação no domicílio

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % em doze meses			
		Regiões	2017		Diferença
			Set	Set	
Brasil	15,6	100,0	-5,33	2,23	7,56
Norte	24,6	7,3	-4,71	-3,14	1,57
Nordeste	19,7	20,0	-3,88	-0,89	2,99
Centro-Oeste	14,1	7,1	-6,73	1,85	8,58
Sudeste	13,8	48,9	-5,72	3,65	9,38
Sul	16,1	16,7	-5,54	4,62	10,16
Desvio padrão			0,96	2,88	
Amplitude – p.p. (máx.-min.)			2,85	7,76	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2018.

1/ O subgrupo AD, em setembro de 2018, correspondia a 15,65% na ponderação do IPCA, abaixo apenas do peso do subgrupo transportes (18,29%). Nos últimos cinco anos, a amplitude das variações em doze meses da AD (diferença entre o maior e o menor valor) atingiu 22,12 p.p., sendo superado somente pelo subgrupo combustíveis e energia (52,65 p.p.), explicada por importantes mudanças ocorridas na estrutura de preços da energia elétrica.

2/ Variação do IPCA por região refere-se ao agregado ponderado das respectivas regiões metropolitanas e municípios.

(-3,14%) e no Nordeste (-0,89%), e situou-se em 1,85% no Centro-Oeste; 3,65% no Sudeste e 4,62% no Sul. Além do comportamento distinto na evolução dos preços da AD, em termos de impacto para a inflação regional deve-se considerar as diferenças dos peso do subgrupo AD. No país, a participação do subgrupo no índice geral alcançou 15,65%, em setembro de 2018, distribuída em 162 subitens. Nas regiões, observa-se a maior participação no Norte (24,56% em 89 subitens) e a menor no Sudeste (13,81% em 106 subitens). Apesar do maior peso da AD no Norte, a contribuição para o subgrupo no IPCA Brasil é de 7,30%, comparativamente a 48,85% de contribuição do Sudeste, haja vista as ponderações regionais.

A quantidade de subitens ajuda a evidenciar a diferença de estrutura da cesta em cada região e pode contribuir para o comportamento distinto dos preços (Gráfico 2). Há 57 subitens que são comuns a todas as regiões, representando 35,2% do total de subitens e 85,77% do peso de do subgrupo no IPCA nacional. Para além dos 57 itens comuns às regiões, destacam-se nas cestas de consumo regional os alimentos cujos preços são pesquisados exclusivamente em determinado local, que alcançam 22 subitens no Nordeste e oito no Norte e Sudeste, com pesos de 4,51%, 5,51% e 0,7%, respectivamente (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Quantidade de subitens no subgrupo alimentação no domicílio por região

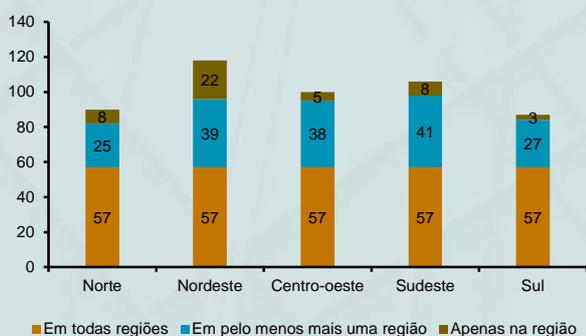
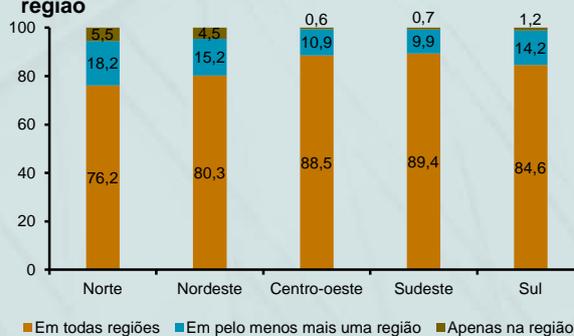


Gráfico 3 – Ponderação de subitens no subgrupo alimentação no domicílio segundo a presença na região



Para medir os efeitos da estrutura de ponderação e dos preços, sobre os desvios da inflação da AD nas regiões, comparativamente à nacional, adotou-se a seguinte metodologia:

$$D_{i,br} = \left(\sum_{j=1}^n \Delta P_{j,i} w_{j,i} - \sum_{j=1}^n \Delta P_{j,br} w_{j,br} \right) \quad (1),$$

na qual: $D_{i,br}$ é o desvio da inflação na região i comparativamente à inflação no país;
 $\Delta P_{j,i}$ é a variação do preço do subitem j na região i ; e
 $w_{j,i}$ é o peso do subitem j na região i .

Subtraindo $\sum_{j=1}^n \Delta P_{j,br} w_{j,i}$ (variação de preços do país na estrutura de ponderação da região i) dos dois lados da equação, temos:

$$D_{i,br} = \left(\sum_{j=1}^n \Delta P_{j,i} w_{j,i} - \sum_{j=1}^n \Delta P_{j,br} w_{j,i} \right) + \left(\sum_{j=1}^n \Delta P_{j,br} w_{j,i} - \sum_{j=1}^n \Delta P_{j,br} w_{j,br} \right) \quad (2),$$

E, por fim, colocando em evidência a estrutura das regiões e o preço médio do país, obtemos:

$$D_{i,br} = \left(\sum_{j=1}^n (\Delta P_{j,i} - \Delta P_{j,br}) w_{j,i} \right) + \left(\sum_{j=1}^n (w_{j,i} - w_{j,br}) \Delta P_{j,br} \right) \quad (3)$$

O primeiro termo da equação 3 expressa o efeito preço (EP), ou seja, mede a diferença entre a variação de preços de cada região e a variação dos preços médios do país, supondo a estrutura de ponderação do IPCA de cada região. O segundo termo representa o efeito composição (EC), explicitando a diferença da

estrutura de ponderação de cada região. Ressalte-se que a soma de cada um dos efeitos é igual a zero, quando ponderada pelo peso de cada região, ou seja, se o efeito preço (composição) é elevado em alguma região, deve haver uma compensação em sentido contrário nas demais regiões.²

Os resultados do exercício são apresentados na tabela 2 para a inflação de AD acumulada em doze meses encerrados em setembro de 2017 e 2018.

Tabela 2 – Efeito preço e ponderação para os desvios^{1/} da inflação de alimento no domicílio

Discriminação	p.p.							
	Setembro de 2017				Setembro de 2018			
	Var %	Desvio ^{1/}	Preço	Estrutura	Var %	Desvio ^{1/}	Preço	Estrutura
Brasil	-5,33	0,00	0,00	0,00	2,23	0,00	0,00	0,00
Norte	-4,71	0,62	-1,12	1,74	-3,14	-5,37	-2,19	-3,18
Nordeste	-3,88	1,45	0,91	0,54	-0,89	-3,13	-1,12	-2,00
Centro-Oeste	-6,73	-1,40	-0,06	-1,34	1,85	-0,38	-0,35	-0,02
Sudeste	-5,72	-0,39	-0,11	-0,28	3,65	1,43	0,88	0,54
Sul	-5,54	-0,21	-0,57	0,36	4,62	2,39	0,21	2,17
Desvio padrão		0,96	0,67	1,01		2,88	1,07	1,89
Amplitude – p.p. (máx.-min.)		2,85	2,03	3,09		7,76	3,07	5,35

Fonte: IBGE

1/ Diferença entre inflação da região e do país.

Em 2018, observa-se que os dois efeitos foram sempre no mesmo sentido, intensificando as diferenças de resultados da inflação entre as regiões. Adicionalmente, nota-se que, nas regiões em que houve os maiores desvios em relação à inflação do país, ocorreu maior intensidade do efeito composição (estrutura de ponderação). Esse efeito é particularmente importante no Norte, no Nordeste e no Sul, com tendência de reduzir a inflação nas duas primeiras e, em sentido contrário, no Sul.

Com exceção do Centro-Oeste, os resultados dos desvios em setembro de 2017 são de menor intensidade em todas as regiões, comparativamente ao ocorrido em setembro de 2018. Os EP e EC apresentam sinais contrários em algumas regiões, minimizando os desvios na inflação do subgrupo AD. Esse comportamento é bastante significativo no Norte, cujo desvio total da inflação de alimentos alcançou 0,62 p.p., com os efeitos preço e composição de -1,12 p.p. e 1,74 p.p., respectivamente.

Os dois efeitos em doze meses da variação da AD de setembro de 2017 a setembro de 2018 são apresentados nos gráficos 4 e 5. O EC é pouco representativo nas regiões Centro-Oeste e Sudeste ao longo de todo o período. No Sul, observa-se que a estrutura de ponderação começa a contribuir para elevar o desvio da inflação da região a partir de março de 2018, intensificando-se em agosto e setembro. O processo no Norte é inverso, com tendência de contribuição negativa para o desvio em relação à inflação do país em quase todo o período, movimento bastante intensificado a partir de maio de 2018.

O EP tem intensidade menor ao longo de todo o período analisado. Destaca-se o comportamento dos preços no Norte, que se situa sempre abaixo da média nacional, intensificando-se em junho. Nesse mês, ocorre

2/ Observa-se que, para os subitens exclusivos de cada região apresentados nos Gráficos 2 e 3, o EP = 0 uma vez que as variações de preços desses itens na região são idênticas aos preços do país, por definição. Por outro lado, o EC para a região será igual à diferença entre a contribuição da variação média dos preços desses itens na região e no país. A variação desses itens no país será aproximadamente igual à contribuição desses itens para a inflação da região, multiplicada pelo peso relativo da região, sendo, portanto, sempre inferior em valor absoluto ao da região. As demais regiões teriam os EC idênticos e com sinal contrário ao da região que possui itens exclusivos.

Gráfico 4 – Efeito composição – inflação em doze meses

Em p.p.

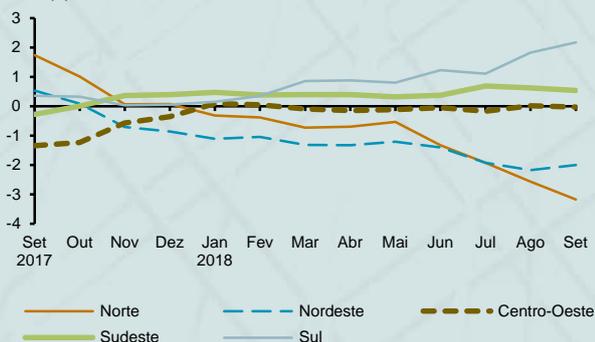
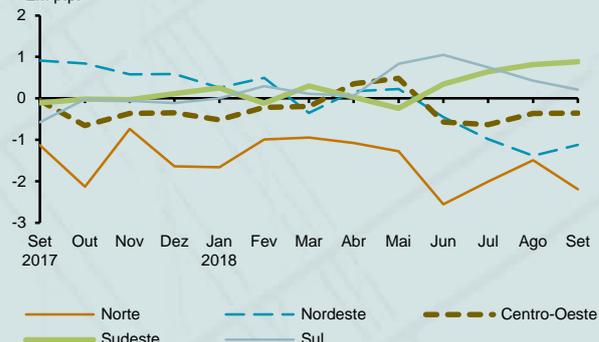


Gráfico 5 – Efeito preço – inflação em doze meses

Em p.p.



também redução relativa dos preços do Nordeste, que é compensada pela elevação relativa dos preços no Sudeste e no Sul.³

Em suma, este boxe analisou os desvios recentes da inflação de alimentos no domicílio nas regiões, comparativamente à inflação nacional. Conclui-se que o efeito das diferentes estruturas de ponderação regional responde pela maior parte dos desvios, embora importantes diferenças na evolução de preços sejam observadas no período, particularmente, de forma mais consistente no Norte (variações inferiores em todo o período analisado). Nos últimos meses, em âmbito nacional, a elevação relativa dos preços da AD no Sudeste está sendo compensada pela redução relativa no Nordeste e, em menor intensidade, no Sul.

3/ A inflação de junho foi marcada especialmente pela paralisação do transporte de carga ocorrido no final de maio. As regiões Sul e Sudeste foram mais afetadas por este choque transitório, explicando, parcialmente, o EP mais pronunciado no mês de junho em algumas regiões. Para mais detalhes ver box "Impactos da paralisação do transporte de cargas sobre a inflação de alimentos no domicílio: Comparativo regional" na página 71 deste Boletim.

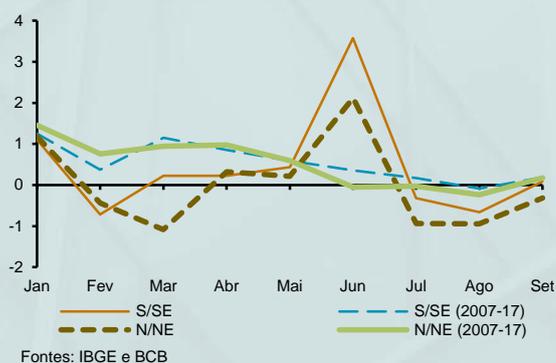
Impactos da paralisação do transporte de cargas sobre a inflação de alimentos no domicílio: comparativo regional

Os impactos da paralisação dos caminhoneiros ocorrida em maio sobre a inflação ao consumidor, em nível nacional, foram recentemente analisados com dados de alta frequência no Relatório de Inflação¹. Concentrando-se nos preços da alimentação no domicílio (AD) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – subgrupo que mais repercutiu a restrição de oferta – o presente box compara os efeitos do choque em âmbito regional.² Ressalve-se que, embora o evento tenha papel preponderante nos preços de AD no período próximo à paralisação, a dinâmica nos meses seguintes também reflete outros fatores, como sazonalidade, sensibilidade à taxa de câmbio, possibilidade de substituição, entre outros.

De janeiro a maio de 2018, a inflação de AD mostrou comportamento benigno, situando-se abaixo da média histórica observada nos últimos anos (2007-2017) tanto no Norte e Nordeste (N/NE) quanto no Sul e Sudeste (S/SE). Em junho³, deste ano, observaram-se os reflexos da paralisação sobre os preços da AD, cuja variação atingiu média de 3,6% nas regiões S/SE e 2,1% nas regiões N/NE, percentuais expressivamente mais altos do que os observados historicamente para o período (Gráfico 1).

Gráfico 1 – IPCA – Alimentação no domicílio

Variação % mensal



Adicionalmente, o comportamento da variação acumulada dos preços da AD em 2018, comparado com o padrão médio de 2007 a 2017, mostra elevação significativa em junho deste ano (Gráfico 2). Ressalte-se que, no S/SE, os preços da AD além de subirem com mais intensidade em junho, recuaram em menor ritmo nos meses subsequentes, acentuando a diferença de comportamento. Essa evolução sugere que, além de mais intenso, o choque foi mais persistente do que o ocorrido no N/NE. Em parte, isso pode ser atribuído à maior participação de leite e derivados na composição da cesta do S/SE, haja vista indícios de que os efeitos da paralisação sobre a cadeia foram um pouco mais duradouros. As particularidades regionais de consumo de AD são expressas nas composições das cestas (Tabela 1)⁴.

1/ Vide o box “Efeito da paralisação no setor de transporte de cargas sobre a inflação ao consumidor” da edição de setembro.

2/ Variação do IPCA por região refere-se ao agregado ponderado das respectivas regiões metropolitanas e municípios.

3/ O IPCA de maio captou parte inicial do efeito visto que a paralisação se iniciou no dia 21 e o período de coleta para o IPCA de maio foi compreendido entre os dias 28 de abril e 29 de maio. Além disso, o ajuste de preços dos alimentos tem defasagens distintas, dependendo, entre outros fatores, da existência de estoques.

3/ O box “Alimentação no domicílio: diferenças do comportamento regional dos preços”, deste Boletim Regional, analisa o efeito que os diferentes pesos dos subitens pesquisados produzem na inflação de cada região e em particular no desvio face à média do país.

Gráfico 2 – IPCA – Alimentação no domicílio

Variação % acumulada



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 1 – Pesos da AD no IPCA

Itens	%		
	S/SE ^{1/}	N/NE ^{1/}	Diferença p.p.
Carnes	16,0	16,8	-0,8
Leite e derivados	15,0	11,9	3,1
Panificados	12,8	11,9	0,8
Bebidas e infusões	12,9	9,6	3,4
Aves e ovos	5,5	8,9	-3,4
Frutas	6,5	5,4	1,1
Cereais, leguminosas e oleag.	4,7	5,6	-0,9
Açúcares e derivados	5,4	4,1	1,3
Carnes e peixes indust.	5,0	5,1	-0,0
Farinhas, féculas e massas	3,3	7,0	-3,7
Tubérculos, raízes e legumes	3,3	2,9	0,4
Óleos e gorduras	2,7	2,7	-0,0
Sal e condimentos	2,8	2,1	0,6
Pescados	1,3	4,0	-2,6
Hortaliças e verduras	1,5	1,2	0,3
Enlatados e conservas	1,1	0,8	0,3

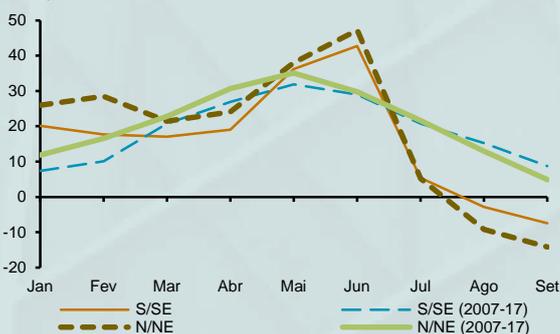
Fontes: IBGE e BCB

1/ Média do período 2007 a 2017.

Destacam-se a seguir alguns itens, considerando suas contribuições para a volatilidade da inflação de AD durante os períodos da paralisação e/ou para explicar diferenças nas persistências dos choques. Os preços de tubérculos, raízes e legumes, por serem mais perecíveis, começaram a subir antes e em intensidade acima dos preços dos demais alimentos – em junho, a variação de preços desses produtos atingiu 42,8% no S/SE e 47,2% no N/NE (Gráfico 3). No mês seguinte, a inflação do grupo retornou a patamares inferiores à média e, em agosto e setembro, recuou em linha com o padrão sazonal.

Gráfico 3 – IPCA – Tubérculos, raízes e legumes

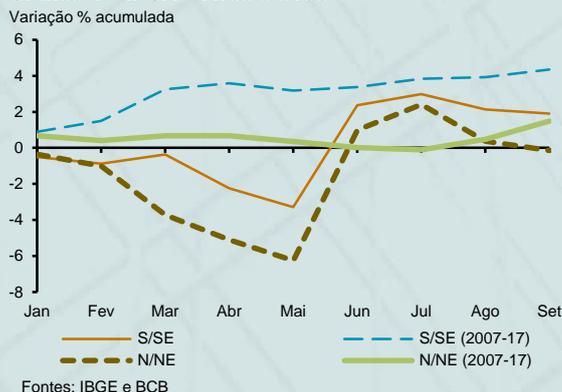
Variação % acumulada



Fontes: IBGE e BCB

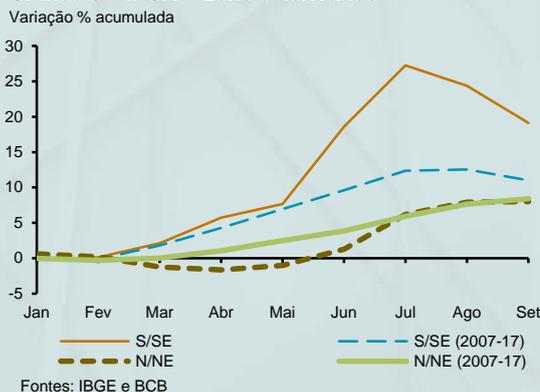
Em relação aos preços de aves e ovos observou-se maior persistência do choque, cabendo notar que em setembro os preços encontravam-se substancialmente acima dos observados em maio – o que pode ser atribuído, entre outros fatores, à maior sensibilidade à taxa de câmbio. Adicionalmente, é possível que a interrupção do fornecimento de ração, e conseqüente perda de animais, tenha influenciado o comportamento. Ainda assim, os preços recuaram em agosto e setembro, situando-se 1,1 p.p. e 2,5 p.p. abaixo dos de julho no S/SE e N/NE, respectivamente.

Gráfico 4 – IPCA – Aves e ovos



A maior discrepância na evolução do grupo AD, entre as regiões, foi observada no item leite e derivados (Gráfico 5), cujos preços subiram 19,6% no S/SE e 7,2% no N/NE no acumulado de junho e julho. O período da paralisação dos caminhoneiros coincidiu, no S/SE, com o da entressafra, agravando a restrição de oferta local. Além disso, há diferença na composição das cestas de consumo: no S/SE o principal subitem é o leite longa vida – cujo preço subiu 32,2% – enquanto que no N/NE é o leite em pó⁴, que registrou avanço de preços de 5,3%. Com a queda em agosto e setembro, a inflação no S/SE reduziu a diferença relativamente à média histórica.

Gráfico 5 – IPCA – Leite e derivados



Os preços dos produtos com maior possibilidade de estocagem, como bebidas e infusões, não sugerem ocorrência de impacto relevante nos meses do evento. Contudo, de maio a setembro de 2018, os preços desses itens aumentaram no S/SE, contrastando com o comportamento no N/NE. Os preços de panificados subiram mesmo depois de junho, em magnitudes similares nas duas regiões, em parte refletindo os impactos da desvalorização cambial sobre os insumos.

Gráfico 6 – IPCA – Bebidas e infusões

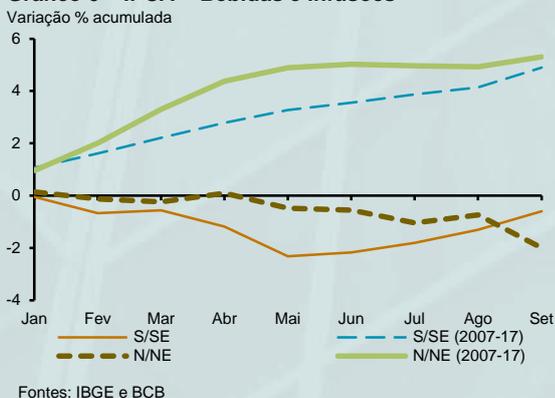
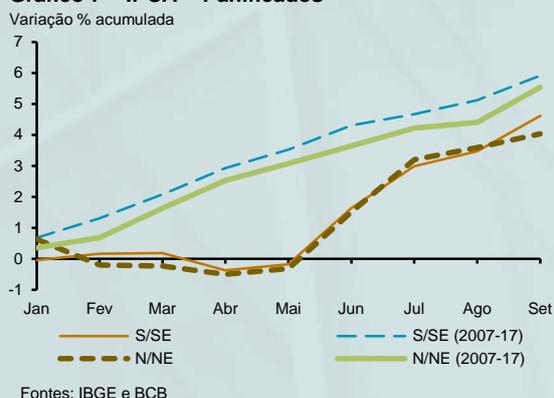


Gráfico 7 – IPCA – Panificados



4/ O leite longa vida e o leite em pó pesam 53% e 5% na cesta de leite e derivados no S/SE ante 26% e 31% no N/NE, sobretudo devido a Região Metropolitana de Belém que recebe o produto, em pó, de outros estados.

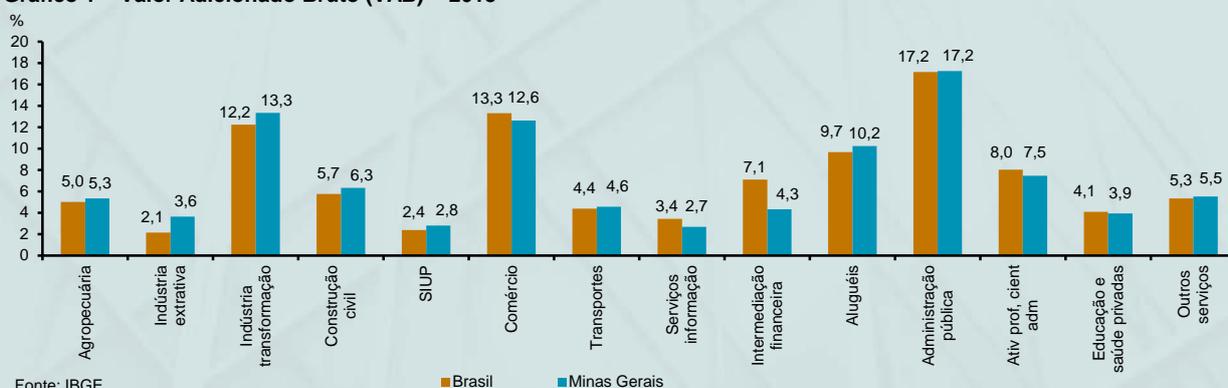
Em síntese, observa-se, de maneira geral, que o choque de preços em maio e junho dissipou-se com a normalização da oferta. O impacto da paralisação teve maior magnitude e persistência no S/SE – em parte devido a maior participação de leite e derivados na cesta de consumo. No N/NE, os preços da AD retornaram, em setembro, ao nível de maio. Ressalte-se, ainda, que, em dezesseis dos dezoito itens de AD, a inflação acumulada no ano até setembro no N/NE encontra-se abaixo do S/SE.

Economia mineira

Minas Gerais é a terceira maior economia do país, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$519,3 bilhões em 2015,¹ equivalente a 8,7% do PIB nacional. Este box analisa a evolução da economia mineira nos últimos anos e suas perspectivas de curto prazo.

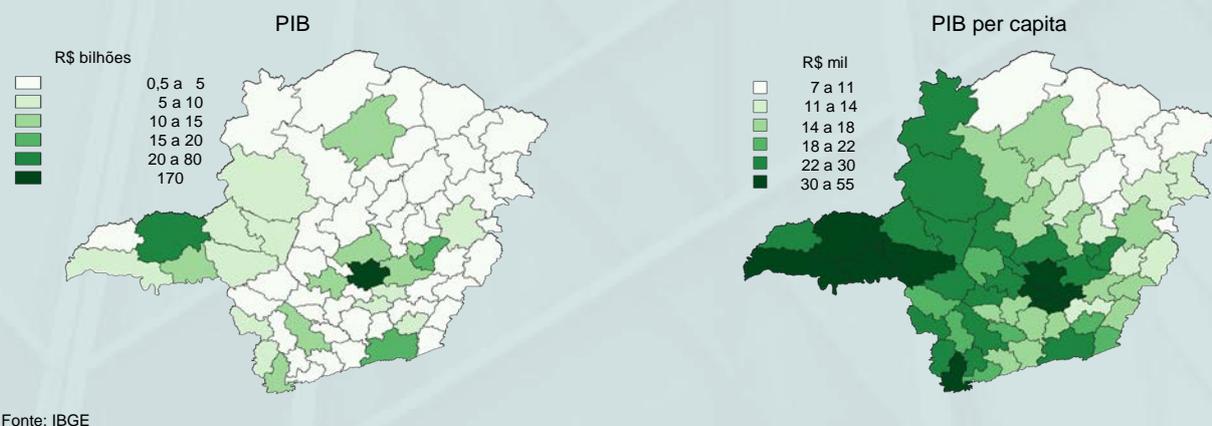
A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado se caracteriza historicamente pela maior representatividade dos setores industrial e agropecuário relativamente ao VAB nacional – o mesmo padrão se observa para todos os componentes da indústria: extrativa, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública (que abrangem a geração de energia elétrica). (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB) – 2015



O PIB² de Minas Gerais concentra-se na região central do estado, particularmente nas microrregiões de Belo Horizonte, Itabira e Ouro Preto; no Triângulo Mineiro; na Zona da Mata; e no Sul de Minas Gerais (Figura 1). Na microrregião de Belo Horizonte localiza-se a refinaria da Petrobrás, a maior parte do parque automotivo, grande parte da administração pública estadual, e serviços complexos, além de empreendimentos de mineração, também presentes nas microrregiões de Itabira e Ouro Preto. Em Uberlândia, além do comércio

Figura 1 – Produto Interno Bruto, por microrregião – Minas Gerais – 2015



1/ As últimas informações disponíveis sobre o Produto Interno Bruto estadual são de 2015, conforme IBGE, Contas Regionais.
 2/ Os dados de PIB municipal são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exclusivamente em termos nominais e assinalam crescimento médio de 0,5% no estado, em 2015, ante o ano anterior.

atacadista, destacam-se o setor de serviços e a indústria de transformação, e em Uberaba, as atividades agropecuárias. Em Juiz de Fora predominam os serviços e a atividade fabril; e no Sul de Minas Gerais (Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas), serviços, comércio e atividade industrial, beneficiada pela proximidade com São Paulo. A produção cafeeira destaca-se no Sul de Minas Gerais, Alto Paranaíba e Zona da Mata, fornecendo importante estímulo às atividades econômicas locais. Em Montes Claros, importante polo econômico no norte do estado, as atividades mais representativas são serviços, a administração pública e a atividade industrial.

Em 2015, o PIB *per capita* no estado atingiu R\$24.885, 15,1% inferior ao indicador nacional. A análise por microrregiões mostra quadro menos concentrado que os dados de PIB, com as regiões no entorno de Belo Horizonte, Uberlândia e Pouso Alegre registrando taxas superiores à média nacional. Por outro lado, as regiões do norte do estado; do Jequitinhonha e Mucuri apresentaram os piores patamares do indicador.

Dada a característica da estrutura produtiva de Minas Gerais – de maior concentração de atividades industriais, segmento que primeiro sentiu os efeitos da última recessão –, o processo de redução anual do PIB mineiro teve início em 2014 (PIB, -0,7%), um ano antes da queda em nível nacional, e se aprofundou no ano seguinte (PIB, -4,3%) (Gráfico 2). Nesses dois anos, a queda na indústria de transformação foi determinante para o resultado, com destaque para a retração na produção de veículos. No início de 2016, enquanto a economia nacional ainda contraía, a atividade econômica no estado estabilizou-se (Gráfico 3), com a retomada da geração de energia elétrica, e posteriormente voltou a registrar trajetória ascendente, impulsionada pela agropecuária (ano de elevada produtividade do café) e pela indústria de transformação. Para 2016 e 2017, a Fundação João Pinheiro (FJP) estima, na ordem, variações de -1,8% e 0,6% no PIB estadual (PIB Brasil: -3,5% e 1,0%).

Gráfico 2 – PIB real – Série encadeada

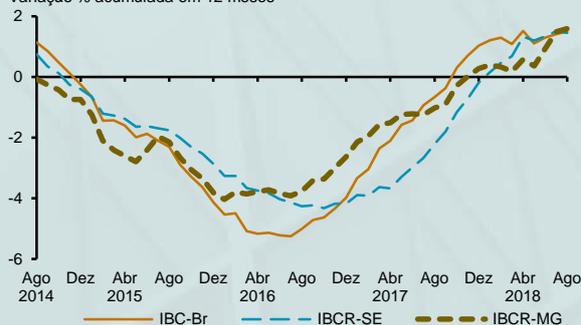
Índice base 2011 = 100



Fontes: BCB, IBGE e FJP

Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % acumulada em 12 meses

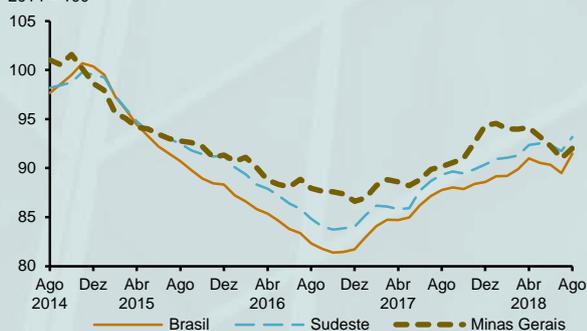


Fonte: BCB

O consumo no estado recuou a partir de 2015, evidenciado pela retração no comércio e no setor de serviços. As vendas do comércio ampliado diminuíram até o final de 2016, refletindo, especialmente, os decréscimos nos segmentos de veículos, material de construção, vestuário e móveis e eletrodomésticos. Por outro lado, as vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebida e fumo mantiveram-se

Gráfico 4 – Comércio varejista ampliado

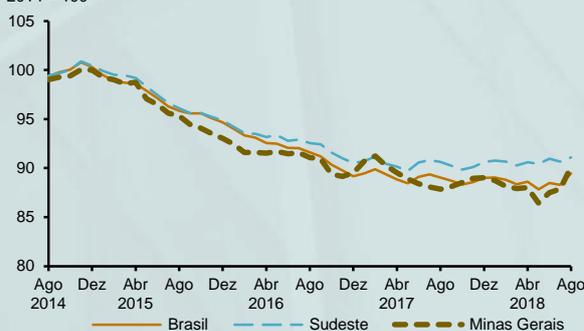
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 5 – Serviços não financeiros

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

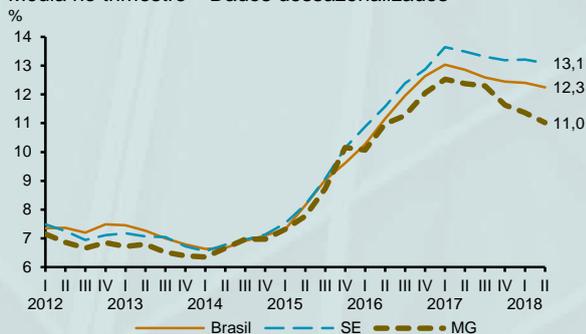
relativamente estáveis no estado, o que contribuiu para que a retração no comércio fosse mais amena em Minas Gerais que no país. O consumo aumentou em 2017, impulsionado pela queda na inflação, pela safra recorde de grãos e pela liberação dos recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que concomitante com a flexibilização da política monetária, contribuiu para a expansão das vendas de bens duráveis, especialmente veículos. A paralisação recente dos transportadores de carga afetou temporariamente o consumo varejista na margem, com impactos mais acentuados nas vendas de combustíveis e itens de supermercados (Gráfico 4).

O setor de serviços mineiro apresentou desaceleração mais gradual que o comércio, porém mais persistente. Observou-se, inicialmente, contração intensa no segmento de serviços profissionais e administrativos, concomitante com a desaceleração econômica e com o fim do ciclo de investimentos em infraestrutura. Escritórios de projetos não tiveram renovação de encomendas e foram impelidos a adaptar o volume de mão de obra ao novo nível de demanda. Posteriormente, observou-se contração também nos serviços voltados às famílias e no setor de transportes. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, em 2017 o nível de atividade dos serviços não financeiros situou-se 11,2% abaixo do patamar registrado em 2014 (Gráfico 5). Os dados mais recentes indicam trajetória mais positiva para o setor, impulsionada pelos serviços de transportes.

A perda de dinamismo da atividade econômica mineira começou a se refletir no mercado de trabalho ao longo de 2014, com a reversão da trajetória descendente da taxa de desocupação (Gráfico 6). Nos dois anos seguintes, as empresas implementaram ajuste mais intenso no pessoal ocupado, à medida que se observava retração mais acentuada da economia, o que elevou a taxa de desocupação a 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Com a retomada da economia, observou-se, na sequência, diminuição gradual da taxa de desocupação, que alcançou 10,8% no segundo semestre de 2018. Em que pese os efeitos negativos da elevação da taxa de desocupação, na comparação com o patamar observado antes de 2015, os dados de Minas Gerais situam-se abaixo dos referentes ao Sudeste e ao Brasil (13,2% e 12,3%, na ordem).

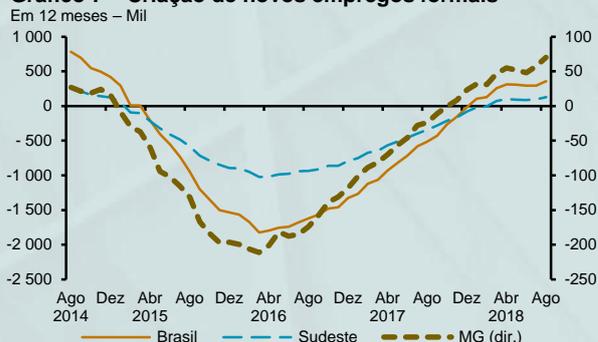
No que se refere ao rendimento do trabalho, os dados da PNAD Contínua mostram que o rendimento médio real do trabalho habitualmente recebido em Minas Gerais atingiu R\$1.937 no segundo semestre de 2018, 23,1% inferior ao do Sudeste, e 11,9% inferior à média nacional. No período de 2015/2016, a remuneração média do trabalhador mineiro recuou 4,4% em termos reais, na comparação entre o quarto trimestre de 2016 e o mesmo período de 2014, contrastando com as variações do Sudeste (+0,8%) e do Brasil (-1,2%). Da mesma forma, nos trimestres seguintes observou-se maior recuperação da renda média em Minas Gerais, 3,5% entre o quarto trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2018, ante a observada no Sudeste e no Brasil (0,3% e 1,7%).

Gráfico 6 – Taxa de desocupação
Média no trimestre – Dados dessazonalizados



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 7 – Criação de novos empregos formais



Fonte: MTb/Caged

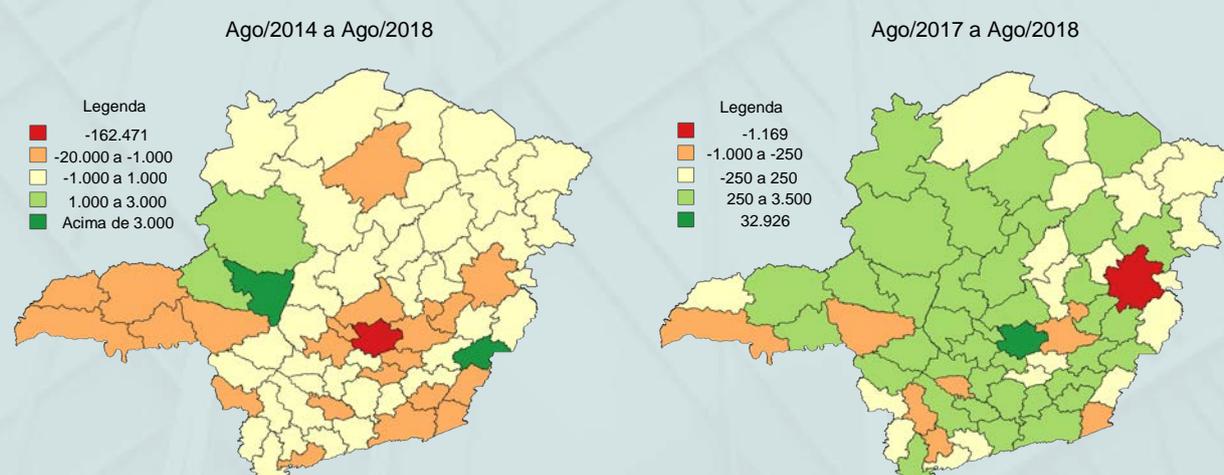
Nota: Inclui as informações enviadas fora do prazo.

Em relação ao emprego formal, a contração no mercado de trabalho concentrou-se em 2015 e 2016, quando se registrou decréscimo de 7,0% no nível de emprego (315 mil postos de trabalho, principalmente nos segmentos de indústria de transformação e construção civil). Com a recuperação da atividade econômica em meados de 2016, as empresas voltaram a contratar no estado, tendo sido gerado 23 mil novos empregos em 2017, e mais de 70 mil novos empregos no acumulado de doze meses encerrado em agosto de 2018,

segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb)³, 20% dos postos de trabalho criados no país (357 mil) no período. Destaca-se o volume de empregos gerados no setor de serviços (37,1 mil) e na construção (13,3 mil), segmento que registrou contração entre 2014 e 2017, e que agora volta a mostrar dinamismo nas atividades de construção de edifícios e de instalações industriais na região metropolitana, e de infraestrutura no interior do estado.

A distribuição da evolução do emprego no estado mostra que, das 66 microrregiões, apenas 4 apresentaram crescimento mais destacado em relação ao nível de emprego apurado em agosto de 2014, com destaque para Patos de Minas, Paracatu e Patrocínio, localidades com forte presença da agropecuária, e Manhuaçu, que registrou expansão do emprego nas áreas de construção, agropecuária e serviços (Figura 2). A região de Belo Horizonte, que concentra grande parte da atividade econômica do estado, registrou a perda de 162,4 mil postos de trabalho nos últimos quatro anos. Considerando apenas os últimos doze meses, o quadro do emprego no estado mostra-se mais favorável, com a ampla maioria das regiões registrando contratações líquidas, e apenas a região de Governador Valadares mostrando desligamentos líquidos mais acentuados, principalmente nas atividades de serviços às empresas, comércio e construção.

Figura 2 – Variação do emprego formal em Minas Gerais



Fonte: MTb/Caged

O mercado de crédito no estado se caracteriza por uma maior concentração em financiamentos às pessoas físicas, na comparação com a média nacional, com destaque para o crédito rural. A evolução do mercado de crédito no período de 2014 a 2018 mostrou desaceleração dos financiamentos – com decréscimo no segmento de pessoas jurídicas – refletindo a contração na atividade econômica, o aumento da ociosidade das empresas e a elevação do desemprego. O ritmo de expansão real interanual do crédito no estado chegou a diminuir 8,1% em agosto de 2016, com queda de 12,3% nos financiamentos das empresas. Posteriormente, com a melhora da conjuntura econômica e a queda na inflação, observa-se melhora gradual na evolução do crédito, com os empréstimos às famílias registrando expansão real em doze meses de 1,9% em agosto de 2018, e os financiamentos às empresas reduzindo o ritmo de contração para 7,5%.

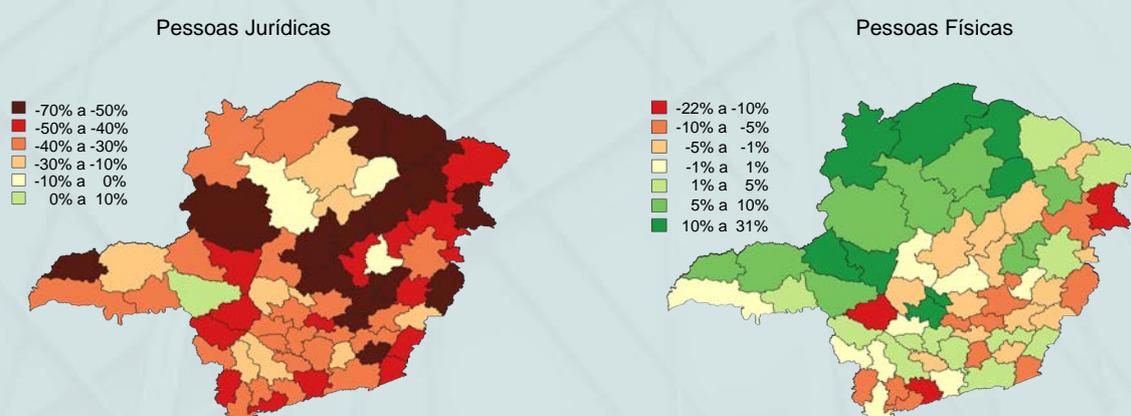
A participação do crédito às pessoas físicas aumentou de 50,8% para 60,1% nos últimos quatro anos, tendência semelhante à observada no mercado nacional (passou de 47,0% para 54,8%). O desempenho dos empréstimos às famílias nesse período foi marcado, em um primeiro momento, pela expansão dos financiamentos imobiliários, que exibiam, no fim do ciclo de forte crescimento da construção civil, taxas superiores a 20% ao ano, enquanto as demais modalidades já mostravam taxas mais moderadas. Destaca-se, também, o crescimento das operações de crédito consignado e de cartão de crédito à vista. Nos últimos doze meses, o crédito às pessoas físicas voltou a mostrar crescimento real, impulsionado pelo retomada dos financiamentos de veículos. Por outro lado, os empréstimos às empresas apresentam contração real desde o início de 2015, refletindo a queda no consumo e nos investimentos (destaque para a redução nas

3/ Considerando a inclusão 8.132 postos de trabalho no estado informados fora do prazo, segundo os dados divulgados em setembro de 2018; 84.885 empregos em nível nacional.

operações de capital de giro e nos financiamentos com recursos do BNDES). Entre os segmentos econômicos que mais diminuíram seu endividamento aparecem o comércio, a construção, e as indústrias automobilística, siderúrgica e de máquinas e equipamentos.

A evolução do crédito nos últimos quatro anos mostra crescimento real dos empréstimos às empresas apenas na microrregião de Araxá (metalurgia), no Triângulo Mineiro. Nas demais regiões do estado houve recuo em termos reais, com reduções mais significativas nas microrregiões de Belo Horizonte (indústrias extrativas, construção e siderurgia), Poços de Caldas (metalurgia), Uberaba (indústrias químicas e biocombustíveis), Divinópolis (siderurgia, comércio e reparação de veículos e indústria de alimentos) e Uberlândia (telefonia e transporte rodoviário de carga). No segmento de pessoas físicas observa-se um quadro mais positivo, com crescimento real em diversas áreas, como nas microrregiões de Patos de Minas (financiamento imobiliário e crédito rural), Uberlândia (financiamento imobiliário e crédito consignado), Patrocínio (crédito rural e financiamento imobiliário), Divinópolis (financiamento imobiliário) e Unai (crédito rural).

Figura 3 – Evolução real do crédito – Minas Gerais – Variação percentual entre agosto/2014 e agosto/2018



No âmbito dos indicadores de oferta, a agropecuária em Minas Gerais tem historicamente um peso maior do que o relativo em nível nacional. Entre 2013 e 2017, o estado situou-se como o quinto maior produtor agrícola do país, considerando o valor da produção, segundo os dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE. Em 2017, Minas Gerais foi maior produtor de café, principal lavoura do estado, e batata-inglesa; segundo maior produtor de feijão e tomate; terceiro de cana-de-açúcar, laranja, abacaxi e cebola; quarto de milho, banana, e trigo; e sexto de soja. Há que se destacar, desde 2009, a ampliação da área destinada ao plantio da soja, tendo ultrapassado, em 2015, a área destinada ao milho.

A produção industrial mineira, que se caracteriza por uma maior concentração em setores como os de produtos alimentícios (especialmente laticínios e torrefação de café), extração de minério de ferro e indústria metalúrgica (produção de ferro-gusa e de ferroligas, siderurgia e metalurgia de metais não ferrosos), foi significativamente impactada pela queda na demanda interna. A indústria de transformação recuou 16,8% no triênio 2014-2016, segundo a PIM-PF, do IBGE, como resultado da queda no consumo e no investimento. Os segmentos das indústrias automobilística e de máquinas e equipamentos apresentaram contrações expressivas (superiores a 50%) nesse período, assim como as indústrias de produtos têxteis, produtos de metais e de minerais não metálicos, que reduziram a produção em até 36%. A indústria extrativa, por sua vez, tem sua dinâmica determinada pela demanda externa, principalmente da China, e pela relação entre a cotação internacional do preço do mineiro de ferro e os custos de extração. Após o ciclo de expansão da demanda externa, que elevou a cotação a US\$190 por tonelada no início de 2011, e que gerou diversos investimentos no país, principalmente em Minas Gerais e no Pará, observou-se queda nos preços para US\$40 no início de 2016. Embora as cotações tenham se recuperado um pouco, para o patamar de US\$75, o cenário para a produção extrativa no estado dependerá da rentabilidade gerada pela cotação de momento versus o custo de produção, uma vez que as unidades de extração em Minas Gerais são relativamente antigas, e que o teor de ferro no minério tem diminuído. Adicionalmente, ao final de 2015 ocorreu o rompimento da

barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana, que interrompeu a produção da Samarco, resultando na queda de 10,9% na indústria extrativa em 2016.

A retomada do crescimento em 2017 interrompeu a trajetória de contração da indústria de transformação, e possibilitou pequena recomposição da produção das indústrias de máquinas e equipamentos, automobilística, metalúrgica, produtos químicos, e têxteis. Considerando a produção acumulada em doze meses até agosto de 2018, o nível da indústria de transformação situou-se 16,3% abaixo da produção de 2013. Dentre os ramos da indústria, os setores de fabricação de alimentos, bebidas, combustíveis e produtos químicos destacam-se como os segmentos que mostraram crescimento no trimestre encerrado em agosto, na comparação com igual período de 2013.

Gráfico 8 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100

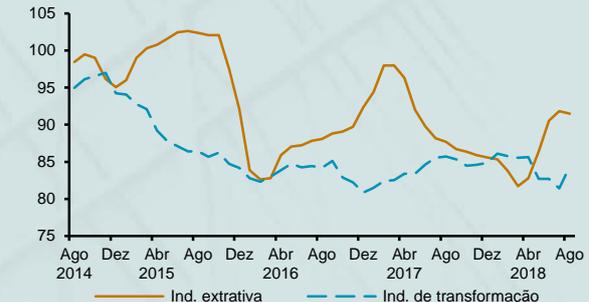


Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 9 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100

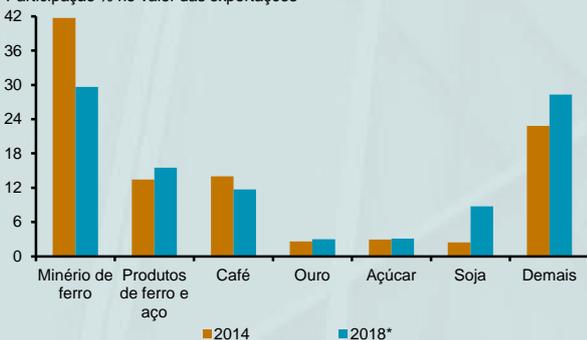


Fonte: IBGE

O estado possui grande parte de sua estrutura produtiva destinada à produção de bens para o mercado externo, com destaque para minério de ferro, café, soja, produtos metalúrgicos, carne bovina, açúcar, ouro e celulose. Minas Gerais registra, tradicionalmente, *superavit* no comércio exterior, mesmo desconsiderando as exportações de minério de ferro, principal produto, cuja participação na pauta mineira vem decrescendo, (correspondeu a 29,7% nos nove primeiros meses de 2018 comparativamente a 48,3% em 2013). Esse declínio se deve à diminuição da demanda externa, que impactou o preço da *commodity*; à paralisação das atividades da Samarco após o rompimento da barragem em 2015; e à opção da principal empresa mineradora de priorizar a produção no Pará, onde produz com menor custo minério de maior teor de ferro. Contrapondo-se à queda na participação do minério de ferro, destaca-se a expansão na participação da soja, cujas vendas externas mais que dobraram desde 2014, assim como as vendas de celulose, zinco, silício, e carne bovina.

Gráfico 10 – Exportações de Minas Gerais

Participação % no valor das exportações

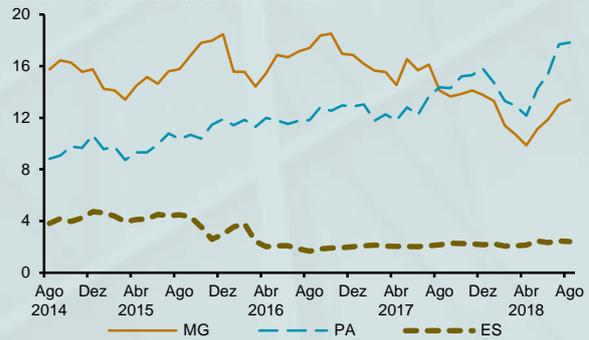


Fonte: MDIC

* Acumulado no ano até setembro.

Gráfico 11 – Exportações de minério de ferro

Milhões de toneladas – Média móvel trimestral



Fonte: MDIC

As perspectivas para a economia estadual seguem desafiadoras. Se por um lado observa-se recuperação gradual da atividade econômica, em linha com a evolução da conjuntura nacional, por outro verifica-se a necessidade de investir em segmentos mais dinâmicos que possam contribuir para impulsionar o crescimento em ritmo mais elevado, com maior diversificação da economia.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica
Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico
Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Norte e Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Coordenação Regional do Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Norte e Nordeste

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	ao ano
AD	Alimentação no domicílio
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
Depec	Departamento Econômico
EC	Efeito composição
EI	Efeito intrínseco
EP	Efeito preço
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FT	Força de Trabalho
HSMT	Horas semanais médias trabalhadas
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Indicador de Custo de Crédito
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIC	Índice de Confiança da Indústria da Construção
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDC Consumidor	Demanda do Consumidor por Crédito
IDC Empresas	Demanda das Empresas por Crédito
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Inovar-Auto	Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTb	Ministério do Trabalho
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	pontos percentuais
Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNADC-T	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral
PO	População Ocupada
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sindaçúcar	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TD	Taxa de desocupação
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br